

**Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco**

24.<sup>a</sup> Reunião  
(6 de janeiro de 2015)

---

**SUMÁRIO**

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 15 horas e 10 minutos.

O Eng.º João Rodrigues Pena (CEO da Rioforte), após uma intervenção inicial, respondeu aos Deputados Ana Paula Vitorino (PS), Teresa Anjinho (CDS-PP), Bruno Dias (PCP), Mariana Mortágua (BE), Jorge Paulo Oliveira e Clara Marques Mendes (PSD) e Filipe Neto Brandão (PS).

Depois de a Comissão ter aprovado dois requerimentos, apresentados pelo Dr. José Carlos Cardoso Castella e pelo Dr. Francisco Machado da Cruz, respetivamente, solicitando que as audições fossem realizadas à porta

fechada, pronunciaram-se os Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD), Mariana Mortágua (BE), José Magalhães (PS), Miguel Tiago (PCP) e Cecília Meireles (CDS-PP).

O Presidente encerrou a reunião eram 20 horas e 48 minutos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a reunião.

*Eram 15 horas e 10 minutos.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, retomamos os trabalhos da Comissão com a audição do Sr. Eng.º João Rodrigues Pena, CEO (*chief executive officer*) da Rioforte à altura dos factos, que cumprimento e que fará uma intervenção inicial de cerca de 30 minutos. Depois, como é usual, e nunca deixo de o dizer, passaremos à fase das perguntas e respostas.

Sr. Eng.º João Rodrigues Pena, quando achar que está em condições, a palavra passa a ser sua.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena** (CEO da Rioforte): — Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, muito obrigado.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito boa tarde e desejos de um bom ano, pois estamos no princípio do ano.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade que me é dada de prestar o meu depoimento a esta Comissão, o que muito me honra, e espero possa contribuir da melhor forma para os objetivos da Comissão.

Face à natureza do meu envolvimento com o Grupo Espírito Santo na qualidade de CEO da Rioforte, entendi por bem e para o benefício da Comissão preparar esta intervenção inicial estruturada à volta do historial da própria sociedade, dividida em quatro períodos, o que farei com base no meu depoimento da forma mais transparente e objetiva que me é possível.

Vou começar pela génese da Rioforte. A Rioforte Investments SA, que designarei por Rioforte, foi constituída a 22 de julho de 2009 por redenominação da Espírito Santo Resources SA, ambas as sociedades

sediadas no Luxemburgo. O acionista único da Rioforte era, como sempre foi, a Espírito Santo International (ESI), *holding* de topo do GES (Grupo Espírito Santo).

Importa clarificar que se manteve operacional e com a sua denominação original a sociedade Espírito Santo Resources Ltd, igualmente subsidiária da ESI, com um conjunto de participações sociais reduzido.

Em novembro de 2009, aceito o convite do Dr. Manuel Fernando Espirito Santo — até então Presidente da Espírito Santo Resources — e do Dr. Fernando Martorell — até então vice-presidente executivo da mesma empresa — para a posição de presidente da comissão executiva (CEO) da Rioforte e sou nomeado administrador em assembleia-geral a 3 de dezembro de 2009. Importa referir que a minha contratação teve por base critérios exclusivamente profissionais com base no meu perfil, na minha experiência e no meu percurso profissional.

Foi-me transmitido que a criação da Rioforte tinha tido por base a decisão do Grupo de reforçar as condições de gestão e desenvolvimento de negócios não financeiros selecionados para aumentar a sua capacidade de criação de valor ao acionista e atrair um ou mais investidores para o seu capital e, num prazo mais longo e reunidas condições de mercado adequadas, abrir o capital em Bolsa.

O objetivo central era claramente reforçar a obtenção de capital para a empresa e para o seu acionista.

A missão da Rioforte, definida pelo acionista, consistia em assegurar uma gestão dinâmica da carteira de negócios através da reestruturação, alienação parcial ou total e aquisição e valorização de participações nos sectores de turismo, imobiliário, agricultura, construção e energia no espaço geográfico da Ibéria, da América Latina e da África lusófona.

Incluía, em particular, a Escom e a Opway, sociedades que mais tarde sairiam do perímetro da Rioforte.

Importa sublinhar que a construção da carteira de negócios de base da Rioforte no final de 2009, não obstante a sua importância em termos absolutos e o relevo de várias participadas nos respetivos sectores de atividade, não tinha obedecido a um racional estratégico ao longo dos anos segundo os quais se foi desenvolvendo. O negócio *core* do Grupo Espírito Santo sempre tinha sido a área financeira, cuja configuração evidenciava uma visão estratégica de grupo financeiro universal.

A entrada do Grupo nestes sectores de atividade dá-se, assim, por razões de oportunidade conjuntural de diversa ordem surgidas ao longo de várias décadas.

A situação financeira de partida da Rioforte reflete-se no primeiro exercício de fecho de contas consolidadas, tendo ativos avaliados em 3262 milhões de euros, um passivo de 1990 milhões de euros e capitais próprios de 1273 milhões de euros.

A dívida financeira de 1176 milhões de euros, consolidado, um nível de EBITDA de apenas 67,6 milhões de euros e prejuízos, em 2009, de 37,2 milhões de euros evidenciavam o importante desafio de reestruturação que se colocava, desde logo, à gestão da Rioforte.

Eu estava totalmente ciente da difícil situação financeira inicial da Rioforte, da necessidade de melhorar a gestão operacional das empresas participadas, de alienar ativos de reduzido rendimento e de reduzir o seu endividamento, o qual era, regra geral, significativamente superior às empresas comparáveis dentro dos seus sectores de atividade.

Ao mesmo tempo, era necessário criar um modelo de governação alinhado com as melhores práticas para ter capacidade de efetuar a necessária reestruturação e atrair investidores para a Rioforte.

Assim, para aceitar o convite que me foi feito, coloquei uma série de condições que foram formalmente aceites pelo acionista, em particular: o reporte hierárquico dos CEO das participadas a mim próprio e o reporte funcional dos CFO (*chief financial officer*) das participadas ao CFO da Rioforte; a integração no conselho de administração de personalidades independentes; a formalização de Comité de Auditoria e a condução formal de auditoria de contas de todas as empresas participadas por uma empresa de auditoria de topo — seleção que recaiu sobre a Ernst & Young; operações decididas em conselho sob prévia avaliação em Comité de Investimentos e segundo regras expostas num manual de investimentos; e a implementação de Código de Conduta e práticas de sustentabilidade de adoção obrigatória em todo o universo Rioforte.

Pretendeu-se, assim, construir uma plataforma de governação capaz de assegurar a racionalidade e transparência, requeridas para uma gestão adequada dos negócios da sociedade. Não obstante, a Rioforte era parte integrante de um grupo empresarial e tinha um acionista único: a Espírito Santo International. Nesse contexto, o conselho superior do Grupo acompanhava regularmente a Rioforte e a gestão de tesouraria manteve-se integrada na gestão central de tesouraria do GES.

Entro em funções a 1 de Fevereiro de 2010, momento em que o conselho é constituído pelo Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, como presidente, Dr. Fernando Martorell, como vice-presidente, e Gonçalo Cadete como administrador executivo com o pelouro financeiro, até então diretor da Espírito Santo Resources.

A minha responsabilidade cobre toda a carteira de participações existente, com reporte direto do respetivo CEO a mim próprio, exceto as sociedades do Grupo Escom e da Espírito Santo Property Brasil (ESPB),

cujos relatórios são mantidos com o vice-presidente do conselho de administração.

A comissão executiva ficou completa com a nomeação a 1 de julho de 2010 do administrador executivo com a responsabilidade por Operações (Investimentos e Desinvestimentos) e pela coordenação operacional do recém-criado escritório de São Paulo, no Brasil. Entre 1 de abril de 2010 e 27 de junho de 2011 foram propostos pelo acionista e nomeados três administradores independentes, profissionais sêniores de elevada reputação profissional.

Para além de reuniões de curta duração dedicadas a tomadas de decisão sobre temas pontuais, é estabelecido, logo desde o início, um modelo formal de quatro reuniões do conselho de administração por ano.

Estas reuniões regulares constituíram-se como um pilar-chave da governação da Rioforte, tendo normalmente meio dia a um dia de duração com apresentações preparadas pela comissão executiva para informação e decisão pelo conselho das matérias relevantes em cada momento relativas à gestão da sociedade, muitas vezes complementadas por apresentações e discussões com equipas executivas das próprias empresas participadas nas diferentes geografias.

Este modelo foi complementado por reuniões regulares das comissões do conselho e, muito em particular, por reuniões praticamente semanais minhas e do CFO com o presidente e o vice-presidente do conselho para que estes estivessem informados e pudessem contribuir na gestão numa base mais regular.

A Rioforte funcionou nestes moldes de forma sistemática desde a minha entrada até ao fim de março de 2014.

Resumindo este primeiro ponto, queria sublinhar três aspetos.

Em primeiro lugar, a Rioforte constituiu uma iniciativa do GES, na minha perspetiva, interessante e viável, de aumentar a profissionalização da gestão dos negócios mais importantes fora da área financeira e potenciar o seu valor a prazo.

Em segundo lugar, apesar do grau de endividamento e dos prejuízos com que nasceu, a Rioforte possuía, a meu ver, potencial de melhoria intrínseco a muitos dos seus negócios e a reputação da marca Espírito Santo tornava credível a visão de médio e longo prazo de construir uma carteira de negócios que fosse estruturalmente rentável e que pudesse ser capaz de atrair investidores em boas condições de valor para o acionista.

Em terceiro lugar, a gestão profissional representada pela comissão executiva a que presidi, os administradores independentes que integraram o conselho de administração e as regras de governação aprovadas pelo acionista criavam condições para ser possível assumir os objetivos traçados pelo acionista.

Entro agora na segunda parte, ou seja, no período entre 2010 e setembro 2013.

De fevereiro a maio de 2010, e com o apoio do BES Investimento e do Crédit Suisse, a Rioforte realiza uma série de apresentações a investidores internacionais para avaliar as possibilidades de abrir o capital da sociedade, um processo que se denomina normalmente por *private placement*.

Esta operação, que estava planeada pelo acionista desde a criação da Rioforte, não é bem sucedida, devido, por um lado, à crise de dívida pública no Sul da Europa, que estala no início de abril de 2010, e, por outro lado, à heterogeneidade do portfólio, ou seja, encontrámos investidores interessados em sectores ou geografias específicas e não no portfólio como um todo.



A 9 de setembro de 2010, o conselho da Rioforte aprova o congelamento do *private placement* e assume como objetivos a atração de investidores ao nível de geografias ou sectores de atividade específicos ou, mesmo, diretamente nas sociedades participadas, por um lado, e, por outro, a alienação de participações residuais e de empresas com baixo potencial de valorização.

Nessa data aprovámos um plano estratégico para os próximos quatro anos, orientado para uma exposição equilibrada entre as três geografias, nomeadamente reforçando o investimento na América Latina. Neste sentido, a Rioforte entra no capital das empresas de energia ERB e GeoRadar, investimentos de reduzido montante, mas com potencial de crescimento e valorização.

No curto prazo, pelos resultados e peso na dívida que se agravam de 2009 para 2010, a Opway e a Escom constituem as prioridades para reestruturação ou mesmo para alienação.

Em novembro de 2010, é comunicado à comissão executiva da Rioforte um acordo para venda da posição de 66,7% da Rioforte na Escom por 500 milhões de dólares (368,9 milhões de euros) à sociedade Newsbrook International, um consórcio de investidores angolanos, tal como nos foi transmitido. Esta operação, conduzida diretamente pelo acionista da Rioforte, é acompanhada da venda de 30,3% da participação da Opway na *joint venture* Opway Angola.

O acionista decide que a operação de venda da Escom seja precedida de venda pela Rioforte à Espírito Santo Resources por idêntico valor. Assim, a operação permite à Rioforte reduzir no ano a dívida em 92 milhões de euros e os prejuízos consolidados em 31,8 milhões de euros, ficando a totalidade do montante da transação em dívida da ES Resources à Rioforte.

Em 2011, é reforçado o trabalho de reestruturação em várias participadas e são feitos os primeiros contactos para venda dos Hotéis Tivoli e para abertura de capital das operações agropecuárias do Paraguai.

A forte exposição da carteira a Portugal, a crise no País nos sectores mais expressivos da Rioforte, ou seja, construção e imobiliário, os custos de reestruturação e o reconhecimento de imparidades por reavaliação de ativos conduz, nesse ano, a Rioforte a apresentar prejuízos consolidados de 368 milhões de euros e uma degradação do balanço de 2010 para 2011 com queda de capitais próprios de 1392,5 para 979,2 milhões de euros.

Face à situação no final do ano de 2011, ao longo de 2012 têm lugar várias operações para reequilíbrio da situação da Rioforte, nomeadamente: primeiro, a aceleração do processo de reestruturação da Opway, que culmina com a transferência da empresa para fora do universo Rioforte; segundo, a alienação de participações da Rioforte em património imobiliário de ciclo longo; e, terceiro, a aquisição de participação de controlo na Espírito Santo Saúde.

Esta última operação permite consolidar os resultados operacionais expressivos da Espírito Santo Saúde e capitalizar nos futuros ganhos expectáveis com o IPO desta empresa que estava na altura previsto para 2013/2014 e, certamente, todos se recordarão que teve, efetivamente, lugar no início de 2014.

Ao mesmo tempo, têm lugar em 2012 duas operações com entidades externas geradoras de mais-valias para a Rioforte: a DEG, subsidiária do banco de fomento alemão KfW, toma uma posição de 15% nas operações agropecuárias da Rioforte no Paraguai, a empresa PAYCO, representando uma significativa valorização deste ativo.

Por outro lado, a GeoRadar, detida a 33% pela Rioforte desde final de outubro de 2010, efetua uma abertura de capital a um novo sócio que

avalia a empresa em 2,7 vezes o valor que tinha sido pago originalmente pela Rioforte em 2011.

No final de 2012, as contas da Rioforte apresentam um aumento do EBITDA de 13,8 para 63,5 milhões e resultados líquidos consolidados de 700 000 euros. Os capitais próprios mantêm-se relativamente estáveis nos 967 milhões de euros, mas a dívida financeira consolidada aumenta de 919 para 1519 milhões, fruto, em particular, da consolidação da Espírito Santo Saúde e do aumento de 224 para 487 milhões de euros na tomada de dívida para o acionista Espírito Santo International.

O ano de 2013 fica marcado pelo início de obtenção dos frutos do trabalho de reestruturação e desenvolvimento de carteira iniciado em 2010. Os resultados apontam para uma melhoria significativa do desempenho, graças à consolidação total da Espírito Santo Saúde, ao crescimento rentável da atividade imobiliária em Portugal e à evolução positiva da PAYCO, da hotelaria e das viagens, além dos efeitos das operações de atração de novos acionistas concretizadas na GeoRadar e na ERB.

Em 25 de novembro de 2013, é apresentado em conselho um *forecast* de fecho do ano, ainda com a Rioforte no seu modelo original de gestão de portfólio de negócios não financeiros, que apresentava um crescimento do EBITDA para 126,5 milhões de euros e dos lucros para 3,4 milhões de euros, com os capitais próprios estáveis.

No entanto, regista-se o aumento da dívida da ESI à Rioforte para 922,6 milhões de euros — e aqui incluo a dívida da Espírito Santo Resources — assim como o crescente endividamento da própria Rioforte, apenas a nível das *holding*, não contando com a dívida estrutural das participadas de 999,9 milhões de euros, com maturidades já bastante curtas.

Neste momento, e à beira de sofrer os efeitos do que viria a ser o programa de reestruturação do Grupo Espírito Santo, fecha-se um ciclo na

Rioforte, marcado, a meu ver, por vários aspetos positivos, que gostaria de destacar: a reestruturação do negócio de construção; o fortalecimento do negócio imobiliário em Portugal; a reestruturação dos hotéis Tivoli, com uma melhoria expressiva dos resultados operacionais ao longo deste período; a dinamização da Herdade da Comporta, com arranque de investimentos estruturais de base; a valorização da agropecuária com atração do KfW para o Paraguai e melhoria da rentabilidade das próprias fazendas que a Rioforte tinha no Brasil sob sua exploração; novos investimentos no Brasil, investindo valores limitados em projetos emergentes, ou de *early stage*, na área da energia, com potencial de valorização e crescimento; e início de lançamento de atividades em Moçambique com base em parcerias locais em agricultura e imobiliário, ainda num carácter bastante incipiente.

No entanto, os resultados obtidos neste período foram limitados por várias razões que também importa destacar: a situação operacional e financeira das empresas herdadas da Espírito Santo Resources era pior do que se previa no início, dificultando a sua alienação em condições aceitáveis, exigindo um maior esforço de gestão e de apoio financeiro e sofrendo um nível recorrente de imparidades que refletiu a sobrevalorização dos ativos na origem da Rioforte em 2009; a elevada exposição do portfólio a Portugal, num período de crise muito acentuada nas indústrias de maior peso na carteira — a construção, o imobiliário e a própria hotelaria; o crescimento da dívida financeira consolidada, com contração de dívida crescente para fazer face aos custos de reestruturação e imparidades das participadas; à dívida da Espírito Santo Resources por transferência da Escom, que não tinha sido recebida, e para apoio financeiro à Espírito Santo International; perfil de dívida com maturidade curta, já que as dificuldades dos mercados financeiros no período

obrigaram a que as necessidades de fundos fossem obtidas com programas de prazo inferior a um ano — 49,5%, em 2010, 49,8% no 1.º semestre de 2011 e 65% no final de 2012 —, em particular, através de programas de EMTN (*Euro Medium Term Notes*), programas obrigacionistas e papel comercial lançados pela Rioforte em 2011 e 2013; finalmente, a centralização de tesouraria na ESI que conduziu a uma dívida crescente da ESI à Rioforte, que passou de 110,4 milhões de euros, em 2010, para 224,3 milhões de euros, em 2011, e 486,6 milhões de euros, em 2012, excluindo aqui a já referida dívida da Espírito Santo Resources.

Toda a evolução foi acompanhada regularmente pelo conselho de administração que, consciente das limitações expostas, teceu elogios ao trabalho da comissão executiva, o que está em várias atas, nomeadamente nas de 27 de setembro de 2012 e 25 de setembro de 2013, o que demonstrou conforto e estímulo face ao trabalho desenvolvido.

Entro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, na terceira parte, ou seja, de setembro de 2013 a março de 2014.

A partir de setembro de 2013, o agravamento da situação da ESI, acionista único e junto de quem a Rioforte tem já uma dívida elevada, conduziu ao início de uma rotura no modelo original da sociedade.

O primeiro sinal de preocupação da gestão executiva da Rioforte com a situação da ESI surge em setembro, quando a imprensa noticia a elevada exposição a empresas do GES de fundos colocados pela área financeira e a necessidade da sua redução, com destaque para o fundo Espírito Santo Liquidez, gerido pela Espírito Santo Ativos Financeiros, a apresentar uma exposição de 897 milhões de euros à ESI.

O segundo sinal, mais claro e expressivo, surge no contexto do exercício ETRICC 2, já aqui amplamente referido por vários intervenientes, nesta Comissão parlamentar.

A 23 de outubro de 2013 a Rioforte toma conhecimento do lançamento pelo Banco de Portugal, com assessoria da auditora PwC do processo ETRICC 2 com o objetivo de avaliar a qualidade da exposição financeira da banca ao GES, no ramo não financeiro — entendido como incluindo a ESI e as suas participadas não financeiras.

A participação da Rioforte neste trabalho, coordenado por uma equipa do BES, baseou-se no Plano Estratégico 2013-2017, aprovado em conselho da Rioforte, com algumas modificações, nomeadamente a extensão das projeções até 2023.

A Rioforte manteve o conselho informado da existência do trabalho em curso para resposta ao ETRICC 2 e, não tendo nunca recebido oficialmente os resultados do relatório preliminar, de janeiro de 2014, ou do próprio relatório final, de março de 2014, tomou conhecimento, pela equipa do BES, de que a PwC e o Banco de Portugal consideraram não existirem indícios de imparidades de crédito no universo da Rioforte.

Subsequentemente, a Rioforte toma conhecimento da auditoria especial à ESI e suas participadas, solicitada pelo Banco de Portugal à KPMG, em dezembro de 2013, onde foram identificados vários problemas relevantes na ESI e na Espírito Santo Resources, nomeadamente: na qualidade do modelo de governo; na qualidade dos processos de gestão; nas deficiências no reporte financeiro e relato contabilístico; na sobrevalorização de ativos; na não identificação da totalidade dos passivos financeiros; e, finalmente, no elevado nível de endividamento como é do conhecimento das Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Não foi dado conhecimento deste relatório à Rioforte, oficialmente, mas as conclusões do mesmo foram amplamente divulgadas na imprensa a 22 e 23 de maio de 2014 e, oficialmente, no próprio prospeto de aumento de capital do BES nesse mesmo mês.

Face ao descrito, em dezembro de 2013, a Rioforte tem já sinais claros da gravidade da situação financeira da acionista ESI. O saldo agregado de dívida da ESI e da Espírito Santo Resources à Rioforte cifra-se em 922 milhões de euros.

Sem referir os efeitos sobre a área financeira — Espírito Santo Financial Group —, quero sublinhar que uma insolvência da Espírito Santo International nesse momento teria graves consequências para a Rioforte em si mesma e para os credores da Rioforte: por um lado, o registo total do saldo da dívida da ESI e da Espírito Santo Resources como imparidade conduziria já a capitais próprios negativos; a Rioforte e as suas participadas fariam parte da massa falida da ESI e seriam inevitavelmente objeto de liquidação; e, dada a reduzida maturidade da dívida da Rioforte, uma falência da ESI e os efeitos reputacionais daí resultantes levariam a uma fuga de credores da Rioforte, não renovando linhas de financiamento, o que poderia, eventualmente, conduzir à própria insolvência da Rioforte, tendo em atenção que a liquidação de ativos em condições minimamente aceitáveis não poderia ser feita ao ritmo de não renovação destas linhas.

É naturalmente discutível se seria melhor este desfecho para a Rioforte e para os seus credores do que aquele que veio a acontecer em final de 2014.

Certo é que existia uma noção generalizada no Grupo do problema da ESI, ao longo do 4.º trimestre de 2013, e da importância de desenvolver todos os esforços para definir e executar um programa que fosse capaz de ultrapassar esta situação. Foi essa também a minha convicção pessoal, compartilhada com a comissão executiva da Rioforte e com o presidente e o vice-presidente do conselho de administração.

Em dezembro de 2013 foi preparada, pela equipa financeira do Banco Espírito Santo, uma proposta de programa de reestruturação do GES, que foi apresentada e aprovada no conselho superior do Grupo.

O Programa previa a desativação progressiva da ESI e a simplificação societária do Grupo, passando a Rioforte a assumir o papel de *holding* de topo do Grupo, concentrando em si a participação da ESI na Espírito Santo Financial Group, através da aquisição de 100% do capital da Espírito Santo Irmãos.

A seleção da Rioforte como *holding* de topo do GES era justificada, na referida apresentação, por se tratar de uma plataforma credível e gerida de acordo com boas práticas de mercado. De facto, a Rioforte sempre esteve munida e não abdicou de práticas de gestão formais rigorosas, sendo reconhecida no mercado como um modelo profissional e transparente dentro do GES.

O programa de reestruturação do GES, na sua primeira versão, para além de contribuir para o esforço global de resolução dos problemas do Grupo, apresentava vários pontos positivos para a Rioforte, para o acionista e para os seus credores: a participação a adquirir na Espírito Santo Financial Group — 2,356 milhões de euros por 49,6% — tinha, no que era conhecido à data, um valor intrínseco relevante, graças, nomeadamente, às participações no BES, na Tranquilidade e na Espírito Santo Saúde, entre outros; a anulação dos saldos da ESI e da Espírito Santo Resources, a receber pela Rioforte, que de outra forma se afiguravam de difícil recuperabilidade face à situação que claramente estava a emergir relativamente à Espírito Santo International e o próprio recebimento da operação da Escom, parqueado na Espírito Santo Resources; como terceiro ponto positivo, o reforço do capital da Rioforte através de um aumento de capital de 456 milhões, provenientes do encaixe da ESI pela venda da



participação na Espírito Santo Financial Group; igualmente positiva era a emissão de 1100 milhões de obrigações convertíveis (VMOC — Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis) para utilização em investimentos e redução de dívida por parte da Rioforte; finalmente, a contratação de linhas de médio e longo prazo para a Rioforte, melhorando o risco do balanço da sociedade, ou seja, mitigando o risco de não renovação das linhas de curto prazo, e utilizando as ações da Espírito Santo Financial Group como colateral.

Obviamente, este programa continha riscos importantes. A operação de aquisição da ESFG implicava um aumento significativo da dívida da Rioforte e as restantes componentes do programa estavam longe de estar garantidas. Para além disso, não estavam endereçados os desafios de governação associados a essa transformação dentro da Rioforte, mas a gravidade da situação justificou, na opinião da comissão executiva e do presidente e vice-presidente do conselho, mais tarde pelo conselho, que esses riscos fossem assumidos.

O Programa de Reestruturação descrito foi comunicado ao Banco de Portugal, por carta da ESFG de 13 de janeiro de 2014, sendo a avaliação da ESFG e respetivas análises de suporte do conhecimento do Banco de Portugal no âmbito do ETRICC 2.

Não consta que esta valorização, para efeitos de aquisição direta e indireta por parte da Rioforte à ESI e da sua participação na ESFG, tivesse merecido qualquer reparo por parte do Banco de Portugal e, adicionalmente, a operação foi comunicada pela ESFG ao mercado, em 23 de janeiro de 2014, dando conta das alterações na estrutura de detenção das participações do GES na ESFG, tendo em atenção que a ESFG era uma empresa cotada.

Como resultado final da transação, a Rioforte passa, assim, a ter uma dívida junto da ESI de 1231 milhões de euros, correspondente ao saldo global da transação. Esta dívida seria, num primeiro momento, liquidada através da tomada de financiamento adicional de curto prazo e, num segundo momento, substituindo esse financiamento por linhas de médio e longo prazo, como já referi, nomeadamente utilizando as ações da ESFG como colateral, tal como evidenciado nas notas às contas consolidadas da Rioforte de 2013.

No entanto, após a concretização da operação e sem conhecimento prévio da comissão executiva, o plano de reestruturação do GES foi revisto, reapresentado e aprovado em conselho superior do GES em 30 de janeiro de 2014.

Este plano veio adicionar um conjunto de pontos de complexidade que dificultavam a sua execução, nomeadamente a implementabilidade de uma operação de troca de ações da ESFG, cotada no mercado, por ações da Rioforte, designada Operação Pública de Troca, valorizando essas ações da ESFG a um valor mais baixo do que o implícito no registo da participação existente na Rioforte.

Para mais, importa sublinhar o objetivo desta revisão, citando o próprio documento aprovado em conselho superior: *a)* «Mitigar os impactos negativos na ESI resultantes da avaliação efetuada (KPMG) e acelerar a sua desativação de modo consistente. Esta desativação implicará definir um modelo de acolhimento dos acionistas da ESI na Rioforte (...); *b)* «Proteger os interesses dos investidores minoritários da ESFG que vão ser potencialmente impactados pelo efeito ETRICC, muito embora já mitigado pelo impacto positivo a nível prudencial assegurado pela garantia prestada a nível soberano pela República de Angola».

Após manifestação pela comissão executiva da Rioforte relativamente à total discordância por esta situação, foi convocada uma reunião de coordenação, em que a equipa da Rioforte apresentou reservas à nova versão do plano, mas o primeiro passo já estava dado.

A operação de aquisição da participação no ESFG foi ratificada em conselho de administração da Rioforte, em 25 de fevereiro de 2014, tendo, igualmente, sido aprovada a forma de pagamento, nomeadamente através da anulação dos saldos intragrupo e da liquidação do valor restante através da contratação dos financiamentos adicionais, a que fiz referência há pouco, e da alienação de ativos. Esta decisão foi posteriormente ratificada em assembleia-geral da Rioforte, em 14 de março de 2014.

Na mesma reunião, a comissão executiva alertou que cabia exclusivamente ao conselho de administração da Rioforte o poder e o dever de tomar todas as decisões relativamente à gestão da sociedade, nomeadamente no que dizia respeito às diferentes solicitações do acionista, quer no âmbito do programa de reestruturação do GES, quer no âmbito de quaisquer outros compromissos que envolvessem a sociedade.

Na sequência desse alerta, foi aprovado pelo conselho de administração da Rioforte o papel central da sociedade no Programa de Reestruturação do Grupo, desde que salvaguardadas as condições de equilíbrio financeiro e de gestão da Rioforte.

Na prática, ficou aprovada a transferência de fundos da Rioforte para a ESI apenas e só até ao limite do saldo em dívida, em consequência da aquisição da Espírito Santo Financial Group, não sendo permitidos aumentos adicionais de endividamento.

De forma a garantir que esse limite não era ultrapassado, ficou igualmente aprovada a solicitação à ESI de autonomia de gestão de tesouraria na Rioforte. Apesar da elaboração de uma nota regulamentar a

23 de abril, na sequência do compromisso de acionistas tomado no Conselho de 11 de abril, esta deliberação nunca foi implementada.

Entre 10 de janeiro e 25 de fevereiro, tem lugar a colocação de dívida adicional de curto prazo para pagamento à ESI da aquisição da totalidade da participação na Espírito Santo Irmãos e, conseqüentemente, dos 49,6% de participação na Espírito Santo Financial Group.

Esta colocação de dívida é feita ao abrigo dos programas da EMTN, de papel comercial da Rioforte e de operações *stand-alone*, através de vários canais, nomeadamente do Banco Espírito Santo, do Banque Privée Espírito Santo SA, diretamente através do Espírito Santo Bankers Dubai e de outros canais financeiros do Grupo.

Por norma, em questões formais, a identidade dos tomadores finais de dívida não é do conhecimento da entidade emitente em programas desta natureza e as operações são desenroladas sob instrução da tesouraria central do Grupo Espírito Santo, solicitando em cada caso a aprovação da Rioforte.

Constituíram exceção a esta regra alguns casos de bancos e grandes investidores institucionais, nomeadamente a solicitação de tomada de dívida obrigacionista Rioforte por parte da Portugal Telecom SGPS, através de três operações todas ocorridas em fevereiro de 2014 num total de 897 milhões de euros: a primeira de 500 milhões de euros a 64 dias, no dia 10 de fevereiro; a segunda de 200 milhões de euros a 64 dias, no dia 13 de fevereiro; e a terceira de 197 milhões de euros a 55 dias, no dia 21 de fevereiro.

A 15 e 17 de abril, a PT SGPS renovou as operações de compra de dívida da Rioforte para três linhas no montante total já subscrito, de 897 milhões de euros, neste caso a 91 dias, dando assim sinais de conforto com a situação e confiança na capacidade da Rioforte honrar os seus compromissos.

O carácter de exceção quanto ao conhecimento do tomador de dívida por parte da Rioforte deveu-se à transmissão pela entidade colocadora, o DFME (Departamento Financeiro, Mercados e Estudos), a Direção Financeira de Mercados do BES, e ao volume total colocado, representando quase 30% do total de dívida financeira da Rioforte em termos não consolidados.

Foi comunicado à Rioforte que esta operação teria a maturidade de um ano, mas, à última hora, passou a ser, como referi, de 91 dias, ou seja, de cerca de três meses renovável.

Foi, como sempre, prestada aos canais colocadores de dívida toda a informação por estes solicitada relativamente às condições de cada operação individual de emissão, sempre que isso era solicitado, e a 25 de fevereiro, data do conselho da Rioforte, a dívida com a ESI estava totalmente saldada.

O Programa de Reestruturação do Grupo, as implicações sobre a Rioforte e a forma como o processo se havia desenrolado levaram cada membro do conselho a repensar a sua permanência em funções.

Assim, entre 31 de março e 11 de abril, os meus colegas da comissão executiva, o vice-presidente do conselho e um administrador independente apresentaram a sua demissão.

Pessoalmente, ponderei longamente apresentar a demissão em conjunto com a restante comissão executiva e cheguei a transmitir essa intenção ao presidente e ao vice-presidente do conselho.

No entanto, decidi manter-me em funções após uma reflexão longa na qual pesaram essencialmente três fatores: em primeiro lugar, a consciência da perturbação que a minha saída causaria na gestão operacional da Rioforte, responsável, já na altura, por mais de 9200 postos de trabalho em Portugal, sobretudo, mas também na América latina, assim

como na sua reputação junto de fornecedores, clientes e agentes financiadores; depois, o sentido de responsabilidade para com as equipas das participadas, cujos gestores tinham sido, em muitos casos, convidados por mim próprio; e, finalmente, a convicção de que os problemas financeiros da ESI haviam sido resolvidos com a operação de compra da Espírito Santo Financial Group pela Rioforte, dando condições para poder acreditar que fosse possível prosseguir o plano de refinanciamento da Rioforte que estava previsto e tinha sido aprovado em conselho de administração.

Por estas razões, por sentido de dever e consciência pessoal e profissional e, também, por coerência com o facto de ter aceitado e de ter assinado a operação de compra da ESFG, optei por permanecer em funções.

Os meus ex-colegas da comissão executiva permaneceram durante três meses, de abril a junho, como assessores do CA e eu acumulei transitoriamente as funções de CFO, sendo que a 1 de junho assumiu essas funções um novo CFO, uma profissional com larga experiência em funções de gestão financeira.

Meus senhores e minhas senhoras, entro agora no quarto ponto da minha alocução. Peço desculpa pela sua extensão.

Do final de fevereiro ao final de junho, foi desenvolvida uma atividade intensa para implementação do Programa de Reestruturação do Grupo sob coordenação de uma equipa do BES, envolvendo nomeadamente quatro pontos: negociações com bancos internacionais para colocação de dívida de médio prazo na Rioforte para melhoria do perfil de dívida; estruturação e preparação do programa de VMOC, das tais obrigações convertíveis a que me referi há pouco; configuração do programa de aumento de capital da Rioforte e sua colocação junto de

investidores institucionais; e a estruturação da operação pública de troca com a ESFG após a execução do aumento de capital.

Ao longo deste período, as duas primeiras iniciativas saíram claramente goradas, restava a possibilidade de um aumento capital significativo, de, pelo menos, 1000 milhões de euros, tal como apontado pelo acionista e, posteriormente, avaliar da oportunidade, ou não, de poder realizar a OPT (oferta pública de troca) com a Espírito Santo Financial Group.

Ao longo do mês de março, e depois de saldada a dívida com a ESI, a decisão tomada no conselho de 25 de fevereiro foi respeitada e a Rioforte não assumiu dívida adicional, nem realizou empréstimos adicionais à sua acionista. No entanto, no início de abril, a Rioforte passou a ser fortemente pressionada pelo acionista para emissão adicional de dívida para colocação na ESI, contrariando frontalmente a decisão tomada em conselho de administração a 25 de fevereiro de 2014.

Recusei-me formalmente a assinar cartas com a colocação de dívida a 2 e 7 de abril, tal como lavrado na ata da reunião de 11 de abril, e exigi uma reunião de conselho para discutir o assunto. A 11 de abril, o conselho da Rioforte reuniu com o objetivo de discutir e rever a decisão de bloqueio de financiamento à ESI tomada a 25 de fevereiro.

O conselho recebeu uma apresentação da Dr.<sup>a</sup> Rita Barosa e do Dr. Gonçalo Cadete, solicitada pelo presidente do conselho, com vista a obter a aprovação do mesmo conselho para três decisões enquadradas pelas necessidades colocadas nesse momento à Rioforte pelo Programa de Reestruturação do GES: primeiro, propor em assembleia-geral a autorização de um aumento de capital, em uma ou mais *tranches*, de até 2000 milhões de euros, ou seja, passando o limite de capital autorizado de 1300 milhões para 3300 milhões; e segundo aprovar um limite máximo de

endividamento de 3500 milhões e aprovar o aumento do programa EMTN de 1000 para 3000 milhões de euros.

O conselho aprovou esta proposta, mas foram colocadas várias condições quer por mim, quer por administradores independentes, nomeadamente: condicionar o aumento da dívida à efetiva realização de um aumento de capital na Rioforte; e liquidação dos financiamentos do acionista à Rioforte com ativos em garantia, ou transmitindo para a Rioforte esses mesmos ativos ao valor de mercado de forma a que a totalidade da dívida fosse ressarcida até ao final do ano. Essas condições nunca foram cumpridas pelo acionista.

A 27 de maio, foi comunicado em reunião do conselho de administração que o valor da dívida da ESI à Rioforte atingira 754 milhões e o conselho exigiu novamente garantias formais da ESI.

As garantias oferecidas foram duas: primeiro, a passagem de ativos reais, livres de ónus e encargos, para a Rioforte — neste caso o edifício de Miami; segundo, a comunicação para o aumento de capital da Rioforte em, pelo menos, 600 milhões de euros, uma primeira *tranche* dos 2000 milhões decididos em conselho a 11 de abril, e de a ESI em aceitar e fazer acontecer esse aumento de capital.

Importa salientar que durante todo o período de março a maio, e conforme atestado nas atas de conselho de administração da Rioforte, enfrentei, juntamente com outros colegas da administração tomadas de posição formais a pressão crescente do acionista para o aumento do endividamento da Rioforte junto da ESI e exigimos garantias formais ao acionista em conselho de administração para que esse aumento pudesse ser considerado.

A 11 de junho foram apresentadas cartas da ESI e do BES, comunicando a existência de um mandato formal de um cliente



institucional do BES, neste caso a PDVSA, Petróleos da Venezuela, para tomada de uma posição no capital da Rioforte de 500 a 700 milhões de euros, e da ESI a aceitar esse mesmo aumento de capital.

A 26 de junho, a imprensa noticiou a colocação de financiamentos da PT SGPS na Rioforte, no valor total de 897 milhões de euros, como referi, e a 30 de junho teve lugar uma reunião a pedido do presidente e do CFO da PT SGPS com a administração da Rioforte, na qual a PT SGPS transmitiu que não iria efetuar as renovações das linhas abertas que terminavam a 15 e 17 de julho, como referi, e solicitou o seu reembolso formalmente à medida do vencimento pela operação.

Este evento expôs publicamente de forma muito intensa a situação financeira da Rioforte, desencadeando um processo com fortes implicações: por um lado, a não renovação sistemática de emissões de curto prazo de dívida da Rioforte, à medida da sua maturação; e, em segundo lugar, forte preocupação de entidades financiadoras das participadas da Rioforte, ou seja, das empresas operacionais não financeiras da Rioforte, contaminando assim o normal funcionamento destas empresas.

A 3 de julho, a comissão executiva apresentou em conselho da Rioforte um programa de reestruturação da dívida sem necessidade, à partida, de entrar em insolvência ou em moratória de recuperação, com a denominação de *gestion contrôlée*, que é a denominação oficial luxemburguesa, junto do tribunal do Luxemburgo. O prometido aumento de capital da Rioforte, expresso nas cartas de 9 de junho, foi sublinhado no dia 3 de julho, como condição essencial para a viabilidade do plano.

Em reunião realizada a 7 de julho, o conselho tomou, pela primeira vez, conhecimento de que a ESI e o BES não tinham condições para avançar com o aumento de capital da Rioforte. Foi apresentado pela comissão executiva, por mim e pela minha CFO, um programa de

reestruturação alternativo com a necessidade de opção por entrar em insolvência ou solicitar o acesso ao regime de *gestion contrôlée*, optando o conselho pela segunda por permitir, por um lado, uma melhor gestão dos ativos na perspectiva da sua valorização para os credores e da proteção de postos de trabalho e, por outro, o envolvimento direto dos credores na aprovação e um futuro plano de reestruturação.

A 10 de julho, ocorreu o primeiro incumprimento da Rioforte, com responsáveis dos Espírito Santo Bankers Dubai a transmitir que não iriam renovar emissões de EMTN com maturidade nesta data.

A 22 de julho, a Rioforte entregou o pedido de acesso ao regime de *gestion contrôlée* no Luxemburgo, tendo as reuniões com os peritos do tribunal sido iniciadas a 29 de julho, com expectativas positivas de acesso ao regime dado que a Rioforte tinha capitais próprios positivos.

Com efeito, a 30 de junho, o balanço da Rioforte, em termos consolidados, apresentava uma situação líquida positiva consolidada de 729,1 milhões de euros e, em termos de contas individuais, de 667 milhões de euros.

A razão de solicitar a proteção do tribunal assentou na incapacidade por parte da Rioforte de responder a solicitações de liquidez de curto prazo face à crescente perda de confiança e de credibilidade do GES nos mercados e às mensagens transmitidas por detentores institucionais de dívida em vencimento para o seu pagamento, como foi o caso claro da Portugal Telecom SGPS.

Sem o pedido de acesso ao tribunal, a Rioforte podia ser declarada insolvente e entrar em processo de gestão judicial por qualquer credor junto do qual estivesse em incumprimento, com consequências potencialmente muito nefastas no valor das empresas participadas para os credores.

No final de julho, tiveram lugar no Luxemburgo reuniões iniciais com advogados e peritos nomeados pelo tribunal para estudar o pedido da Rioforte existindo sinais de possibilidade de decisão positiva do tribunal face à qualidade de balanço da Rioforte e à natureza dos seus ativos.

A 2 de agosto, surgiu a resolução do Banco de Portugal, separando o BES em duas entidades, tendo por consequência uma redução do valor da Espírito Santo Financial Group praticamente a zero, na ótica dos mercados. A Rioforte sofreu assim um acentuado desequilíbrio de balanço pela desvalorização da sua participação na Espírito Santo Financial Group, passando os capitais próprios da Rioforte a uma situação líquida negativa e reduzindo fortemente as suas possibilidades de obter o acesso ao regime solicitado de *gestion contrôlée*.

Ao longo do mês de agosto e dos meses de setembro e outubro, a situação da Rioforte e do GES teve um forte impacto nas empresas não financeiras do universo Rioforte em Portugal. As contas e operações do BES foram bloqueadas durante várias semanas gerando incumprimentos e perda de credibilidade, o acesso a crédito noutros bancos praticamente foi impossibilitado e surgiram situações de incumprimento operacional gerando fortes reservas junto de parceiros de negócio, com particular incidência em fornecedores que cortaram crédito e na perda de parceiros investidores.

A situação estendeu-se à própria América latina, devido à forma como a Oi desenvolveu o assunto, nos meios de comunicação, face à dívida Rioforte na PT, originando uma súbita pressão de bancos, fecho de acesso a crédito e perda de credibilidade junto de parceiros de negócio.

A 20 de outubro, e com uma argumentação essencialmente centrada no grave desequilíbrio do balanço das contas individuais da Rioforte, o tribunal do Luxemburgo decidiu não outorgar o regime de *gestion*

*contrôlée*. Consciente de que este regime era o que melhor servia o interesse dos credores, o conselho da Rioforte insistiu e apresentou um recurso à decisão do tribunal no dia 20 de novembro. No entanto, a 3 de dezembro, o tribunal negou o pedido de recurso e colocou a Rioforte perante a obrigação de declarar falência em 48 horas, o que aconteceu no dia 5 de dezembro. O conselho foi automaticamente destituído de funções e a gestão executiva apresentou a sua demissão das participadas diretas da Rioforte.

A 9 de dezembro, assumi um novo desafio profissional e deixei formalmente de exercer funções no Grupo.

Ao longo de mais de quatro meses, sob o regime de *gestion contrôlée*, a Rioforte teve capacidade de manter as participadas solventes, à exceção da Espírito Santo Property, que solicitou uma adesão ao PER por impossibilidade de pagamento de compromisso de papel comercial junto do Novo Banco.

Neste período, foi possível preservar valor e criar liquidez através de várias operações de alienação de ativos, cumprindo estritamente as regras colocadas pelo tribunal do Luxemburgo, nomeadamente: a venda em OPA (oferta pública de aquisição) da participação remanescente do Grupo Espírito Santo, 51% da Espírito Santo Saúde, após um processo de grande intensidade competitiva; a venda da Espírito Santo Viagens a um operador internacional do sector; e a venda das participações da Rioforte em várias sociedades no Brasil, nomeadamente as fazendas Botucatu e Agriways e a sociedade Luzboa.

Todas estas operações tiveram lugar num contexto de grande adversidade financeira das empresas e, caso não tivessem tido lugar nestes meses, as consequências em termos de perdas de milhares de postos de trabalho e de valor para os credores devido à impossibilidade de manter

financiamentos operacionais correntes que teriam sido, na minha opinião, bastante piores.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quero terminar esta já longa alocução com três palavras finais.

Em primeiro lugar, apesar de todas as dificuldades, limitações e adversidades que expus, assumi e continuarei a assumir o meu dever nas funções que desempenhei como CEO da Rioforte. Tenho orgulho no trabalho desenvolvido na criação e desenvolvimento da Rioforte ao longo de quatro anos. Nestes últimos 12 meses, permaneci até ao fim convicto de poder existir uma solução que protegesse as empresas e os seus trabalhadores, os credores da sociedade e das empresas participadas e os gestores profissionais com quem tive o privilégio de trabalhar.

Em segundo lugar, estou hoje convicto, com a informação de que disponho, que é, em larga medida, pública, em particular graças ao trabalho, devo dizer, da Comissão Parlamentar de Inquérito, que o colapso do Grupo deriva de práticas de gestão deficientes e de uma situação financeira grave que se prolongavam já há anos e que os acontecimentos de setembro de 2013 a agosto deste ano representaram, infelizmente, um corolário, a meu ver, inevitável. Neste contexto, acredito firmemente que a Rioforte estava infelizmente condenada desde o início, ou pelo arrastamento na falência da sua acionista, a ESI, ou, como foi o caso, por procurar ser parte de uma solução que, afinal, se verificou que não existia.

Em terceiro e último lugar, acredito que fiz tudo o que estava ao meu alcance para travar este processo, mas não o consegui porque a situação extravasava totalmente o âmbito da Rioforte, tendo a sociedade sofrido as consequências das decisões tomadas, quer ao nível do seu acionista, quer ao nível geral do próprio Grupo Espírito Santo.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradeço muito a vossa atenção para esta longa alocução e fico à vossa disposição para responder a todas as questões que queiram colocar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Eng.º João Rodrigues Pena.

Todos os Srs. Deputados já têm em vosso poder, nos vossos *e-mails*, o texto acabado de ler.

Tem a palavra, para dar início à primeira ronda de perguntas, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Paula Vitorino.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, agradeço os seus esclarecimentos.

Em primeiro lugar, depois de tudo o que disse, de todo o trabalho que referiu — aliás, à semelhança de todas as pessoas que aqui vieram, o Sr. Engenheiro fez tudo o que era devido nas alturas que eram devidas —, lamentavelmente a situação do Grupo e das empresas do Grupo é a que se conhece, por isso, não posso deixar de lhe perguntar se tendo sido a *holding* criada, como o senhor disse e como tinha dito o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, para ser a *holding* não financeira do Grupo, de acordo com as melhores práticas de gestão, e sabendo nós hoje que desde 2008 as contas do Grupo eram falsificadas, como é que vê a sua entrada para o Grupo em 2009.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tinha conhecimento, na altura, que desde 2008 as contas do Grupo estavam falsificadas.

Tal como referi na minha alocução inicial, apenas tivemos consciência da situação do Grupo, quer do ponto de vista financeiro, quer

do ponto de vista das práticas de gestão que eram levadas a cabo ao nível do nosso acionista, no último trimestre de 2013.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Quem é que o convidou, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Fui convidado, tal como referi inicialmente, pelo Dr. Manuel Fernando Espírito Santo e pelo Dr. Fernando Martorell.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Nunca teve nenhuma conversa com o Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Fui apresentado ao Dr. Ricardo Salgado já como CEO, futuro, da Rioforte, ou seja, já tinha sido convidado, já tinha aceiteado e formalizado todos os trâmites necessários, mas ainda não tinha iniciado funções. Portanto, teria sido, provavelmente, em janeiro de 2010.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Ele fez referência a qual era o seu entendimento do papel da Rioforte e de qual seria o seu papel na Rioforte?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Sem dúvida, o Dr. Ricardo referiu-me que a missão da Rioforte era exatamente aquela que eu referi na minha alocução inicial, ou seja, a de realizar uma valorização da presença do Grupo num conjunto de vários sectores e de várias geografias que estavam representados naquelas que eram as posições iniciais do ponto de

vista empresarial da Rioforte, enquanto Grupo, e que a missão era valorizar e obter a entrada de novos acionistas para a Rioforte, aportando, assim, capital para o seu desenvolvimento, capital para o próprio acionista da Rioforte.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — E sobre a relação com o BES?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Nada foi referido sobre a relação com o BES nessa altura.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Lá voltaremos, mas queria que ficasse bem claro quem é que mandava na Rioforte.

Já foram aqui feitas várias afirmações e eu gostava de saber quem é que, de facto, mandava: era a comissão executiva, era o presidente do conselho de administração, ou eram dadas orientações diretas pelo Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tal como na generalidade dos grupos com este tipo de organização, existiam vários níveis de responsabilidade, ou seja, de pessoas que mandavam de acordo com aquilo que eram as suas delegações de poder e essas delegações de poder, no caso da Rioforte, estavam explícitas nos regulamentos do funcionamento do conselho de administração e da comissão executiva.

Portanto, a comissão executiva mandava e tinha determinações que estavam delegadas por parte do conselho de administração, nomeadamente do presidente e do vice-presidente. O conselho de administração tinha um espectro de responsabilidade mais alargado, ou seja, aprovava os planos, os orçamentos, as operações que eram levadas a cabo no âmbito da Rioforte.



E, finalmente, o acionista, que era representado pelo Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, muitas vezes recorria ao conselho superior ou ao próprio Dr. Ricardo Salgado para se respaldar relativamente a decisões importantes dentro da Rioforte.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Então, como comenta as afirmações do Dr. Manuel Espírito Santo, dizendo que era o senhor que mandava naquilo tudo?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Que eu mandava em tudo?!...  
Não tenho essa percepção daquilo que o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo disse e a minha responsabilidade...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas posso dar-lhe os pontos 7 e 8 da intervenção do Sr. Dr. Manuel Fernando Espírito Santo nesta Comissão em que explicita exatamente isso.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, as minhas responsabilidades e as responsabilidades da Comissão Executiva estavam claramente explícitas naquilo que era o regulamento da comissão executiva.

Na prática, o que fazíamos era, por um lado, propor ao conselho de administração, como referi, planos, orçamentos, investimentos, operações que nos pareciam bem de tomar e de desenvolver e o conselho de administração considerava e aprovava essas mesmas propostas.

Por outro lado, na gestão diária, fazíamos a execução e o acompanhamento dessas mesmas deliberações do conselho de administração e, devo sublinhar, porque isso ocupava largamente a maioria

do meu tempo, o acompanhamento regular das muitas participadas que tínhamos dentro da carteira de negócios da Rioforte.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Assistiu a alguma reunião do Conselho Superior?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sim, Sr.<sup>a</sup> Deputada, assisti a várias reuniões do conselho superior, enquanto convidado do Dr. Manuel Fernando Espírito Santo para o apoiar em apresentações de ponto de situação de carácter mais ou menos regular da Rioforte. Ou seja, eu era convidado para entrar na sala onde se desenrolava o conselho superior, fazia uma curta apresentação, ouvia algumas questões e sugestões que recolhia e saía da sala e o conselho superior continuava a decorrer.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Julgo que já é claro quem é que mandava na Rioforte.

Passando agora para o negócio em si, Sr. Engenheiro, como é que vê um negócio que, logo no seu início, começa com um passivo de 2000 milhões de euros? Então, não posso deixar de lhe perguntar também se é legítimo afirmar que, já nessa altura, a Rioforte servia para esconder a situação real do GES e para aumentar o seu endividamento.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Como lhe disse, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não conhecia as contas noutras esferas do Grupo para poder opinar relativamente aquela que era a natureza das contas da Rioforte, no quadro das contas gerais do acionista, porque não as conhecia na altura; hoje, a situação é diferente.

A sua pergunta, tanto quanto entendi, referia-se ao início da Rioforte, não é verdade?

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sim. Pergunto se confirma a perceção com que se começa a ficar de que, logo de início, a Rioforte servia para ocultar o endividamento real do GES.

Mas também lhe posso fazer a pergunta ao contrário: será que era a Rioforte que justificava o endividamento excessivo do Grupo?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Não, de forma alguma.

A Rioforte, já em 2009, no ano em que é estabelecida, tem as suas contas auditadas e, portanto, não há a questão de esconder. Os números que hoje partilhei com a Comissão Parlamentar de Inquérito relativamente a 2009, 2010, etc. — e aliás, os Srs. Deputados teriam facilmente acesso às contas da Rioforte através do próprio *site* — mostram que existe e existiu sempre uma transparência grande do ponto de vista daquilo que era a divulgação das contas da Rioforte.

Portanto, não era escondido nada dentro da Rioforte relativamente aquela que era a sua situação real.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — E quem eram os principais credores no início da sua formação?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Em relação aos principais credores no início da sua formação, devemos distinguir, quando falamos de dívida da Rioforte, duas componentes: por um lado, o somatório da dívida das participadas; e, por outro lado, aquilo a que chamamos a dívida

assumida a nível da Rioforte e das suas *sub-holdings*, a Euroamerican e a Rioforte Investment Holding Brasil, por exemplo.

Ao nível de dívida das participadas, os principais credores eram credores bancários, aliás, julgo, de memória, que o BCP e a Caixa Geral de Depósitos seriam os principais bancos financiadores.

Relativamente aquela que era a dívida das *holding*, ela era reduzida quando a Rioforte arrancou. Era, sobretudo, a dívida das participadas que era, claramente, mais expressiva.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — E no final?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — No final, não. No final, a dívida das *holding* era claramente mais expressiva do que a dívida das participadas. Veja que duas das participadas com maior grau de endividamento tinham entretanto saído da Rioforte, embora seja verdade que a Espírito Santo Saúde, apesar de ser uma empresa com excelentes indicadores de desempenho económico-financeiro, tinha e tem, ainda hoje, um nível de endividamento razoável.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — E um dos principais credores continuava a ser o BCP?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Do ponto de vista de crédito bancário, sim, mas, a partir de setembro de 2013, com a colocação do programa de papel comercial do Banco Espírito Santo, obviamente que a exposição, não a crédito bancário propriamente dito mas a crédito de natureza obrigacionista colocado através do Banco Espírito Santo, assume um relevo grande. Já antes disso, a colocação do programa *Euro Medium*

*Term Notes* e de um anterior programa de papel comercial, de 2011, colocados através das *holding*, sobretudo da Rioforte Investments, eram efetivamente a componente mais expressiva da dívida consolidada da Rioforte.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Quais foram os impactos e quem é que tomou a decisão, em janeiro de 2014, de compra pela Rioforte das participações na área financeira do Grupo, de ficarem com 100% da Espírito Santo Irmãos e de reforçarem o peso na Espírito Santo Financial Group?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Como referi na minha alocução inicial, foi uma proposta que foi apresentada ao conselho superior do Grupo e que foi aceite e posteriormente apresentada à comissão executiva e ao vice-presidente do conselho de administração e ao restante conselho de administração da Rioforte.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Portanto, antes de ser concretizada, o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. Manuel Espírito Santo sabiam desta iniciativa?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Souberam, efetivamente, dessa iniciativa antes de a comissão executiva da Rioforte a conhecer. Sim, sem dúvida, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Peço desculpa por reforçar esta ideia, mas era absolutamente impensável e impossível que uma decisão

desta natureza fosse do desconhecimento do presidente do conselho de administração da Rioforte e, também, do Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Importa-se de repetir a primeira parte da pergunta, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Ana Paula Vitorino** (PS): — Quero que o Sr. Engenheiro confirme que seria absolutamente impensável que uma decisão desta natureza fosse do desconhecimento do presidente do conselho de administração da Rioforte, o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, e também do Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Confirmo, sim.

A Sr.ª **Ana Paula Vitorino** (PS): — Como é que esta reestruturação é compatível com as orientações do Banco de Portugal sobre a estratégia de *ring-fencing*?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, é uma questão à qual não é fácil responder, porque vejo-a como dois aspetos separados.

Esta operação, em si mesma, foi comunicada ao Banco de Portugal ainda antes de ter sido apresentada e aprovada no conselho de administração da Rioforte, tal como é referido no depoimento e como, depois, terá oportunidade de verificar na cronologia dos acontecimentos.

Não temos, nem tivemos, conhecimento de que o Banco de Portugal tenha levantado qualquer tipo de objeção a esta operação. Aliás, se o tivesse feito, penso que a operação, pelo facto de a Espírito Santo Financial

Group ser uma empresa financeira cotada, não teria possibilidade de ser concretizada.

Relativamente à questão que levantou sobre o *ring-fencing*, não vejo que esta operação, em si mesma, tivesse ligação ao *ring-fencing*. Talvez a Sr.<sup>a</sup> Deputada queira explicar melhor o seu raciocínio para eu poder esclarecê-la da melhor forma.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Lá iremos, a seguir, com outras perguntas.

Mas, de qualquer forma, o objetivo era diminuir a exposição ao Grupo GES e isso acabou por não acontecer, porque, na realidade, o que aumentou foi a exposição.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não. O que aconteceu com esta operação não foi aumentar a exposição no sentido creditício, digamos assim; o que houve foi uma tomada de posição acionista por parte da Rioforte sobre a área financeira, sobre a Espírito Santo Financial Group.

O que aconteceu de seguida foi que — e isto não tem necessariamente a ver com o *ring-fencing* — a Rioforte teve necessidade de contrair dívida de curto prazo para fazer o pagamento...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas, Sr. Engenheiro, a exposição do BES à Rioforte aumentou durante o ano de 2014.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Mas não devido a essa operação particularmente.

A dívida contraída pela Rioforte para fazer o pagamento da transação relacionada com a Espírito Santo Financial Group advém essencialmente

da colocação de programas *Euro Medium Term Notes* através de vários canais financeiros, sobretudo do Grupo, é verdade, mas isso não exclui a colocação de dívida obrigacionista através do canal Banco Espírito Santo.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Lá voltaremos, não sei se nesta ronda ou na próxima.

Não posso deixar de perguntar o seguinte: o que é que acha do *press release* — aliás, parece quase uma declaração de extraterrestre — que dá conta de que a Rioforte fecha 2013 com uma subida acentuada de lucro e de fortalecimento da sua situação financeira? O que acha disto, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Esses são os números reais.

Esse *press release* foi feito — tal como também fizemos outros, no passado — para a divulgação das contas de 2013. Efetivamente, as contas de 2013 são, do ponto de vista do balanço e da demonstração de resultado, positivas.

Nesse *press release*, chamo a atenção — e isso surge na generalidade das notícias de imprensa que me lembro que utilizaram esse *press release* — para a preocupação relativa à maturidade da dívida, preocupação essa que referi na minha intervenção inicial.

De facto, o que nos preocupava mais era a dimensão da dívida de curto prazo, que é explícita no relatório e contas, que é explícita no *press release* e que é, depois, formalizada através de uma nota dos próprios auditores Ernst & Young ao realizarem uma ênfase a esse respeito no nosso relatório e contas.



A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Aliás, isso está em linha com o grande otimismo que o Sr. Engenheiro demonstra no relatório de sustentabilidade de 2013, quando faz logo a abertura, na mensagem aos acionistas. De facto, o Sr. Engenheiro vê com grande otimismo o futuro da Rioforte. Manteria estas palavras?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Infelizmente, não, mas, por essa razão, continuei como CEO da Rioforte...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Por que é que não manteria?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Hoje? Porque, na altura em que fiz essa declaração no relatório de sustentabilidade, ou na altura em que fizemos a divulgação na imprensa, acreditávamos ainda que era possível a implementação da solução que estava prevista no Programa de Reestruturação do Grupo Espírito Santo.

Se atentar à cronologia que procurei deixar explícita na minha alocação, verá que, nessa altura, em março/abril, ainda acreditávamos que era possível que uma parte do programa de reestruturação do GES pudesse ser materializada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Engenheiro, pergunto-lhe muito diretamente: de quem é que era a responsabilidade da ocultação das contas?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Pode repetir?

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — De quem é que era a responsabilidade da ocultação dos passivos das contas da ESI?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Não faço ideia de quem era a responsabilidade da ocultação dos passivos das contas da ESI.

Eu estou aqui como presidente da comissão executiva, ou CEO, da Rioforte. É óbvio que tive sempre muito interesse em acompanhar, e senti que era a minha obrigação, a situação da ESI, mas, até ao ponto de saber, face àquilo que hoje conhecemos, de quem é a responsabilidade por aquilo que aconteceu, creio que não estou em posição de poder responder a essa pergunta.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Engenheiro, teve conhecimento do relatório dos advogados luxemburgueses, de março de 2014, que denunciava a ocultação de contas da ESI desde 2008?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Sim, da Arendt & Medernach. Pela imprensa.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Pela imprensa?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Sim, pela imprensa.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Há aqui qualquer coisa de estranho, porque, no mínimo, isso deveria ser objeto de uma queixa-crime.

Atendendo às suas responsabilidades e à relação que já existia entre a Rioforte e a ESI, não tomou nenhuma iniciativa, porquê?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Tomámos várias iniciativas nos conselhos de administração, e isso está refletido nas atas do conselho de administração, relativamente à gravidade da situação da ESI e foi em sede de conselho de administração que tomámos essas mesmas observações e exigências.

Aliás, quando a ESI, numa situação claramente difícil, voltou a solicitar a colocação de dívida através da Rioforte, houve uma reação bastante enérgica — estamos a falar de maio — por parte da Rioforte e que seguiu ao longo dos meses subsequentes.

Veja que nessa altura há um momento no tempo, que medeia entre final de fevereiro, pelo menos 25 de fevereiro de 2014, e 11 de abril, durante o qual a dívida da ESI à Rioforte é nula.

Portanto, não tínhamos aí assim a preocupação de reaver um endividamento para com a nossa acionista.

A Sr.ª **Ana Paula Vitorino** (PS): — Volto a fazer a pergunta: tendo conhecimento deste relatório, das perguntas que lá são feitas e das respostas que são dadas, o que é que o senhor acha sobre quem é que era o responsável pela ocultação das contas? Era o Dr. Ricardo Salgado, como diz o Dr. José Maria Ricciardi? Era o Machado da Cruz, como diz o Ricardo Salgado? Eram os dois, como diz o Manuel Espírito Santo?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, não tenho elementos para poder responder a essa questão de sobre quem é que era responsável pela ocultação das contas na Espírito Santo International. Digo mais uma vez: eu era presidente da comissão executiva da Rioforte.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Depois de ter conhecimento deste relatório, não teve qualquer curiosidade, sequer, em saber se é uma empresa participada da Rioforte?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Esse relatório só veio reforçar as preocupações que já existiam no final de 2013 relativamente à situação da ESI.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Continuaram todos preocupados.

Segundo o Dr. Manuel Espírito Santo, o nível de endividamento no final de 2013 atingia os 8000 milhões de euros. Como é que o Sr. Engenheiro soube disto? Qual foi a sua reação a esta informação?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Tomámos conhecimento do endividamento, no final de 2013 consolidado, através de informação do ETRICC 2.

Não sei se respondi à sua pergunta, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Engenheiro, já estamos habituados a que não respondam às nossas perguntas nesta Comissão de Inquérito.

A minha pergunta é muito concreta: atendendo a que estamos a falar das contas consolidadas da Rioforte, quem é que sabia deste endividamento, que, afinal, não está de acordo com o seu *press release* que foi lançado sobre as contas de 2013?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, peço muita desculpa, mas julguei que se estava a referir às contas consolidadas da ESI. Foi o meu entendimento.

As contas consolidadas da Rioforte, no final de 2013, são aquelas que surgem no *press release* e que estão no nosso relatório e contas.

A Sr.ª **Ana Paula Vitorino** (PS): — O Sr. Engenheiro era CEO de uma empresa que tinha participada a ESI, portanto não pode alienar-se de toda a responsabilidade relativamente ao que se passa na ESI.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, deixe-me esclarecer essa questão. É ao contrário: a Rioforte é participada da ESI. Ou seja, a ESI é a acionista única da Rioforte, e não o contrário.

A Sr.ª **Ana Paula Vitorino** (PS): — E relativamente à Espírito Santo Financial Group?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Relativamente à Espírito Santo Financial Group, no final do ano de 2013, o seu balanço é integralmente consolidado na Rioforte.

A Sr.ª **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Engenheiro, como já não tenho tempo para lhe colocar todas as questões que queria, passo agora à PT.

O ETRICC ao GES, realizado pela Pricewaterhouse a pedido do Banco de Portugal, concluiu que a Rioforte tinha um buraco de 945 milhões de euros e que a aquisição de títulos tinha um risco elevado. Em abril de 2014, a PT concretizou a compra da dívida da Rioforte no valor de

cerca de 900 milhões de euros, reforçando a aplicação anterior em 50 milhões de euros.

Gostaria de saber como e com que argumentos convenceram a PT a fazer esta operação na Rioforte?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não tive qualquer interação com a Portugal Telecom, não porque não estivesse disponível para a ter — aliás, referi na minha alocução inicial que a Rioforte e a sua comissão executiva estiveram sempre disponíveis para receber e interagir, quer com os agentes colocadores da nossa dívida, quer com eventuais recetores finais, institucionais —, mas porque nunca nos foi pedida a nossa intervenção, quer pelo agente colocador, quer por parte do próprio agente tomador.

A Sr.ª **Ana Paula Vitorino (PS)**: — Quem convenceu a PT a fazer esta operação?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Essa operação foi colocada, tanto quanto é do meu conhecimento, pela direção do DFME do Banco Espírito Santo.

A Sr.ª **Ana Paula Vitorino (PS)**: — Quem, em concreto, é que fez essas *démarches*? O Dr. Ricardo Salgado? Temos várias informações sobre esta matéria, mas são contraditórias.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, essa é uma questão que terá oportunidade de colocar à direção do DFME do Banco Espírito Santo. Foi a própria direção que nos colocou essa operação, as

pessoas, em si, são operacionais da direção. Não me recordo dos seus nomes, em concreto, sei que foi a DFME...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não é irrelevante, uma vez que levou à demissão até de membros do *board* da PT.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não estou a dizer que toda a situação não seja de relevância; é de uma enorme relevância. O que estou a referir, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é que não me recordo do nome das pessoas que estiveram envolvidas na colocação dessa dívida. Mas já lhe dei, pelo menos, o nome da instituição que teve esse papel.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — O Dr. Manuel Fernando Espírito Santo afirmou que só teve conhecimento da operação quando a PT pediu o reembolso e ficou muito espantado. Acha possível isto, tratando-se de uma aplicação de 900 milhões de euros? É verdade que não o informou?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Julgo que numa operação dessa dimensão tenha existido, claramente, essa informação.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Com certeza que o Sr. Engenheiro viu as notícias de hoje, relativamente às buscas que estão a ser feitas na PT mas, independentemente disso, não posso deixar de lhe perguntar se considera que a Rioforte é responsável por um processo que levou à destruição de uma das maiores empresas portuguesas, que é a PT, e por tudo aquilo por que está a passar.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, acredito que um tomador de uma emissão obrigacionista, quando o faz, fá-lo, seguramente, de uma forma consciente e instruída. Nós sempre estivemos disponíveis para dar toda a informação e, portanto, a operação de que estamos a falar é uma operação cuja decisão terá cabido à entidade tomadora.

A Sr.ª **Ana Paula Vitorino** (PS): — Muito bem, continuamos aqui numa senda em que toda a gente fez aquilo que tinha a fazer e, portanto, estamos quase a concluir que os culpados do descalabro disto tudo foram os depositantes, ou, enfim, o BES ou, então, de algum contínuo que para aí anda!

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não...

A Sr.ª **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas voltando um bocadinho atrás, e uma vez que ainda disponho de algum tempo, queria perguntar-lhe se soube da reunião de 5 de novembro de 2013, onde foi discutida a situação da ESI, com a presença de Ricardo Salgado, José Castella, Carlos Calvário e João Martins Pereira e se sabe qual foi a deliberação tomada nessa reunião.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Qual é a data, por favor?

A Sr.ª **Ana Paula Vitorino** (PS): — 5 de novembro de 2013.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Essa é uma reunião da Rioforte ou do conselho superior?



A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Essa foi uma reunião sobre a ESI.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não, não estive presente nessa reunião e, portanto, não tenho conhecimento do seu resultado.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Nessa reunião foi deliberado que uma das formas de se escapar — e estou a citar — seria recontabilizar a veracidade do passivo, 1300 milhões de euros, ou seja, reavaliar o ativo que havia em Angola, sem documento algum da prova da titularidade de 300 milhões de euros para 1600 milhões de euros, para fazer corresponder ao ativo.

Como é que é possível que não tenha sabido desta operação?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, com todo o respeito, deixe-me sublinhar que, aquilo que se passou na ESI, procurei acompanhar, na medida das minhas possibilidades, mas não tenho conhecimento de tudo o que se passou, não era da minha responsabilidade e, nesse caso específico, não tenho possibilidade de poder comentar, porque não acompanhei.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Pode explicar-nos, com certeza, por que é que aumentou a dívida da ESI à Rioforte.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — A dívida da ESI à Rioforte aumentou em dois períodos: num primeiro período, até ao final de 2013; e,

num segundo período, a partir de 11 de abril até cerca de princípio de junho.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas quais foram as razões da dívida se, de facto, aqui na sua intervenção diz: «Regista-se o aumento da dívida da ESI à Rioforte para 922,6 milhões de euros, incluindo a dívida da ES Resources».

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Como referi no início, e alguma vez ao longo da alocução, a Rioforte é criada com um modelo de gestão centralizada de tesouraria, ou seja, mantém-se uma gestão centralizada de tesouraria, que vinha ainda do tempo da Espírito Santo Resources e antes, e, no quadro dessa gestão centralizada de tesouraria, a Rioforte coloca, por conta da ESI, por decisão da gestão centralizada de tesouraria, dívida para a ESI.

Como lhe referi, durante o período em que isso acontece, em 2014, isso acontece perante uma série de condições, de condicionalismos, refletindo um grande desconforto por parte do conselho de administração da Rioforte, mas acontece. O conselho de administração, efetivamente, toma essa decisão, mas num contexto de grande desconforto e da colocação de uma série de condições permanentes ao acionista para poder assumir essa mesma dívida.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Portanto, o Sr. Engenheiro, CEO de uma empresa falida, aceitou emprestar dinheiro a outra empresa falida?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — A Rioforte...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não estava falida?!

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, a Rioforte não estava falida naquele momento. Tal como já tive oportunidade de referir, a falência da Rioforte vem a ocorrer mais à frente, por razões que incluem essa, mas outras também.

A Espírito Santo International estava, efetivamente, numa situação muito difícil e o financiamento que é decidido por parte do conselho de administração à ESI é feito com base em condicionalismos que estão expressos nas atas e é feito com base na expectativa da realização, em particular, de um aumento de capital na Rioforte por parte da ESI.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Acho que já ficou explícito, e como o meu Presidente diz que só tenho 1 minuto, portanto, estou aqui a tentar escolher algumas perguntas para lhe colocar, sem que as tenhamos preparado.

Mas gostaríamos de saber o que é que falhou no aumento de capital da Rioforte?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — De acordo com o que nos foi transmitido pelo acionista — porque, repare, esta é uma operação liderada e conduzida pelo acionista junto de um conjunto de potenciais investidores —, no final existia um investidor que estava identificado e que já foi aqui referido na Comissão, que era a PDVSA, relativamente ao qual o BES apresenta ao acionista da Rioforte, à ESI, um mandato dessa mesma instituição para poder colocar um aumento de capital entre 500 milhões e 700 milhões de euros.

O que é que acontece para que esse aumento de capital não se realize não lhe posso dizer, porque não tive interlocução direta com a entidade que tinha tomado uma decisão e depois muda de opinião. Não tive interlocução direta e não nos foi referido pelo acionista qual a razão específica dessa mudança de opinião.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — E acha que a inviabilização do aumento de capital da Rioforte contrariou a estratégia de *ring-fencing* imposta pelo Banco de Portugal?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Pode repetir a sua pergunta, por favor?

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Pergunto-lhe se acha que a inviabilização do aumento de capital da Rioforte contrariou a estratégia de *ring-fencing* imposta pelo Banco de Portugal.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — São duas coisas separadas. As questões relacionadas com o *ring-fencing* do Banco de Portugal, se bem me recordo, vêm de uma carta do Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal, do dia 3 de dezembro de 2013, e o aumento de capital e a questão que se coloca do aumento de capital é muito mais recente, é de julho de 2014.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — E então, onde é que foram buscar o capital que não obtiveram por via do aumento de capital?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não fomos buscá-lo! Não fomos busca-lo e é essa, precisamente, a origem da nossa iniciativa de

pedir a moratória de credores junto do tribunal do Luxemburgo, ao abrigo do programa de *gestion contrôlée*.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Portanto, acha que o não aumento de capital foi a sentença de morte da Rioforte?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — O não aumento de capital foi uma das mais importantes circunstâncias que, no quadro da adoção do programa de reestruturação do GES, era importante que acontecesse e que não aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem 30 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Engenheiro, vou resumir, numa única pergunta, muitas das perguntas que tinha aqui para lhe fazer.

E deixe-me fazer umas contas simples, à engenheiro: nós temos o empréstimo da Rioforte à ESI, de 922,6 milhões de euros e a dívida da Rioforte à PT é da mesma ordem de grandeza, de 900 milhões de euros, o que quer dizer que foi a PT que financiou a ESI.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Não se pode retirar essa ilação dessa forma. Eu também sou engenheiro, Sr.<sup>a</sup> Engenheira, mas, por isso mesmo, lhe digo que nem como engenheiro consigo tirar essa ilação.

A relação que aqui se coloca é que a dívida da Portugal Telecom surge no quadro de um programa de captura de financiamento da Rioforte para pagar uma dívida à ESI contraída para aquisição da Espírito Santo Irmãos e, por consequência, de 49,6% da Espírito Santo Financial Group. Essa é a origem da colocação da dívida da Portugal Telecom e, se não fosse

a Portugal Telecom poderia, eventualmente, ser outra entidade institucional, pois o que era importante naquele momento era, efetivamente, conseguir saldar essa dívida para com a ESI, o que foi feito e no princípio do ano de 2014.

Relativamente ao que é a tomada de dívida adicional para a ESI, essa acontece num momento posterior, ao longo dos meses de abril e de maio. Portanto, os dois eventos não estão correlacionados, sequer, no tempo.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Pois não, mas são contas simples de fazer.

Sr. Engenheiro, o senhor, que teve o percurso profissional que é conhecido, na área da consultadoria, considera-se hoje enganado no desafio que lhe fizeram, para passar por estes quatro anos de experiência — e percebemos a bondade das suas palavras — mas que, na nossa interpretação, só podemos considerar como tenebrosos, estes quatro anos da Rioforte. Considera-se enganado? Por que é que lá ficou? Por que é que não se demitiu, quando soube a verdade dos factos?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Respondendo à sua primeira pergunta, se me sinto enganado, devo dizer-lhe que me sinto muito frustrado, isso sim, porque aquilo que eu acreditava que eram as condições que iria ter para desenvolver um projeto não eram as condições que, efetivamente, existiam para desenvolver esse mesmo projeto.

A palavra «enganado» é uma palavra que pode ser sempre interpretada como «alguém não lhe disse toda a verdade». Essa é uma interpretação que espero um dia poder vir a tirar, mas, neste momento, ainda não a consegui tirar, mas que me sinto frustrado com aquilo que aconteceu, sim, sem dúvida alguma.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Engenheiro, mas foi provado, *a posteriori* que, em 2008, já havia ocultação de passivos e, enfim, jogadas menos próprias nas contas.

Então, com esse conhecimento *a posteriori* tem de fazer uma avaliação do convite que lhe foi feito, não é?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Em relação a esse ponto, como lhe digo, é uma questão de reflexão pessoal, que eu reservo, ainda, para mais tarde, e espero que compreenda esse aspeto. Espero, ainda, que fique satisfeita, Sr.<sup>a</sup> Deputada, com a minha frustração e não a minha desilusão, desse ponto de vista também, e não necessariamente com a questão de ter sido ou não enganado.

Relativamente à questão da demissão expliquei oportunamente, na minha alocução, que ponderei e discuti muito com o presidente do conselho de administração, com o vice-presidente do conselho de administração, com a minha comissão executiva, sobre se iria ou não demitir-me em conjunto com os restantes colegas que o fizeram na altura.

Não o fiz porque considero que a demissão de um CFO, de um CEO, até mesmo de um vice-presidente não executivo, é diferente da demissão de um CEO naquele momento.

Veja que sentia responsabilidades para com as empresas nas quais eu era presidente não executivo em muitos casos, muitos postos de trabalho estavam em jogo e poder manter, pelo menos, o CEO em funções é, a meu ver, completamente diferente de uma demissão em bloco da comissão executiva do ponto de vista das repercussões que isso teria sobre as condições operacionais dessas empresas.

Ao mesmo tempo, sentia, também, responsabilidades para com pessoas que eu próprio tinha convidado para dentro do Grupo e que estavam com funções executivas à frente dessas empresas participadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Anjinho.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em nome do CDS, começo por cumprimentar o Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Muito obrigado.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Pretendo dirigir-lhe algumas perguntas e pedir-lhe a sua paciência, pois algumas delas serão naturalmente tangentes àquelas que já lhe foram formuladas, mas, talvez, formuladas de forma distinta ou até mesmo por uma questão de organização de raciocínio num plano distinto.

Então, começo por situar as questões ao nível de 2009, mais concretamente na criação da Rioforte. Um dos aspetos que foi bastante salientado, já aqui por Manuel Fernando Espírito Santo, tinha a ver exatamente com a questão de estar em causa um novo modelo de *governance* que, inclusivamente, no quadro da comissão executiva, não teria representantes da família Espírito Santo.

Sr. Engenheiro, a primeira pergunta que lhe faço é se nos podia explicar um bocadinho melhor esta estrutura que, à partida, se revela tripartida entre conselho de administração, comissão executiva e outras comissões de acompanhamento, e qual é que era o papel da família Espírito Santo, em particular de Manuel Fernando Espírito Santo, no seguimento das questões da Rioforte.



O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — O Dr. Manuel Fernando Espírito Santo era o presidente do conselho de administração da Rioforte, aliás, continua a sê-lo, e, nesse quadro, teve um papel que estava perfeitamente consagrado e definido, ou seja, era o presidente, era um administrador não independente, porque representava o acionista, não era o único que representava o acionista, porque o seu vice-presidente também representava o acionista, mas era aquele que assumia a maior responsabilidade na representação do acionista no seio do conselho de administração.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — O que nos disse Manuel Fernando Espírito Santo é que as funções dele no Grupo eram apenas não executivas, embora acompanhasse como *chairman* a estratégia da Rioforte. Como é que era este acompanhamento não executivo de Manuel Fernando Espírito Santo?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Tal como lhe expliquei no início era um acompanhamento com que eu sempre contei e um acompanhamento que, efetivamente, seria de esperar por parte de um presidente do conselho de administração consciente e preocupado com essa mesma função.

Por isso, participava na preparação das reuniões do conselho de administração, participava ativamente durante as próprias reuniões do conselho de administração na sua gestão, pois, ao fim e ao cabo, cabe ao presidente do conselho de administração de uma empresa presidir às reuniões do conselho de administração, definir a ata, gerir os trabalhos do quadro dessa mesma reunião e não ao CEO — cabia-me fazer isso dentro

da minha comissão executiva, não dentro do meu conselho de administração — e, para além disso, a sua disponibilidade para poder ter reuniões frequentes de ponto de situação, tal como referi também na minha alocução, na qual nos permitia, a mim e ao meu CFO em particular, e também ao vice-presidente, poder partilhar com ele o andamento regular, quase semanal, digamos assim, da sociedade, da Rioforte e das diferentes operações e solicitações que eram colocadas do ponto de vista de decisão regular, quotidiana.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Era, portanto, uma postura de diálogo e de colaboração constante estreita entre si e Manuel Fernando Espírito Santo. Certo?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sem dúvida.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Muito bem.

Chegamos a 2010 e falou-nos aqui de um momento temporal entre maio e junho de 2010 em que foi realizado um *roadshow* internacional da Rioforte e em setembro de 2010 procurou-se, de facto, concentrar os esforços na venda ou parceria das unidades operacionais.

Gostaria que nos explicasse quais é que eram, efetivamente, as razões e os fundamentos subjacentes a todo este procedimento desde o *roadshow* até setembro de 2010.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Foram os procedimentos normais. Eu estava, ainda, a familiarizar-me com algumas das áreas de negócio e não tinha, ainda, o detalhe de algumas áreas que viria a dominar mais tarde — a agropecuária no Paraguai e tudo isso —, porque tinha

acabado de entrar no Grupo há poucos meses, mas o trabalho que foi desenvolvido no *roadshow* foi um trabalho...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço desculpa, mas há um ruído de fundo que impede que oiçamos, com a máxima atenção, aquilo que está a ser dito. Peço mais contenção nos comentários laterais.

Sr. Engenheiro, faça favor.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.ª Deputada, como lhe dizia, na minha ótica e na minha leitura, foi um verdadeiro trabalho de equipa, ou seja, presidente, vice-presidente, eu próprio, CFO, estivemos em vários locais, junto de vários investidores institucionais a fazer uma apresentação da Rioforte e a compreender qual era a perspetiva dos investidores institucionais relativamente a um potencial investimento na Rioforte.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, foi neste âmbito que se procurou tentar vender a Escom?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não, de todo!

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Relativamente à Escom, tanto quanto se sabe, a tentativa de venda da Escom reporta-se ao verão de 2010. Certo?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, não lhe posso dizer quando é que começam as iniciativas para venda da ESCOM. Não acompanhei essa operação!

Referi na minha alocução que a minha responsabilidade não cobria a Escom, sendo que ficou o Dr. Fernando Martorell, como vice-presidente, responsável por esse mesmo acompanhamento, e, durante o ano 2010, os trâmites que se seguem relativamente à que viria a ser a assinatura de um contrato, no final de 2010, relativamente à Escom é acompanhada, sobretudo pelo Dr. Martorell e não por mim, sendo que eu vim a saber do resultado no final.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Pergunto-lhe isto porque, num livro que se dedica exatamente a estas matérias, fazem-lhe referência, lendo-se nesse livro que o Grupo Espírito Santo com Manuel Fernando Espírito Santo e João Pena à frente da *holding* Rioforte propôs o negócio à Sonangol a petrolífera do Estado angolano, sendo que a data era verão de 2010.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Desculpe, pode repetir, por favor?

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Há um livro que diz, e cito: «O Grupo Espírito Santo com Manuel Fernando Espírito Santo e João Pena à frente da *holding* Rioforte propôs o negócio à Sonangol, a petrolífera do Estado angolano, que funcionava, mais ou menos, como fundo soberano de Angola, e foi assinado em Lisboa um contrato promessa de compra e venda dos seus 67%».

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Julgo que essa frase tem uma particularidade: o meu nome e o do Dr. Manuel Fernando Espírito Santo estão associados à liderança da Rioforte.

Devo dizer-lhe Sr.ª Deputada que não estive, de forma alguma, envolvido durante o verão, ou durante a primavera, ou durante o outono, ou seja em que altura fosse, com o negócio de venda da Escom à Newsbrook.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Muito bem.

O senhor na sua apresentação disse que a Escom, entretanto, saiu do perímetro da Rioforte. Quando é que a Escom saiu do perímetro da Rioforte?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — A Escom saiu do perímetro da Rioforte pouco antes do final de 2010.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Consegue dizer-nos, se era do conhecimento geral, qual era o montante dos prejuízos e a situação líquida da Escom à data de 2010?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sim. Posso dar-lhe os números exatos, se quiser, embora tenha de ir consultá-los, mas devo dizer que a Escom tinha uma dívida significativa e prejuízos significativos registados no próprio ano de 2010.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Uma vez que acabou de nos dizer que não teve qualquer envolvimento na tentativa de venda da Escom, presumo que também não nos possa elucidar sobre os montantes do respetivo contrato promessa e venda.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não, pelo contrário, Sr.ª Deputada; fui informado desses montantes e referi-os na minha alocação inicial.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, entramos nos finais de 2013 e, portanto, com a situação da ESI e com o plano de reestruturação.

A minha primeira pergunta é mais óbvia e clara: quando é que teve conhecimento exato da situação da ESI?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Tal como referi na minha alocação inicial, tive, e isto foi partilhado com a minha comissão executiva, um primeiro momento de grande preocupação quando percebi o nível de exposição ao Fundo Espírito Santo Liquidez e a necessidade que o Fundo Espírito Santo Liquidez tinha de, rapidamente, cortar esse nível de exposição — este foi um primeiro sinal de preocupação.

Agora, a situação, eu diria, mais flagrante, do ponto de vista de tomada de consciência, foi à medida que compreendemos a situação financeira da ESI, com o decorrer, com o final do exercício ETRICC 2 e a forma como essa situação financeira e essa insuficiência de reporte financeiro refletiam debilidades de gestão da própria ESI.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — De todo em todo, seria normal, na sua opinião, que uma empresa como a ESI não fosse uma empresa auditada?

A pergunta já lhe foi colocada, mas eu gostaria de lhe voltar a colocar, até porque, quando olhamos para a ESI, pelo menos pelas contas a

que conseguimos ter acesso, parece-nos, também, muito claro que houve um aumento gradual do passivo, desde 2008 até 2012, que vem sendo acompanhado pelo ativo, sugerindo sempre uma sobrevalorização dos ativos.

Gostaria de lhe perguntar em relação especificamente às questões da Rioforte — e já lhe foi pedido um esclarecimento sobre a questão do aumento do endividamento no ano de 2013 — o seguinte: na mesma data as contas da Rioforte atribuem aos seus ativos um valor contabilístico de cerca de 4300 milhões e este valor resultou de diversas operações, segundo informação que nos chegou, que lhe permitiram aumentar artificialmente o valor dos ativos, nomeadamente através da compra de participações diretas e indiretas da ESFG que foram adquiridas, sem contrapartida em dinheiro, por 2100 milhões, valor esse muito superior ao valor de mercado.

Gostaria que comentasse, por favor.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Utilizou a palavra «artificialmente» e eu concordo com o que disse na parte inicial, mas não com a palavra «artificialmente».

Efetivamente, as contas que a Rioforte apresenta e o valor que referiu dos seus ativos superior a 4000 milhões de euros reportam-se às nossas contas de 2013 auditadas pela Ernst & Young. A Ernst & Young teve oportunidade de auditar as nossas contas e, tal como é referido, a única preocupação que é colocada no seu relatório tem a ver, como eu falei há pouco, com a diferença entre ativos correntes e passivo de curto prazo, ou seja, o nível de maturidade curto da dívida nesse momento e não com o valor dos ativos.

Relativamente à questão que coloca sobre os valores que foram utilizados na operação da Espírito Santo Financial Group, devo dizer que

esses valores resultavam, em primeiro lugar, de um relatório do Banco Espírito Santo Investimento, de uma avaliação do Banco Espírito Santo Investimento, feita segundo o método *discounted cash flow*, que é um método habitualmente utilizado para fazer valorização de empresas cuja metodologia foi revista pela Ernst & Young e também por uma outra empresa reputada, a Oliver Wyman, sem reservas, e, ao mesmo tempo, tal como referi, o próprio Banco de Portugal não colocou reservas relativamente à natureza da operação, no momento em que ela é feita, do ponto de vista daquele que era o momento da operação, todavia, a seguir, evidentemente, verificaram-se várias situações que levaram a que esse valor sofresse uma alteração significativa.

Mas, no momento em que essa operação é feita, acreditamos — e aqui falo em nome do conselho de administração da Rioforte, que a aprovou — que a operação foi feita por um valor adequado.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, quando é que teve conhecimento do plano de reestruturação e como é que o analisou logo à partida?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Tivemos conhecimento do plano de reestruturação pelo Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, ainda em dezembro, e, nessa ocasião, tivemos oportunidade de refletir, discutir e avaliar juntamente com ele quais eram as suas principais implicações, benefícios e riscos.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, tendo em conta que esta reestruturação implicava um envolvimento bastante grande da Rioforte, presumo que, à partida, deveria haver um envolvimento direto



até da própria comissão executiva. Ou seja, houve um plano de reestruturação que envolveu a Rioforte e as operações financeiras foram avante sem qualquer redefinição do papel da própria Rioforte, que, obviamente, em termos de missão e estratégia, se alterou bastante. Isto não lhes suscitou consternação e enorme preocupação?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sem dúvida que colocámos várias condições para poder participar no programa de reestruturação não só no momento em que tomámos conhecimento dele e nos diferentes momentos em que posteriormente fomos discutindo com a equipa que o tinha elaborado, mas também no próprio conselho de administração da Rioforte.

De facto, uma dessas condições foi precisamente a de uma redefinição e clarificação por parte do acionista de um modelo de governo da Rioforte, tendo em atenção que o modelo de governo da Rioforte, quer do ponto de vista dos seus mecanismos, quer do das pessoas que participavam nos seus órgãos, estava desenhado para a gestão de um portfólio de negócios não financeiros, não estava desenhado para a responsabilidade pela *holding* financeira de topo do Grupo, e isso foi salientado pela comissão executiva por várias vezes e, formalmente, junto do conselho de administração da própria Rioforte, em fevereiro de 2014.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Tenho aqui uma ata de 11 de abril de 2014 onde consta que o Sr. Engenheiro, no uso da palavra, solicitou que fosse clarificado que o aumento do endividamento proposto se destinava a financiar a acionista ESI. Face à resposta no sentido de que uma parte poderia ter este destino, o Sr. Engenheiro suscitou o tema da solvabilidade e das garantias.

A pergunta é muito simples: quem é que lhe deu a resposta?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Foi o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, como representante do acionista. Era a única pessoa que nesse fórum poderia dar, efetivamente, essa resposta.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, ainda quanto à mesma ata — porque acho que é, de facto, importante esclarecer — coloco uma questão que tem a ver com a gestão de tesouraria da Rioforte.

Como é que a gestão de tesouraria da Rioforte procedia, até porque existia uma medida aprovada na reunião de 25 de fevereiro, ou seja, como é que era antes e como é que passaria a ser depois?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Refiro como é que ela era antes, em primeiro lugar.

Essencialmente, a gestão da tesouraria funcionava como um *cash-pooling* do Grupo, ou seja — e vou procurar traduzir —, existia uma equipa que era responsável centralmente, a nível da Espírito Santo International, pela gestão da tesouraria do Grupo de uma forma central.

O que é que isso queria dizer? Queria dizer, na prática, para a Rioforte, que a Rioforte, tendo aprovado um orçamento anual em conselho de administração, esse orçamento anual era coordenado pela tesouraria central e que as grandes contas bancárias relativas à Rioforte eram tratadas a nível da tesouraria central; depois, existiam as contas bancárias da própria Rioforte, cuja veiculação era feita em linha com as solicitações de necessidades financeiras da Rioforte, caso a caso, em linha com o orçamento ou em linha com aspetos extraorçamentais que pudessem surgir ao longo do ano. Esta é a primeira questão.

Segunda questão: como é que se previa que funcionasse uma gestão autónoma de tesouraria? Uma gestão autónoma de tesouraria passaria pela veiculação de todos os fluxos financeiros da Rioforte, exclusivamente feitos por parte de responsáveis da Rioforte, ou seja, por parte de uma equipa que, formalmente, reportava ao conselho de administração da Rioforte e, nesse contexto, existia um total conhecimento e uma total transparência relativamente à gestão de tesouraria a esse nível.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, já nos referiu que, obviamente, encarou com bastantes dúvidas a questão da compra de títulos de dívidas da ESI e outra coisa não seria de esperar até porque, tendo em conta tudo aquilo que veio a lume em dezembro de 2013, as dívidas deveriam ser mais do que muitas, até pelos riscos que deveriam estar implicados e de que, julgo, o Sr. Engenheiro teria conhecimento.

O que gostaria de lhe perguntar é exatamente quando é que teve conhecimento da comercialização em larga escala, e junto dos balcões do BES, da dívida da Rioforte.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada refere-se ao papel comercial?

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Refiro-me, sim.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — O papel comercial, tal como tive oportunidade de referir, foi lançado em setembro de 2013 precisamente para fazer face, tanto quanto é do meu conhecimento, às solicitações por parte das entidades regulatórias para redução drástica, eu diria, da exposição do Fundo Espírito Santo Liquidez, gerido pela ESAF, às

entidades não financeiras do Grupo Espírito Santo, nomeadamente à ESI e também à Rioforte.

No que toca à Rioforte, é então lançado um programa de papel comercial com um limite máximo de 1000 milhões de euros, em setembro de 2013, e esse valor nunca foi, nem de perto nem de longe, atingido, ficámos a menos de metade desse valor — aliás, chega a cerca de 450 milhões de euros, ao seu nível máximo — cifrando-se em cerca de 305 ou 310 milhões de euros na situação atual relativamente à Rioforte.

Há que adicionar a isso algum papel comercial, que, ao abrigo desse próprio programa, também foi colocado através das participadas da Rioforte, nomeadamente a Espírito Santo Property.

Respondi à sua questão?

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Engenheiro há pouco fez referência a um relatório da Ernst & Young que atestava as contas da Rioforte de 2013, fazendo uma ressalva e chamando a atenção para a aquisição de uma participação significativa na Espírito Santo Financial Group, financiada através de instrumento de dívida de curto prazo.

Sr. Engenheiro, será que nos pode explicar um bocadinho mais sobre esta ênfase da questão da dívida de curto prazo, até porque, lendo o relatório, a páginas tantas, o que a Ernst & Young diz é que a empresa está a adotar as ações necessárias no sentido de extensão de maturidade dos seus instrumentos de dívida.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Muito obrigado pela sua questão, porque me permite clarificar melhor a alusão que fiz há pouco a essa nota da Ernst & Young.

A nota refere uma preocupação de *going concern*, refletida formal e tecnicamente numa ênfase. A preocupação de *going concern* significa que os passivos de curto prazo são superiores ao nível de ativos correntes, ou seja, que a empresa tem um desequilíbrio no seu balanço de curto prazo, no seu balanço corrente e isto reflete, essencialmente, o nível de maturidade curta da dívida da Rioforte a 31 de dezembro de 2013.

Nesse preciso momento, a 31 de dezembro de 2013, a Rioforte tinha formalizado a transação de compra da Espírito Santo Irmãos e, por consequência, da Espírito Santo Financial Group, e é precisamente nesse quadro que a Rioforte tem necessidade de adotar — aliás, adota — as diferentes premissas do programa de reestruturação do Grupo Espírito Santo.

Repare: a operação Espírito Santo Irmãos, Espírito Santo Financial Group para a Rioforte foi a primeira de várias operações que faziam parte de um programa, como referi na minha alocução inicial.

Uma das peças que se deveria seguir, e que foi desenvolvida, embora sem sucesso, nos meses subsequentes, e a que a Ernst & Young refere nessa alocução, era o desenvolvimento de acesso da Rioforte a linhas de financiamento de médio e longo prazo junto de determinadas entidades, e foram contactadas várias entidades para esse fim — o banco Nomura, Deutsche Bank, Credit Suisse e outros —, junto dos quais equipas da área financeira e da Rioforte estiveram a negociar a obtenção de linhas de financiamento de médio e longo prazo.

Daí que a Ernst & Young, quando assina essa nota, em abril de 2014,...

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Março!

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — ... aliás, em final de março de 2014 — agradeço a precisão —, saiba perfeitamente que existia uma ação em curso no sentido de resolver essa preocupação de *going concern* levantada pela Ernst & Young.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — A 21 de março de 2014 — não o diria se não tivesse certeza disso mesmo...

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Tem razão! É que costumávamos fechar as contas em março, mas nesse ano fechámos um pouco antes devido à situação do programa em curso.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Portanto, fecharam as contas mais tarde exatamente por estar em curso o plano de reestruturação. É isso?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não, fechámos as contas um pouco mais cedo em 2013.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Muito bem.

Esta questão das dívidas de curto prazo e da preocupação que aqui a Ernst & Young deixa, de alguma forma, leva-me também a fazer umas curtas perguntas em relação à PT.

Ouvi bem as respostas que deu à minha colega, mas a questão da PT tem de ser esclarecida.

É que temos um montante de 750 milhões da ESI, entretanto dá-se o dito reembolso à PT, em fevereiro, e só depois mais tarde, exatamente em abril, é que temos a dita compra no quadro da Rioforte de três veículos com montantes distintos, e não vou entrar aqui em questões a que o Sr. Doutor

não me poderá responder, sendo que os títulos de dívida emitidos pela Rioforte eram, na verdade, de curto prazo, tanto quanto sei, a 50, 70 dias.

Sr. Engenheiro, acho que esta pergunta impõe-se: o senhor tem conhecimento de como é que se processou esta operação? Está em condições de nos responder sobre o processo de subscrição e sobre o efetivo conhecimento da PT dos elevados riscos desta compra?

Bem sei que há pouco disse que o tomador terá sempre uma decisão diligente e instruída, mas a verdade é que, ao longo de todo este processo, noutras circunstâncias, nem sempre isso se tem verificado, portanto gostaria de lhe perguntar sobre o efetivo conhecimento da PT dos elevados riscos desta compra.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, eu é que agradeço as suas questões e tenho pena, porque é precisamente a sua última questão que tenho dificuldade em clarificar, tanto quanto gostaria, porque não tenho conhecimento dos mecanismos de decisão da PT que levaram à tomada da dívida da Rioforte.

Devo, no entanto, esclarecê-la sobre um ponto, só para que fique claro, que essa tomada de dívida não ocorre na Rioforte em abril, mas, sim, pela primeira vez em fevereiro, e refiro este aspeto porque tem vindo vária informação, que não é a correta, e julgo que esta Comissão Parlamentar de Inquérito é também importante para esclarecer a veracidade dos factos.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — O Sr. Engenheiro está a dizer-me que essa tomada de dívida ocorre exatamente ao mesmo tempo do reembolso da ESI à PT. Portanto, a data é fevereiro?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Eu não sei qual é exatamente a data do reembolso da dívida da PT à ESI, o dia concreto. Segundo os dados que tenho, posso dar-lhe exatamente os dias do mês de fevereiro em que ocorrem as diferentes tomadas de linha de financiamento, mas não sei, não lhe posso responder relativamente ao caso da ESI.

A Sr.ª **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, já agora, se nos pudesse dar só mesmo as datas, eu agradecia.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Estão explícitas na alocução que a Sr.ª Deputada terá, mas posso repeti-las. Estávamos a falar de dia 10, 13 e 21 de fevereiro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Eng.º João Rodrigues Pena, reiterando, da nossa parte, a perspectiva de algumas perguntas poderem ser convergentes ou até aparentemente repetitivas, mas procuraremos que sejam úteis.

Sr. Eng.º Rodrigues Pena, quero começar por retomar a questão da sua própria participação e da sua própria intervenção em plena consciência, enquanto presidente da comissão executiva, isto é, perante os acontecimentos que agora observa e que tiveram lugar ao longo destes anos, considera que foi instrumentalizado, ou, melhor dizendo, considera que houve decisões cruciais na Rioforte —, que não era uma empresa como as outras —, que ultrapassaram o seu poder e a sua responsabilidade em relação à Rioforte?



O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Em decisões a nível do Grupo, do acionista, e que afetaram a Rioforte, sem dúvida que sim. Senti que estaria mais confortável com um nível de informação no momento diferente do tempo em que ele ocorre, sem dúvida nenhuma.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, o testemunho que deu há pouco, no sentido de ter existido, ao longo de todo o tempo, uma relação de plena cooperação e de total abertura e transparência com as pessoas com as quais se relacionava, nomeadamente ao nível do conselho superior — Manuel Fernando Espírito Santo e Ricardo Salgado —, continua a ser essa a sua convicção, apesar daquilo que acabou de dizer?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Viveram-se momentos, ao longo destes meses, enfim... Quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada me colocou essa questão, estávamos a falar sobre o ano de 2009 e de 2010.

Ao longo de 2014 viveram-se momentos de muita tensão como a Comissão Parlamentar de Inquérito já pode concluir e está perfeitamente consciente disso mesmo pelos depoimentos que aqui foram dados e por muito material que tem vindo a ser publicitado nos órgãos de comunicação social.

Sem querer desculpar pessoas que me merecem respeito — não é esse o objetivo —, efetivamente, senti que houve momentos em que a velocidade de tomada de decisão, a velocidade de reação relativamente aos acontecimentos não permitiu que todos os procedimentos pudessem ser feitos no sentido de seguir aquilo que seria uma informação de governação absolutamente clara, absolutamente transparente desse ponto de vista.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O que acabou de dizer refere-se a 2014 ou refere-se a todo o tempo em que exerceu funções?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Refiro-me, em particular, aos momentos de maior tensão do ponto de vista de tomadas de decisões muito importantes que se viveram subsequentemente aos acontecimentos — às descobertas, eu diria — do último trimestre de 2013.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Só para clarificar a questão: refere-se à questão das contas da ESI, é isso?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sim, exatamente! Quando digo «essas descobertas» refiro-me à situação; não é das contas, deixe-me frisar. A questão das contas da ESI é um problema, é um efeito e há uma causa para isso, que é a debilidade de um modelo de governo do próprio acionista e essa é, efetivamente, a causa e é tão preocupante a causa aqui como o seu próprio efeito.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Por que é importante, também, para os trabalhos da Comissão, se não se importa, gostava de o ouvir elaborar um pouco sobre a questão do problema da governação e do modelo de governação do próprio acionista. Pode aprofundar um pouco, por favor?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Eu apenas posso aprofundar naquilo que é saliente dos relatórios que foram elaborados e publicados e que são hoje do conhecimento público relativamente a essa mesma situação.

O ETRICC refere explicitamente essas mesmas debilidades, tal como eu referi na minha alocução inicial, e a mesma coisa acontece no relatório da KPMG, onde a lógica de registo de determinado tipo de ativos, a valores sem comprovativo adequado... Há uma série de elementos dentro do trabalho desenvolvido pela KPMG que constituem, realmente, uma prova factual dessa mesma debilidade.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Acontece que até agora, do que nos foi dado a perceber, não estamos a falar de um conjunto de caixas herméticas, de *black boxes*, mas estamos a falar de um emaranhado com interdependências muito fortes.

Quero perguntar-lhe em que é que isso se traduzia na vida interna e na governação própria da Rioforte, se é que se traduzia.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — O Sr. Deputado refere-se à situação do acionista e de que forma é que se reflete na vida interna da Rioforte. É essa a questão que me coloca?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — À situação e às práticas.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Como referi, a situação e as práticas foram conhecidas no final de 2013 e as consequências que daí tirámos foi, em primeiro lugar, avaliar se a decisão do acionista de desativar a ESI e substituí-la no seu papel de *holding* de topo do Grupo pela Rioforte seria ou não algo que a Rioforte seria capaz de poder cumprir e a resposta aí já a demos, já a fui dando ao longo desta audiência, que foi uma resposta positiva, que sim, que isso seria possível mediante uma série de condições, mediante uma série de aspetos que já aqui referi.

Por outro lado, relativamente aquela que era a relação financeira entre a ESI e a Rioforte, reporto-me permanentemente ao facto de existir uma relação de dívida da ESI à Rioforte que decorria de uma situação financeira muito delicada por parte da ESI, a qual, se não fosse resolvida, poderia resultar numa falência da ESI com implicações para a Rioforte.

Tal como referi na minha alocução, considero que uma falência da ESI teria tido consequências muito negativas para a Rioforte e, por isso mesmo, acreditámos, num primeiro momento, ainda antes de saber que a ESI tinha os problemas de gestão que tinha, que a ESI tinha condições para poder resolver e ultrapassar os seus problemas, e, num segundo momento, com a operação ESFG, houve fundos que foram transferidos para a ESI e que se considerava que, nesse segundo momento, seriam suficientes para ultrapassar o problema da ESI, mas que, num terceiro momento, se vem a revelar que nem essa segunda injeção é suficiente e a ESI volta, em abril/maio, a solicitar o apoio da Rioforte, com todas as questões, condições e discussões que existiram ao nível do conselho de administração da Rioforte a esse respeito.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Já volto a essa situação de 2014. Mas, em relação a 2013, momento em que ainda não havia essa pressão, nem essa velocidade de tomada de decisões, nem esse condicionamento, que agora explicou — e que existia já após a descoberta daqueles problemas —, ainda em 2013, há decisões concretas que levam a uma circunstância que refere na sua alocução inicial e que voltou a referir, que tem a ver com o aumento da dívida da Rioforte de cerca de 1000 milhões a nível das *holding* e com o aumento da dívida da ESI à Rioforte que referiu agora.

Pergunto: o aumento destas dívidas resultam de decisões concretas, tomadas oportunamente e não um ano mais tarde? Correto? Ou seja, este

aumento da dívida, verificado no final de 2013, resulta de decisões tomadas em 2013. Isto é verdade ou não?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Claro, obviamente, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem!

Portanto, num contexto que ainda não era o de sufoco, digamos assim, ou de aflição, como a que se verificou em 2014, qual foi o racional, do ponto de vista da gestão, antes de haver esses condicionalismos que apareceram em 2014, para este aumento da dívida, dos tais 1000 milhões de euros que foram passando, que chegaram à ESI e que depois tiveram esse problema em 2014? Faça-me entender na pergunta, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Do que se refere ao aumento da dívida durante o ano de 2013?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, senhor!

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Durante o ano de 2013 foi precisamente aquilo a que eu chamei «o primeiro momento» e esse primeiro momento de endividamento é justificado, ao longo do ano 2013, por uma situação de dificuldades e de necessidades de tesouraria da própria ESI, sendo que a tesouraria era gerida de uma forma central...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe interrompê-lo, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Diga, diga.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Era gerida de forma central onde e por quem?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Era gerida de forma central na Espírito Santo International.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Com todo o respeito, então, na Rioforte, os senhores eram uma espécie de caixa, que disponibilizavam a tesouraria à medida que o acionista mandava disponibilizar?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não, não eramos uma espécie de caixa, tanto mais que nós tínhamos a necessidade fiduciária, a responsabilidade por fazer o *endorsement* — e peço desculpa, Sr. Presidente, pelo anglicismo —, por formalizarmos cada linha de financiamento que era colocada dentro da Rioforte. Não havia nenhuma linha individual definitivamente colocada dentro da Rioforte que não fosse aprovada por dois administradores.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Por dois administradores executivos independentes ou por que administrador?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Por vezes, por um administrador executivo e um administrador não executivo. Portanto, nem sempre dois administradores executivos, mas, seguramente, dois administradores.

No que se refere à tomada de dívida dirigida para a Espírito Santo International, o conselho de administração e a comissão executiva foram sendo informados das necessidades de tesouraria e das colocações de financiamento junto do acionista em cada reunião regular do conselho de administração.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Já agora, podia explicar-nos como era o critério? Isto é, quando disse que todas as linhas de financiamento, nomeadamente, presumo, à ESI, eram escrutinadas e seguiam com o aval, com a autorização de dois administradores, eram geralmente os mesmos? Eram frequentemente os mesmos? Não se recorda? Como é que isso funcionava?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Normalmente, até à demissão do CFO da Rioforte, em março, essa formalização era feita pelo CFO da Rioforte e por mim próprio.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E na sua perspetiva, na altura em que fazia avançar essas linhas de financiamento, tinha a convicção de que eram decisões, do ponto de vista do crédito que estava a ser concedido e da responsabilidade que estava a ser assumida, seguras para a Rioforte?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Em 2013, quando começámos a receber as notícias e a sentir efetivamente a situação da ESI ao longo do 4.º trimestre, houve uma travagem relativamente ao financiamento da ESI, e isso é sensível ao longo do próprio ano de 2013.

O aumento de endividamento que ocorre até 2013 tem um pico que se revela antes do final do ano. Embora isso seja um detalhe, julgo que é um detalhe importante a esse nível.

Paralelamente, há que ter em conta que, olhando para o passado e não obstante as dificuldades da ESI que referimos, no próprio passado também, e não o escondo, nem o escondi na minha alocação inicial, existiu um aumento de transferência de fundos da Rioforte a título de empréstimo para a ESI, nomeadamente de 2011 para 2012, por exemplo, que quase duplicou e chegámos aos quatrocentos e tal milhões, e fizemo-lo sempre numa ótica de acreditar que a ESI tinha capacidade para poder fazer face a esses compromissos. Aliás, existiam cartas de conforto e garantias a esse nível, já nessa altura, e, por outro lado, a ESI cumpria com o pagamento dos juros relativos a esses financiamentos.

Portanto, se contraíamos financiamentos tínhamos de pagar juros por eles e a ESI anualmente fazia a cobertura desses mesmos juros.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em relação à questão da avaliação dos ativos e da segurança que é dada relativamente ao financiamento concedido, a sua alocação inicial refere a desvalorização dos ativos resultante da crise de 2008 e da crise financeira dos países do sul da Europa, etc.

Ora, há uma parte, ainda assim, importante desses ativos que não se reportava a estas economias — estamos a pensar em Angola e não só.

Gostava que nos ajudasse a compreender como é que determinados ativos, por exemplo no imobiliário em Angola, que eram avaliados de uma forma muito não sei se otimista mas confiante, de repente, do ponto de vista da valorização, deixaram de ter essa avaliação.



O que é que lhe foi dado a conhecer relativamente ao destino, do ponto de vista da valorização ou não, que esses ativos, de repente, deixaram de ter? Como é que acompanhou, conheceu e nos pode ajudar a compreender essa questão dos ativos, da sua valorização e do risco do financiamento, da própria ESI, em relação ao património da ESI e da Rioforte?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Deputado, tal como referi há pouco, através do relatório da KPMG, que refere explicitamente a inexistência de dados suficientemente sólidos para que ativos registados por um determinado valor pudessem estar determinados por esse valor. A partir daí, a KPMG realizou um ajustamento muito forte a esse mesmo conjunto de ativos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, nesse caso, as decisões de financiamento à ESI, nomeadamente a partir de uma avaliação de risco de financiamento que é baseada nesse tipo de ativos, eram francamente otimistas e desprovidas de fundamento em termos da sua segurança. Ou não? Se é mais tarde que fica a saber isso, como é que, na altura em que decide o financiamento, a Rioforte considera que as coisas não têm essa ameaça?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — As contas da ESI não eram auditadas. Nós estamos num Grupo, em que temos um acionista único, acionista único que efetivamente solicitava financiamentos à Rioforte, mas cumpria com aquilo que eram os seus compromissos para com a Rioforte no quadro desses financiamentos ao longo de vários anos.

Só perante, em primeiro lugar, e volto a repetir, o conhecimento dos desvios existentes a nível de balanço no ETRICC e, depois, com mais propriedade, com mais detalhe, a nível do relatório preliminar da KPMG — que temos de recordar que só surgiu em 2014 — é que temos efetivamente a verdadeira dimensão do que se passa dentro da Espírito Santo International.

Portanto, é a partir daí que se começam a colocar as reservas por parte da Rioforte relativamente a futuros financiamentos e isso acontece apenas no que eu referi há pouco ser o terceiro momento, ou seja, em abril/maio de 2014.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, é nessa altura que o senhor, enquanto CEO da Rioforte, constata que importantíssimas decisões que foram sendo tomadas por si eram colocadas num contexto francamente discutível, digamos assim, e adverso.

Pergunto-lhe: a única iniciativa que tomou foi a de colocar estas questões no conselho de administração, como disse há pouco?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Eu não fui a única pessoa que ficou surpreendida com os resultados do ETRICC 2 em relação à Espírito Santo International.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Disso pode ter a certeza...!

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — E em relação, depois, à auditoria posterior da KPMG.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas era o único que era CEO da Rioforte.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Eu tinha, como lhe referi, em conjunto com a minha equipa, e sobretudo com a área financeira, recolhido o que era possível de elementos relativamente à ESI para poder criar o conforto necessário junto do conselho de administração para termos o desenvolvimento do financiamento à ESI que tivemos ao longo dos vários anos.

E isso, Sr. Deputado, está registado nas atas, foi permanentemente veiculado ao conselho de administração e essa é uma das vantagens de ter um modelo de governação com membros de conselho de administração independentes, com regras de gestão... É poder, efetivamente, se cumpre com transparência de informação, garantir que tem o respaldo de um órgão de governo profissional relativamente às decisões que está a tomar. Foram boas decisões do CEO? Foram más do CEO? Enfim, foram questões que foram colocadas ao conselho de administração e que foram avalizadas pelo conselho de administração em devido tempo e ao longo de vários anos relativamente à ESI.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O problema é que o conselho de administração era presidido pela pessoa que vinha do conselho superior e que ao nível do Grupo Espírito Santo, do universo Espírito Santo, estava do lado daqueles que estavam a tomar as decisões que, depois, viemos a conhecer. É assim, não é?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Dificilmente seria de outro modo, Sr. Deputado.

Estamos num Grupo de acionista único. Eu não conheço — e fui consultor durante muitos anos — e não me recordo de empresas com uma certa dimensão que tenham um acionista único, em que o presidente do conselho de administração, num modelo de governação deste tipo, não seja uma pessoa nomeada ou mesmo do próprio núcleo acionista.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O problema, Sr. Engenheiro, é que quando o senhor coloca os problemas, as dúvidas, as reservas, as preocupações perante aquilo que constata à pessoa que presumivelmente é responsável pelas preocupações que tem, isto vai dar a volta e vai parar ao mesmo sítio. Ou seja, há aquele ditado americano «*what happens in Vegas stays in Vegas*», aqui «o que acontece no Grupo Espírito Santo fica no Grupo Espírito Santo»! Não é?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Deputado, compreendo o seu ponto de vista e é evidente que o presidente do conselho de administração nomeado pelo acionista tem uma responsabilidade e um peso importantes num conselho de administração, mas não substitui o conselho de administração; por isso mesmo existem membros independentes do conselho e existiu uma redação de atas que refletiu a opinião de cada um dos membros do conselho.

Mais, Sr. Deputado: existia uma comissão de auditoria presidida e constituída por membros independentes do conselho de administração. Essa mesma comissão de auditoria tinha toda a liberdade, sem a presença do presidente do conselho de administração, de levantar as reservas que entendesse relativamente às práticas de financiamento, às práticas financeiras, ou a quaisquer outras práticas da Rioforte, nesse fórum. É para isso mesmo que existe e se constitui um comité de auditoria.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Dr. Ricardo Salgado, numa entrevista a um jornal, neste ano, a dada altura, dizia assim: «O nosso *commissaire aux comptes* da ES International, que assumiu a responsabilidade dos erros cometidos, era também membro do conselho da Rioforte e geria os nossos ativos não financeiros nos Estados Unidos da América, o edifício de Miami, o hotel, além do acompanhamento em África, nomeadamente em Angola, e ficou completamente... Ele perdeu o pé no meio desta situação.»

Queria perguntar-lhe, no quadro da Rioforte, qual era o papel, qual era a função e qual era a intervenção concreta do Dr. Machado da Cruz, *commissaire aux comptes*, citado aqui pelo Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — O Dr. Francisco Machado da Cruz passou a integrar o conselho de administração da Rioforte, se não estou em erro, em meados de 2011.

A partir dessa altura o seu papel no conselho de administração da Rioforte foi um papel, eu diria, importante como membro do conselho de auditoria, porque ele tinha, efetivamente, um conhecimento e um *background* das contas, no ponto de vista da contabilidade, que ressaltavam do seu currículo dentro do Grupo, daí que tenha integrado a comissão de auditoria.

Naquilo que se refere à sua contribuição no conselho de administração, diria que foi uma contribuição útil, foi uma pessoa que levantou vários pontos... Enfim, é uma questão de ler as atas e as suas intervenções — aliás, fazíamos questão de que as atas fossem bastante detalhadas desse ponto de vista, porque as atas eram assinadas por todos os membros e cada membro do conselho de administração, normalmente, gosta que as suas observações, os seus pontos sejam registados em ata.

Portanto, lendo essas atas percebe-se a natureza da sua intervenção e a sua preocupação.

O Dr. Machado da Cruz era uma pessoa que tinha uma figura presente nos conselhos de administração. Foi proposta a sua nomeação pelo Dr. Manuel Fernando, tal como aconteceu com os restantes membros do conselho de administração, e foi indicado ao conselho que ele tinha sido proposto pelo Dr. Ricardo Salgado para fazer parte do conselho de administração da Rioforte.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Perante os problemas que foram identificados, nomeadamente na ESI, e quando se constatou que alguém «perdeu o pé no meio desta situação», como dizia Ricardo Salgado, alguma vez o senhor pensou: «Se ao menos eu tivesse podido falar com a pessoa que acompanhava isto e com o tal contabilista...»? Ou seja, o senhor alguma vez ficou com a sensação de que tinha à sua frente a pessoa que podia ter deslindado isto consigo? Ou só mais tarde é que soube das responsabilidades que ele tinha? Como é que passavam um pelo outro nas reuniões e as coisas não apareciam?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Deputado, as funções que eu conhecia do Dr. Francisco Machado da Cruz eram as ligadas à sua atividade nos Estados Unidos, à gestão de um universo de património imobiliário que estava, e ainda está, na ESI, nomeadamente o edifício de Miami e uma série de propriedades imobiliárias na Flórida. Era aí que ele constituía a sua base e essa era, na minha perspetiva, na minha leitura, a sua principal ocupação profissional dentro do Grupo.

Portanto, com a sua inserção e no início do convívio que passei a ter com o Dr. Machado da Cruz, enquanto administrador da Rioforte, tal como

acontecera com os restantes administradores, não vi nele esse canal que refere, senão mais tarde através das notícias veiculadas na imprensa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, tem de ser muito breve.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, queria apenas colocar uma última questão que tem a ver com o modelo de governação da Rioforte e com as opções tomadas em relação ao financiamento à ESI.

Pergunto-lhe até que ponto é que se pode explicar que se tenha empenhado em socorrer outras empresas do GES, notadamente a sua acionista ESI, primeiro, sem que a ESI lhe desse as contrapartidas exigidas pelos conselheiros e, segundo, sem que lhe fosse possível emitir títulos de dívida de longo prazo, isto devido, justamente, à má situação pré-existente da ESI e do BES que, então, não era do conhecimento do conselho de administração, isto é, aquilo que entretanto aparece e que continuamente merece da parte da Rioforte um crédito sem que haja essas contrapartidas e condições ao nível de títulos de dívida de longo prazo? Como é que isso se explica?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Deputado, permanentemente exigimos essas contrapartidas.

Por um lado, uma vez totalmente desfeita a relação de confiança que existia em relação a cartas de conforto e a garantias, face à inexistência de ativos comprovada do ponto de vista da ESI tínhamos alguns ativos que tinham efetivamente um valor real e relativamente aos quais obtivemos um mandato para venda e encaixe dos fundos provenientes dessa venda para

esses ativos, como é o caso do edifício de Miami que referi na minha alocução inicial.

Por outro lado, o aspeto mais importante era conseguir obter da ESI o famigerado aumento de capital da Rioforte, que nunca veio a acontecer, efetivamente.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento, desde já, o Sr. Engenheiro.

Queria começar pelo início, talvez seja mais fácil. Em 2009, é criada a Rioforte. Bem sei que só entra para a Rioforte em 2009, mas a Rioforte aparece para substituir uma outra empresa que se chamava ES Resources. Pergunto: porquê? Por que é que foi sentida a necessidade de extinguir a ES Resources — e, já agora, pergunto onde é que esta ES Resources tinha sede — e de criar a Rioforte?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não houve uma extinção da Espírito Santo Resources; o Grupo Espírito Santo não tem a estrutura mais simples do mundo para se compreender e existem, efetivamente, várias sociedades com a denominação Espírito Santo Resources.

Portanto, a Rioforte nasce por redenominação da Espírito Santo Resources SA, sediada no Luxemburgo, mantendo-se em atividade a Espírito Santo Resources Limited, com uma atividade com alguma importância, tendo em atenção o parqueamento de alguns ativos que continuam a manter-se na Espírito Santo Resources Limited, como, aliás, já



foram referidos aqui alguns desses casos de participação na Sodim, SAPEC, ZON, etc.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a partir desse momento, temos a ESI que é a empresa-mãe que fica com três principais *holding* debaixo de si: a Espírito Santo Financial Group, a Rioforte, que seria o braço não financeiro, e a Espírito Santo Resources, que fica com os ativos que não passaram para a Rioforte.

Esta Espírito Santo Resources passa de SA para Limited e tem a sua sede nas Bahamas?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a Espírito Santo Resources Limited não passa, já existia e mantém-se. Deixe-me repetir...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A SA passa para a Rioforte, a Limited já existia. Sim, correto.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Exato, a passagem faz-se dentro do Luxemburgo...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E qual é a sede da Limited?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — É nas Bahamas, exatamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Essa parte está esclarecida; não percebo é por que é que se escolheu deixar ficar alguns ativos na Resources. Isto porque penso que, na altura, a ideia era reestruturar o

Grupo, sendo que a Rioforte ficaria com a parte não financeira, a Espírito Santo Financial Group ficaria com a parte financeira.

O que é que a Resources faz ali no meio com ativos empatados, diria assim? Por que é que se escolheu manter uma Resources e não se transferir tudo para a Rioforte?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Essa é uma questão a que não lhe posso responder, Sr.ª Deputada, porque eu não estava no Grupo na altura. Eu só entro no Grupo mais tarde. Provavelmente, outras pessoas que virão a esta Comissão poderão clarificar essa questão melhor.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Ao ler as atas da Rioforte encontramos dois problemas, duas «pedras no sapato» que são várias vezes repetidas, sendo que uma diz respeito à Opway e outra diz respeito à Escom. E são muitas vezes repetidas por serem consideradas como problemas da Rioforte.

Começo pela Opway. Como é que a Opway aparece na Rioforte? Qual era o problema, ou seja, o que é que a leva a ser um problema na Rioforte?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — A Opway aparece na Rioforte por transferência logo no momento em que a Rioforte é criada. Ou seja, há um conjunto de participações que a Rioforte, digamos, herda no momento em que é criada e a Opway SGPS é exatamente uma delas.

Custa-me imenso alongar, sobretudo, porque esta audição já vai longa, mas vou tentar tornar a resposta o mais curta possível e dizer por que é que existia um problema na Opway.

A Opway era uma empresa que tinha sido desenvolvida com base numa lógica de uma visão estratégica muito ambiciosa, de grande crescimento, de chegar a volumes de faturação, de chegar a uma presença internacional muito importante e capaz de poder ombrear com o topo 5 ou topo 6 dos grandes grupos de construção em Portugal.

Como tal, desenvolveu não só uma atividade de construção, como também uma atividade imobiliária, tinha uma presença na área de concessões e tinha, também, uma presença na área industrial em variadíssimas iniciativas da área industrial, desde cerâmica, a pré-fabricados, à reciclagem de pneus, etc.

Era realmente uma empresa, pela natureza do que foi seu presidente durante largos anos, que tinha grandes ambições. Com a crise do sector em Portugal, com as debilidades que ela própria foi sofrendo à medida de um crescimento demasiado rápido, que não foi acompanhado por estruturas orgânicas internas devidamente apetrechadas para fazer face a esse mesmo crescimento, começou a enfrentar problemas sérios e esses problemas estão identificados.

Não vou esconder que fui consultor do Grupo Espírito Santo e que tive oportunidade de fazer um trabalho sobre a Opway um ano e meio antes de ter entrado e de ter podido observar essa situação, daí que no momento em que tomo responsabilidades dentro da Rioforte conheço razoavelmente a empresa e sei qual é a natureza das suas debilidades e qual é a natureza do desafio que me espera, ou que nos espera, na sua própria reestruturação.

Do ponto de vista dos números, eles estão explícitos. A Opway tinha uma dívida, no final de 2009, muito significativa e que representava, aliás, a maior fatia da dívida consolidada da Rioforte com a própria Opway, e, ao mesmo tempo, já tinha prejuízos consolidados, da própria Opway SGPS, recorrentes.

De forma que se constituiu como um desafio conseguir fazer a reestruturação de todo aquele universo empresarial e constituiu sempre uma prioridade da parte da gestão executiva da Rioforte desenvolver esse mesmo esforço. Desculpe se me alonguei demasiado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Opway acaba por ser, imagino, um problema para o balanço da Rioforte, mas acaba por ser vendida, ou não?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — A partir de um determinado momento, o objetivo por parte da gestão executiva da Rioforte e do próprio conselho de administração da Rioforte, que aceita essa recomendação da gestão executiva da Rioforte, é de explorar oportunidades que se estavam a colocar em determinado momento para venda da Rioforte ao exterior, nomeadamente estava em constituição um fundo de reestruturação para empresas de construção, por um lado, e, por outro lado, existiam possibilidades junto de um ou outro grupo português de construção.

A Opway estava a ser trabalhada no sentido de vir a ser vendida a uma dessas diferentes entidades e era essa, claramente, a nossa visão e a nossa recomendação.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, em setembro de 2012, a Opway acabou por ser vendida a quem? A minha informação é a de que ela foi vendida em setembro de 2012 e queria que confirmasse.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sim, ela saiu do universo da Rioforte e foi vendida pela Rioforte no final de 2012.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A que entidade?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — A uma entidade dentro do Grupo Espírito Santo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — À ESI?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sim, a uma subsidiária da ESI, a Espírito Santo Industrial.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E por que é que a Opway, que era um problema para o balanço da Rioforte, é vendida com prejuízo, aliás, a outra entidade do universo da ESI?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Tratou-se de uma decisão do acionista, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Como lhe referi no início, a nossa recomendação foi no sentido de procurar encontrar uma solução externa, mas o acionista decidiu que a solução seria a de a transferir para uma outra zona do Grupo externa à Rioforte.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não seria porque a Opway na Rioforte consolidava e sendo Espírito Santo Industrial não consolidaria com a ESI e, portanto, seria mais fácil que a dívida não surgisse de forma tão óbvia nos balanços?

Na altura o objetivo era limpar o balanço da Rioforte, tornar a Rioforte mais atrativa para o mercado e, portanto, tirar qualquer passivo ou

problema do balanço da Rioforte e, por isso, foi vendida à ESI. É esta a minha pergunta.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — A sua pergunta tem duas perguntas implícitas, se me permite. A primeira delas é por que é que a Rioforte vende a Opway; a segunda é por que é que ela é comprada por uma participada da ESI.

Deixe-me responder à primeira, porque à segunda, como lhe disse, não vou responder, porque já respondi.

Em relação à primeira, devo dizer que se se fizer a contabilização das perdas ou dos efeitos do ponto de vista do balanço para a Rioforte consolidada da situação da Opway e da gestão da Opway ao longo dos anos, verifica que, só em 2011, estamos perante imparidades — aliás, registámos ajustamentos e imparidades — no valor de 318 milhões de euros em termos consolidados, se não estou em erro, e a maior parte disso deveu-se à Opway.

Entre ajustamentos, imparidades, injeções de capital, perdas operacionais da própria carteira de negócios que vinha com valores substancialmente superiores em obras correntes relativamente àquilo que, efetivamente, se verificava no terreno após uma auditoria mais fina, com tudo isto, a Rioforte injetou centenas de milhões de euros na Opway ao longo deste período.

Estávamos, portanto, numa situação, em 2012, de ou concluíamos dentro da Rioforte esse processo de reestruturação — e esta era a nossa opinião enquanto Rioforte ou enquanto gestão executiva da Rioforte respaldados pelo conselho de administração —, o que implicava, provavelmente, mais imparidades no futuro, mas nem de perto, nem de longe, aquelas que tínhamos verificado até aí, no passado, ou vendíamos a

Opway e procurávamos que através das sinergias com outro *player*, com um grupo de construção com outras valências, com outras capacidades, com outra dimensão, tivéssemos a criação de alguma sinergia nas potenciais perdas que, inevitavelmente, víamos que a Opway iria sofrer.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Existiu mais algum potencial comprador para a Opway que não fosse outra entidade do Grupo Espírito Santo?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Na nossa ótica, sim, existiam outros potenciais compradores que inclusivamente tinham manifestado o seu interesse. Não vou referir o seu nome, porque estão protegidos através de acordos de confidencialidade que, na altura, assinámos com eles.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A preferência por vender e por ficar dentro do Grupo Espírito Santo foi uma decisão tomada pelo acionista apesar de ter havido outros possíveis compradores e a possibilidade de tirar a Opway do Grupo?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sim, essa foi uma decisão do acionista.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Escom era o segundo problema várias vezes referido. Qual era a situação financeira da Escom na data em que foi vendida? Ou melhor, na data em que não foi vendida, peço desculpa.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Obrigado pela correção na sua pergunta.

Na data em que foi assinado o contrato-promessa de compra e venda, no final de 2010, para a transação da Escom ao consórcio angolano, a Escom tinha um nível de prejuízos significativo nesse ano e também um nível de dívida importante, daí que os benefícios imediatos que se sentem — aliás, os valores estão na minha alocução inicial — da alienação da Escom para a Rioforte são o não registo desses mesmos prejuízos e a desconsolidação da dívida, ao fim e ao cabo.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Como é que se explica que uma empresa, que já tinha prejuízos e dívida acumulada, fosse vendida por um preço que rondava os 400 ou os 500 milhões dólares?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não acompanhei essa negociação, não acompanhei os detalhes relativamente a essa situação. Aquilo de que fui sendo informado e que tornava a operação credível era que a Escom tinha um conjunto de projetos importantes e transnacionais que tinham sido avaliados e cujo valor, efetivamente, era reconhecido pelo consórcio comprador.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — É a partir do momento em que a Escom, para ser vendida, sai da Rioforte e vai para a tal Espírito Santo Resources com sede nas Bahamas, que ela é vendida supostamente à Newsgroup. A Newsgroup pagaria à ES Resources e a ES Resources pagaria esse montante à Rioforte.

Acontece que como a empresa de Álvaro Sobrinho, a Newsgroup, nunca pagou à ES Resources, por sua vez, a ES Resources nunca pagou



esse valor à Rioforte. Portanto, a venda tinha sido dada como concretizada, mas havia uma dívida de um valor em falta de uma venda que nunca chegou a entrar nos balanços.

Como é que a falta desses milhões foi justificada por quem liderou o negócio?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Ou seja, o não pagamento da dívida do comprador ao vendedor? É a isso que a Sr.ª Deputada se refere? Como é que isso foi justificado?

Sr.ª Deputada, verdadeiramente isso nunca foi justificado. Existia uma esperança generalizada por parte das pessoas que tinham responsabilidades no Grupo e que acompanhavam, de certa forma, a situação ou que, sobretudo, eram impactadas por essa situação, como era o caso da Rioforte, foram sendo informadas de que existiam boas perspectivas, que podia haver correção no valor, mas que existiam boas perspectivas e a verdade é que essa foi sendo sempre a informação que a Rioforte formalmente foi recebendo.

Aliás, a Sr.ª Deputada referiu as atas da Rioforte e se se reportar às informações que ao longo dos anos os membros do conselho de administração lá colocam relativamente à dívida, quando perguntavam «Então, quando é que surge o ressarcimento do pagamento da Escom?», verá que a resposta era sempre animadora e positiva por parte de quem estava mais informado.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Compreendo, mas o senhor era CEO da Rioforte, passou três anos à espera de centenas de milhões de euros de um negócio que nunca foi cumprido. Então, como é que acreditava em informações positivas? Nunca quis ter uma explicação, de

facto, de por que é que o negócio não aconteceu e sobre que comprador é que tinha mudado? Nunca quis saber mais sobre este negócio? É que este negócio tinha um valor substancial e o atraso também foi substancial.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, naturalmente que procurei saber tudo o que era possível relativamente ao negócio e procurei acompanhar a situação junto, inicialmente, do Dr. Fernando Martorell, que tinha conduzido o negócio ao longo de 2010 e, posteriormente, junto do Dr. Manuel Fernando Espírito Santo e de pessoas que estavam ligadas à Espírito Santo Resources que, em última análise, estavam expostas em primeira linha a essa situação. Aliás, era pública na imprensa, em muitos momentos, a referência à volta desse assunto, a determinadas reuniões, a viagens ao mais alto nível do Grupo, a investidores angolanos...

Acredito que fiz tudo aquilo que me era possível para obter informação sobre esse negócio e o mesmo aconteceu com os membros do conselho de administração, porque se um CEO, como a Sr.ª Deputada disse, e bem, tem a responsabilidade de ter uma preocupação perante uma dívida desta magnitude, o mesmo não deixa de ser verdade para qualquer membro do conselho de administração que tem, também, essa mesma preocupação. Mais uma vez, isso está refletido nas atas.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E que informações é que obteve com todo esse esforço?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Que iam pagar! Basicamente que iriam pagar! A partir de uma determinada altura diziam que,

provavelmente, o valor não seria o valor total, mas que as negociações estavam bastante bem encaminhadas.

Já agora, deixe-me juntar um aspeto, Sr.<sup>a</sup> Deputada. A responsabilidade da cobrança, aqui, sim, era, em primeira linha, da Espírito Santo Resources. Isso para explicar também porque é que, há pouco, referi que procurava informar-me e pressionar junto da Espírito Santo Resources relativamente a essa mesma dívida. Aliás, a dívida era da Resources à Rioforte, portanto, era junto da Resources que deveria procurar informar-me e não junto de quem quer que fosse o comprador final.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que era o interlocutor na Resources?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sobre esta questão, devo dizer que a Resources fazia parte do universo ESI, portanto a principal pessoa com quem eu falava relativamente a este aspeto era o presidente do conselho de administração da Rioforte, Dr. Manuel Fernando, e pedia-lhe que procurasse informar-se para, depois, trocarmos impressões sobre isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca soube por que é que o negócio demorou tanto, se houve novos compradores, quem eram os novos compradores?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não! Na realidade, não, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Li muita coisa, como todos nós, na imprensa, mas nunca tive oportunidade de ter informação com a qual me sentisse confortável para poder partilhar aqui nesta Comissão e poder dizer: «O comprador mudou, passou...» — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu há pouco Newsgroup, mas é

Newsbrook, que são coisas diferentes, tanto quanto entendo, pelo menos de nome, são diferentes.

Por várias vezes a imprensa surgiu com outros nomes, mas nunca consegui ter informação, que pudesse aqui partilhar de viva voz e com confiança, de que, efetivamente, havia um outro comprador, ou outro conjunto de compradores, ou que algo se tinha alterado. Isso não!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A páginas tantas, apareceu no esquema da Rioforte uma empresa com um nome bastante sugestivo Aroundimpact, que, em português, poderia traduzir-se por «contornar o impacto». Para que é que servia esta Aroundimpact?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — O nome Aroundimpact foi um nome que surgiu, como poderia ter surgido qualquer outro e não tem qualquer segunda interpretação.

É uma empresa portuguesa, uma sociedade limitada, por quotas, como sabe, e essa empresa surgiu, essencialmente, com o objetivo de poder centralizar um conjunto de saldos que eram saldos importantes e relativamente aos quais existia incerteza.

Estávamos preocupados do ponto de vista da gestão do balanço e, neste caso, do ativo, porque era uma dívida para com a Rioforte e fazia parte do ativo, porque a gestão do balanço numa sociedade com a complexidade da Rioforte — e acredite que era uma sociedade complexa — implicava, por vezes, que procurássemos medidas que trouxessem alguma simplificação de leitura disso mesmo.

Portanto, a Aroundimpact permitiu concentrar um conjunto de saldos relevantes cuja natureza oferecia alguma dúvida à sua capacidade de concretização.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ou seja, a Aroundimpact permitiu pegar em dívidas que no balanço da Rioforte seriam incobráveis e, por isso, com necessidade de constituição de uma provisão, transferi-las para um ativo chamado Aroundimpact e isso aparecia no balanço da Rioforte como um ativo, como uma participada e não como uma dívida incobrável?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não, não, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Compreendo perfeitamente a sua questão, mas deixe-me esclarecê-la.

A existir qualquer tipo de imparidade no saldo a receber da Espírito Santo Resources devido à Escom, essa imparidade seria imediatamente refletida nas contas consolidadas da mesma maneira, houvesse Aroundimpact ou não houvesse Aroundimpact.

Repare: a Aroundimpact é 100% detida pela Rioforte e, portanto, se existia uma anulação do ativo dentro da Aroundimpact imediatamente isso impactava as nossas contas reduzindo o nosso ativo. Se eu tenho uma dívida à Espírito Santo Resources registada como «dívidas de terceiros» no meu balanço do lado esquerdo, no ativo, e se essa dívida é limpa através de uma imparidade, acontece exatamente o mesmo efeito nas contas consolidadas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E do ponto de vista das contas individuais?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Do ponto de vista das contas individuais, tem efetivamente um efeito diferente. Mas sempre reportámos

contas consolidadas, não tínhamos razão nenhuma, nem nenhum benefício em estar a fazer um subterfúgio a esconder um potencial prejuízo.

Devo dizer-lhe que, quando criámos a Aroundimpact, falámos com os nossos auditores que nos disseram que lhes parecia uma boa iniciativa, ao contrário do que eventualmente o seu raciocínio poderia ser levado a pensar, se me permite referir assim. A Aroundimpact era um mecanismo não de subterfúgio de contas, mas no sentido de criar maior transparência nas próprias contas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É para a Aroundimpact que é transferida a dívida da Escom?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sim, exatamente. É o maior ativo que está detido dentro da Aroundimpact.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E a Rioforte quando emitia dívida ou quando pedia emprestado fazia-o sempre com base na Rioforte consolidada e nunca numa base individual?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sim, a Rioforte fazia-o sempre com base nas suas contas consolidadas, mas o relatório e contas contém um detalhe suficientemente claro dos diferentes elementos que constituem essas mesmas contas consolidadas — aliás, as contas de 2013 referem, especificamente, a Aroundimpact, a sua natureza e a sua constituição. Portanto, qualquer tipo de investidor obrigacionista, qualquer tipo de banco financiador tinha toda a informação para conhecer, com transparência, essa situação.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que criou a Aroundimpact?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quem é que criou a Aroundimpact? Em que sentido? A pessoa? A entidade?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que registou a empresa?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Foi a Rioforte que criou a Aroundimpact.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu explico-lhe já o porquê desta pergunta, não preciso de estar aqui com grandes voltas. A informação que tenho é que foi a Dr.<sup>a</sup> Isabel Almeida a responsável pela criação desta empresa. Confirma?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não! Foi a Rioforte que constituiu a empresa e eu próprio tenho a minha assinatura na constituição da empresa e posso facultar isso à Comissão, se a Comissão assim o entender.

A empresa é uma limitada, portanto, uma sociedade por quotas, tinha uma pequenina quota fora da Rioforte, do CFO da Rioforte que era, também, o seu sócio gerente. Essa é a situação.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Gostaria que me indicasse, para já, o nome a quem pertence a pequenina quota da Aroundimpact e que me

garantissem que a Dr.<sup>a</sup> Isabel Almeida não teve qualquer contacto ou qualquer envolvimento na criação da Aroundimpact.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a decisão de criação da Aroundimpact é da Rioforte. Se houve alguém da Rioforte que falou com a Dr.<sup>a</sup> Isabel, como referiu, ou com qualquer outra pessoa acerca da criação da empresa, não tenho conhecimento. Francamente e com toda a honestidade, não tenho conhecimento do seu envolvimento nesta matéria e não vejo, também, qualquer tipo de racional nesse mesmo envolvimento, tanto que a empresa tem um carácter perfeitamente transparente e simples cuja existência e razão de ser se circunscrevem às atividades da Rioforte, sem ter nada que ver com a área financeira ou, mais especificamente, com o BES.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Procurarei esclarecer junto das minhas fontes, mas posso garantir que esse nome não surgiu por acaso, mas, certamente, será alguma má informação, ou informação trocada, ou não.

Em 2013, há uma reestruturação do Grupo: a ESI, que tinha a Espírito Santo Financial Group, que era o braço financeiro; a Rioforte, que era o braço não financeiro e a Espírito Santo Resources, que era qualquer coisa, era um híbrido, passou a ter a ESI e a Rioforte, que agregava a Espírito Santo Financial Group, pelo que a própria Rioforte passou a agregar partes da área financeira.

A minha pergunta é: porquê? Se, em 2013, se estava a caminhar para uma simplificação, essa simplificação não deveria ser no sentido de separar o financeiro do não financeiro? Então, por que é que a Rioforte se vai meter



com a área financeira e vai adquirir partes da área financeira, complexificando muito mais a estrutura do que já era, na minha opinião?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, tem toda a razão. Oxalá pudesse ter sido assim!

Foi exatamente nesse sentido que se caminhou, ao longo de todos os anos em que eu me mantive como CEO da Rioforte e mais de trás ainda, ou seja, para haver uma separação entre a área financeira e a área não financeira, com uma cabeça, um topo, uma estrutura de topo personificada na Espírito Santo International.

Pergunta-me a Sr.ª Deputada: por que é que se alterou tudo isto? Bom, julgo que esse é um dos principais aspetos que nos trouxe o Grupo Espírito Santo e o Banco Espírito Santo à situação atual, ou seja, os problemas surgidos a nível da ESI, da estrutura de topo.

De facto, a estrutura de topo deixou de ter qualquer tipo de capacidade para continuar a representar-se como estrutura de topo do Grupo: credibilidade, práticas de gestão, condições financeiras... E o objetivo do programa de reestruturação do Grupo Espírito Santo, que se materializa com a operação de compra da Financial Group por parte da Rioforte e que vem misturar tudo — como a Sr.ª Deputada diz e bem, que vem a misturar tudo, novamente — é, na minha visão, quando olho para esse programa de reestruturação, um passo transitório. Em que sentido? No sentido da Rioforte substituir a ESI — e isso está explícito na apresentação que é feita ao conselho superior e depois partilhada com o conselho de administração, a 25 de fevereiro — e, mais tarde, poder reconstituir-se, digamos, um portfólio de ativos não financeiros ou, se o acionista assim o entender, acelerar a liquidação dos ativos não financeiros, de forma a concentrar-se na sua atividade principal, na atividade financeira.

Fui claro, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi claro.

A compra da parte financeira pela Rioforte é para salvar a ESI ou é para salvar a parte financeira?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — É para salvar todo o Grupo, Sr.<sup>a</sup> Deputada, na prática.

Disse, há pouco, em relação à Rioforte, mas queria frisá-lo, novamente, porque é importante, o seguinte: uma falência da ESI teria repercussões muito significativas sobre a Rioforte, sem dúvida alguma. Referi-o na minha alocução inicial, posso voltar a referir quais eram esses mesmos riscos, se assim o entender, terei todo o prazer, mas eu diria que essas mesmas repercussões aconteceriam, porque eram repercussões de natureza reputacional, muito profundas, sobre a Espírito Santo Financial Group, sobre a área financeira e sobre o próprio Banco Espírito Santo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a Rioforte vai endividar-se para comprar a parte financeira à ESI. É isto que, na prática, acontece e é por isso que, em três meses, a dívida da ESI se reduz substancialmente e a dívida da Rioforte aumenta substancialmente.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Exatamente, esse é o primeiro passo do programa de reestruturação do GES, apresentado e aprovado pelos órgãos que já referi.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E o senhor tinha consciência de que a dívida que estava a ser contraída para comprar a parte financeira à

ESI era dívida de muito curto prazo, o que cria um grande problema, uma vez que estamos a comprar propriedade com dívida de muito curto prazo?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, sem dúvida que tinha essa consciência.

Referi e está escrito na minha alocução inicial que, num primeiro momento, o objetivo era, precisamente, o de fazer o pagamento da dívida remanescente à ESI, depois do abatimento do saldo — quer do saldo da Resources, quer do saldo da ESI —, através da tomada de financiamento ao abrigo dos programas que já estavam abertos, nomeadamente do programa de *Euro Medium Term Notes* e do programa do papel comercial.

Nessa ótica, a Rioforte aumenta muito a sua exposição, aumenta o seu endividamento e esse aumento de endividamento é feito através de dívida de curto prazo, num primeiro momento.

Num segundo momento, o objetivo seria concluir com sucesso negociações, que já estavam em curso desde o final de 2013, com uma série de instituições financeiras no sentido de poder obter linhas de financiamento de médio e de longo prazos para equilibrar e para dar maior solidez ao perfil de maturidade da dívida da Rioforte, tal como expliquei há pouco à Sr.ª Deputada, quando falámos sobre a questão das notas da Ernst & Young, etc.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E quão fácil era para a Rioforte, nesta altura do campeonato, ir ao mercado buscar dívida, mesmo que de curto prazo?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Bom, de curto prazo não era algo que fosse de uma execução muito complicada, tanto que foi feito,

efetivamente; o que era difícil, sim, era consegui-lo através de dívida de médio e longo prazos e deparámo-nos com várias dificuldades a esse nível à medida que as negociações com os diferentes bancos foram decorrendo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas tinha consciência que grande parte deste endividamento só foi possível porque foi colocado através da parte financeira do Grupo, dos balcões do BES, da Banque Privée, através do esquema da Eurofin, que comprava dívida da Rioforte? Tinha consciência deste sistema, que permitia a Rioforte e a ESI endividarem-se? Até à PT porque, até ver, a dívida foi impingida à PT, o que não retira responsabilidades à administração da PT, não é?

Portanto, esta facilidade de ir ao mercado era um bocadinho adulterada, porque o mercado era, ele próprio, manipulado pela parte financeira do Grupo.

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente José Magalhães.*

O Sr. **Presidente**: — Acusei esta observação da Sr.<sup>a</sup> Deputada como reformulação de uma pergunta já feita, com isso completando-a, basicamente. A partir de agora o seu tempo é descontado.

Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vamos ver se consigo, depois do apoio do Dr. José Magalhães, encontrar o fio à meada para responder à sua questão.

Em primeiro lugar, teria sido possível, com a velocidade a que foi feito, obter dívida a curto prazo para a Rioforte, no tempo em que foi feita,

mesmo que de curto prazo, sem a ajuda dos canais da área financeira? Eu diria que a ajuda dos canais da área financeira foi essencial, obviamente, porque os programas que foram utilizados nesse aumento de endividamento eram programas que já estavam colocados, que vinham de trás, as redes já estavam familiarizadas com a natureza dessas mesmas linhas, desses mesmos programas e, portanto, foi, efetivamente, muito importante o papel das diferentes entidades e instituições dentro da área financeira nessa colocação. Não o nego, sem dúvida nenhuma!

A questão que coloca relativamente à Eurofin, eu diria que não tem nada a ver com esta situação nem com o momento do tempo em que ocorre, tanto quanto seja do meu conhecimento.

Aqui posso falar-lhe, enquanto CEO da Rioforte, sobre a forma como a Rioforte colocou a sua dívida e devo dizer-lhe que a Rioforte não teve qualquer relação, desse ponto de vista, com a Eurofin; teve-a, sim, com vários canais dentro da área financeira.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Pode concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Concluirei, Sr. Presidente.

O facto é que sabemos isso e hoje é muito claro, mesmo através dos relatórios, que a maior parte da dívida da Rioforte estava colocada ou a entidades financeiras, ou através de entidades financeiras — clientes do BES, clientes da Banque Privée... É facto que havia uma grande parte da dívida da Rioforte que estava colocada e, portanto, pergunto — e acho que a pergunta é legítima — se seria possível de outra forma. E coloca-se, também, a questão de saber se, alguma vez, seria possível para a Rioforte absorver os problemas da ESI sem sucumbir, como a ESI iria sucumbir, necessariamente.

E isto leva-me à última reflexão que gostaria que me explicasse: a ESI tinha — e já o disse três vezes hoje — três braços: o braço financeiro, a Rioforte e a Espírito Santo Resources, que era o híbrido, no meio. O braço financeiro é sempre dito que não é a fonte dos problemas, ele aparece para salvar dos problemas; disse-nos aqui que a Rioforte, que é a parte não financeira, também não é a fonte dos problemas, porque não tinha grandes problemas de solvabilidade em 2009, tinha alguns problemas financeiros, mas não foi isso que precipitou o fim do Grupo.

Ora, a ESI era isto! Era o braço financeiro, que não tinha problemas, era a Rioforte, que não tinha grandes problemas e era a Espírito Santo Resources. Não era mais do que isto! Portanto, de onde é que vêm os problemas da ESI?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Deixe-me responder à sua primeira questão.

Eu diria que a lógica do endividamento de uma empresa é a de que ele é sempre feito junto de instituições ou de entidades financeiras. Mas eu aproveitaria a sua questão para clarificar um aspeto que me parece bastante importante: a colocação de dívida bancária junto de instituições financeiras. Ou seja, o balanço do banco está exposto diretamente à entidade tomadora de dívida, à empresa que toma dívida — uma determinada empresa que contrai dívida junto de um determinado departamento, uma linha de crédito ou um particular — e, por oposição à utilização das instituições financeiras enquanto canais de distribuição de produtos financeiros, à dívida obrigacionista, que, no caso da Rioforte, nomeadamente a nível das *holdings*, como tive oportunidade de explicar, era a principal componente de endividamento.

Quanto à segunda pergunta sobre se a área financeira não tinha problemas se a área não financeira também não tinha problemas, então, como é que surgem os problemas se a ESI é o somatório exclusivo das duas áreas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não encontro melhor resposta do que a que está no relatório preliminar da KPMG, que foi aquele que analisei com mais atenção, porque só há pouco tempo é que tive acesso ao outro.

O relatório da auditoria da KPMG não refere imparidades na área não financeira, porque a Rioforte não tem imparidades. De facto, o relatório faz apenas uma contabilização pelo método de equivalência patrimonial, o que seria normal de esperar, e não por *fair value*. Aliás, a mesma coisa acontece relativamente à Espírito Santo Financial Group, relativamente à qual faz a sua incorporação pelo método de equivalência patrimonial e não por *fair value*, e mantém intocada a valorização destas duas entidades.

Ou seja, respondendo à sua questão, havia, claramente, outros aspetos dentro da ESI que, realmente, foram aqueles que provocaram a situação de haver um grande buraco financeiro na Espírito Santo International e isso tem a ver com as várias participadas da Espírito Santo International, com projetos de investimento, que não estão adequadamente contabilizados, com ativos sobrevalorizados, com a dívida não contabilizada... Enfim, não quero repetir a descrição das conclusões desse relatório, mas julgo que ele é uma peça fundamental para compreender essa realidade que a Sr.<sup>a</sup> Deputada procura aqui compreender.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Fica registado. Esse relatório está na posse da Comissão.

Tem, agora, a palavra, para findar a primeira ronda, o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do PSD.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º João Pena, gostaria de começar a minha intervenção com uma pequena reflexão: à medida que se vão somando audições, diria que cresce em nós, e, certamente, também nos portugueses, a convicção de que o Grupo Espírito Santo, se nos abstrairmos da área financeira, estava a um passo da falência desde 2008 e, seguramente, falido desde 2012, apesar de, durante todos estes anos, o BES e o GES fazerem crer aos portugueses que trabalhava neste Grupo a elite dos gestores portugueses, a aristocracia financeira portuguesa, usando as palavras do Sr. Deputado e Presidente, em exercício, José Magalhães, que, parece-me, caracterizam bem esta situação.

Apesar de tudo isso, tal foi possível porque durante todos estes anos a dívida foi escondida dos portugueses e, permitam-me a expressão, os passivos foram ocultados, maquilhados, camuflados até ao dia, naturalmente, em que se descobriu que tudo isto era um embuste. Aliás, descoberta esta em relação à qual parece que ninguém é responsável, ninguém sabe de nada, ninguém viu nada, ninguém ouviu nada; quanto muito, ouviu-se dizer: «Talvez seja o outro, não serei seguramente eu...». De facto, todos se refugiaram na sua capela, na sua empresa, abstraindo-se de todo o Grupo que não lhes diz respeito.

Bom, naturalmente que a nossa missão, a nossa incumbência é montar este ciclópico *puzzle* com que nos defrontámos.

Nessa circunstância, Sr. Engenheiro, tenho algumas perguntas para lhe colocar, embora algumas delas já tenham sido colocadas. Julgo é que os esclarecimentos não foram suficientes, pelo menos do meu ponto de vista, e por isso peço-lhe alguma tolerância para o facto de as voltar a colocar, como, aliás, peço aos demais Srs. Deputados.

Vamos começar, então, pelo princípio.



Sr. Engenheiro, permita-me que lhe pergunte o seguinte: o que é que fazia antes de integrar os quadros do Grupo Espírito Santo? Isto é: tinha alguma ligação ao Grupo Espírito Santo antes de assumir a presidência da comissão executiva da Rioforte?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Deputado, relativamente à sua questão, e tal como já referi, durante vários anos da minha atividade profissional, praticamente duas décadas, desenvolvi uma carreira em consultoria de alta direção e tive oportunidade de trabalhar com a área não financeira do Grupo Espírito Santo — trabalhei pontualmente com a área financeira, mas, sobretudo, trabalhei com a área não financeira — em algumas intervenções, nas quais a firma que eu representava foi solicitada para prestar apoio.

No momento em que fui convidado, era presidente da empresa de consultoria AT Kearney para Portugal e para Espanha. Era responsável por Portugal e, seis meses antes, tinha acabado de ser promovido para tomar responsabilidade por Espanha também.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, a Rioforte foi constituída, como já aqui foi referido, por uma redenominação da Espírito Santo Resources SA, ambas sediadas no Luxemburgo.

Para os portugueses que nos estão a ouvir, mas também para nós que aqui estamos, pergunto-lhe: sendo esta uma empresa sobretudo nacional, por que razão é que estas empresas estão sediadas no Luxemburgo? É por razões de natureza fiscal? É para fugir a auditorias? É para escapar à supervisão? É porquê? Qual é a razão para estas empresas, concretamente a Rioforte e a Espírito Santo Resources, terem sede no Luxemburgo?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Peço imensa desculpa por lhe responder desta forma, Sr. Deputado, mas não tenho alternativa: não fui eu que tomei essa decisão. Portanto, não me cabe a mim comentar uma decisão que foi tomada pelos acionistas do Grupo Espírito Santo, provavelmente há muitos anos.

O que lhe posso dizer é que, enquanto CEO de uma empresa da dimensão e da responsabilidade da Rioforte Investments SA, nunca me criou desconforto ter a sua sede no Luxemburgo. Considero que o Luxemburgo é um país da União Europeia que obedece a processos e a condições extremamente positivas, transparentes, por isso nunca me causou qualquer desconforto ser CEO de uma empresa com sede no Luxemburgo.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, compreendo e aceito essa resposta. Aliás, não era minha intenção imputar-lhe responsabilidade nessa decisão, obviamente, mas a verdade é que os portugueses se questionam por que é que as empresas, neste caso concreto, estão no Luxemburgo.

Não me consegue responder a isso, mas, então, permitir-me-á que diga que será, seguramente, por uma destas três razões: por razões de natureza fiscal; para fugir à supervisão; ou porque, eventualmente, num ou noutro caso, as empresas não seriam auditadas.

Sr. Engenheiro, ainda a propósito desta matéria: sabe ou não se a Espírito Santo Resources SA era uma empresa auditada antes de ser redenominada para a Rioforte?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — A Espírito Santo Resources SA era uma empresa auditada — e não tenho a certeza se o seu auditor era a Ernst & Young — antes da sua redenominação.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Quando assumiu as funções de presidente da comissão executiva, o Sr. Engenheiro analisou, porventura, ou solicitou os relatórios da auditoria à Espírito Santo Resources?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Solicitei vários elementos relativamente ao passado da Espírito Santo Resources, mas estava muito mais preocupado com a qualidade e com a profundidade da auditoria feita às contas de 2009 — meses depois da redenominação — pela Ernst & Young.

Repare: foram auditadas contas pró-forma a 2009 e a minha principal preocupação era conhecê-las e, inclusivamente, acompanhar o processo durante o qual elas foram desenvolvidas.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, o Sr. Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, quando o convidou para ser CEO da Rioforte, deu-lhe conta da verdadeira dimensão da situação financeira da Espírito Santo Resources SA?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Essa situação estava espelhada na auditoria às contas de 2009, ou seja, no relatório dos auditores de 2009.

Sr. Deputado, não sei se estava presente na sala quando fiz a minha alocução inicial, mas eu referi que tinha consciência de que a situação financeira da Rioforte, no momento em que ela foi criada, no momento da redenominação, era difícil. Eu não estava inconsciente em relação à situação ser difícil, bem pelo contrário.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Eu estava na sala e, aliás, até sublinhei a segunda página da sua intervenção.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Então, peço desculpa.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — O que se sucede é que, quando fez referência a isso, não disse se teve conhecimento dessa circunstância quando assumiu o cargo ou se teve conhecimento já depois de estar no exercício do cargo, daí a razão de ser da minha pergunta.

No entanto, também lhe fiz essa pergunta por outra razão: o Sr. Dr. Manuel Fernando Espírito Santo afirmou, aqui, nesta Comissão, que não havia nenhuma debilidade na Rioforte, porque era uma empresa sólida que tinha um modelo de *governance* que seguia as melhores práticas internacionais e porque era uma empresa que contava com auditorias.

Portanto, a pergunta que lhe faço é: como é que é possível esta afirmação, tendo em conta o facto de o Sr. Engenheiro referir, na sua declaração inicial, que, à partida, a Rioforte apresentava um passivo de 1990 milhões de euros e uma dívida financeira de 1176 milhões de euros? Como é que é compatível a afirmação de que não há nenhuma debilidade na Rioforte com a declaração inicial do Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Deputado, não tenho presente em detalhe as afirmações do Dr. Manuel Fernando, mas, seguramente, o que todos partilhávamos era o facto de a Rioforte ter uma situação financeira auditada e transparente.

Pode ser que essas palavras do Dr. Manuel Fernando tenham sido dirigidas a debilidades do ponto de vista de governação, debilidades do

ponto de vista da lógica de apresentação de contas, por oposição, claro está, aquela que se veio a conhecer ser a situação da ESI. Aí, a Rioforte, efetivamente, não tinha quaisquer debilidades, mas, do ponto de vista financeiro, como empresa que era, a sua situação operacional e económica oferecia desafios e, desse ponto de vista, era inegável para qualquer pessoa que fizesse parte do conselho de administração, nesta altura, que isso assim fosse.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — É uma questão de semântica. O Sr. Engenheiro fala em desafios, o Sr. Dr. Manuel Fernando fala na inexistência de debilidades e a mim parece-me que estamos a falar exatamente da mesma coisa: há debilidades que, naturalmente, colocavam desafios e há debilidades, seguramente, ao contrário do que afirmava. Mas esta é uma expressão minha.

Sr. Engenheiro, para terminar: a PT subscreveu o papel comercial da Rioforte através de três operações e, segundo a sua declaração, foram todas em fevereiro de 2014 e num total de 997 milhões de euros.

A pergunta que lhe faço concretamente é a seguinte: quem é que liderou esta operação no âmbito da Rioforte? Sabe informar-nos quem é que liderou esta mesma operação no âmbito da PT e do BES?

É evidente que não lhe posso exigir uma resposta à última pergunta, mas peço-lhe, sinceramente, que me diga quem liderou a operação da parte da Rioforte nesta aquisição de papel comercial.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — O Sr. Deputado está a aludir às pessoas em concreto.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Presidente, não quero, de forma alguma, fugir a essa pergunta, mas volto a referir que é muito difícil falar em liderança de uma operação onde o papel de liderança é, sobretudo, um papel de execução.

Sr. Deputado, dito isto, a liderança desta operação é feita pela Espírito Santo International em ligação com o Banco Espírito Santo, que é a entidade colocadora destas linhas de financiamento junto do tomador, por um lado, e junto do emissor, por outro.

Qual é que é o papel do emissor aqui? Nós não liderámos esta operação na Rioforte; nós executámos a operação. A Rioforte estava numa situação de aumento da sua dívida, através desses programas, do papel comercial e do programa *Euro Medium Term Notes*, como já referimos aqui várias vezes, para suprir a dívida perante a Espírito Santo International depois da operação de compra da Espírito Santo Financial Group.

E foi nesse quadro que surge essa entrada das três linhas de financiamento da Portugal Telecom.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, colocámos esta pergunta de uma forma tão direta porque, de facto, na 21.<sup>a</sup> ou na 22.<sup>a</sup> audições — não sei qual é o número exato de audições que já fizemos — ninguém sabe responder a esta pergunta.

De facto, toda a gente diz: «Bom, se a liderança era coletiva, haveria outros órgãos..., nós só executávamos esta parte, o outro só delineava aquela outra...». Portanto, na verdade, continuamos sem saber quem cuidou destes processos, mas existem pessoas, alguém há de ter liderado estes processos, pelo não é possível que esta liderança tenha sido feita virtualmente.

Sr. Engenheiro, os portugueses colocam aqui questões deste tipo: é normal que a PT tenha adquirido sensivelmente 900 milhões de euros do papel comercial da Rioforte para permitir a esta financiar-se com o objetivo de adquirir a Espírito Santo Financial Group, a qual era detida pelo BES, sendo que o BES mantinha linhas de crédito com a PT? Eu não disse que o BES fez empréstimos à Portugal Telecom para aquisição de papel; não foi essa a afirmação que fiz; eu disse que tinha linhas de crédito abertas, portanto esse dinheiro podia, também, ter sido usado para esse efeito.

Mais espantados ficaram os portugueses quando uma PT que vale 1,8 milhões de euros adquire metade desse valor, adquire 900 milhões de euros de papel comercial.

De facto, isto é um bocado difícil de perceber e à pergunta sobre quem é que liderou o processo a resposta é: «Não sei, não sei e não sei!». Mas nós haveremos de lá chegar.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Deputado, colocou-me uma pergunta. Posso responder?

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — E não tem limite de tempo, como já compreendeu.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Deputado, em qualquer operação desta natureza, o principal interveniente é o canal de distribuição e o canal de distribuição, neste caso, foi o Banco Espírito Santo. Esse é o principal interveniente, repito, numa operação de colocação de dívida obrigacionista. Claro que, depois, existem muitos outros papéis de outras entidades, etc., mas esse é o principal.

Nós, como entidade emissora, temos responsabilidades, essas responsabilidades estão claramente explicadas, estão claramente formalizadas na documentação relativamente às diferentes linhas de financiamento obrigacionistas, quer de papel comercial, quer de *Euro Medium Term Notes*, que não podemos onerar outros ativos, cláusulas de vária ordem, e temos consciência dessas obrigações.

Agora, quando temos a necessidade de nos financiarmos e surge uma entidade... Repare: como eu disse no início, foi por exceção que soubemos que se tratava da PT, porque, tipicamente, não conhecemos quem é que são os tomadores da nossa dívida bancária. Por isso mesmo, quando nos é colocada a questão, e daquela dimensão, obviamente que fomos procurar saber quem era, o que se passava e fomos informados de quem era e do que se passava.

Acreditamos que é uma sociedade solvente, que é uma sociedade que tem condições e se esse tomador está interessado em tomar a dívida não vejo que seja da responsabilidade da Rioforte dizer, ou não me sinto responsável para dizer: «Não, a Rioforte recusa-se a tomar essa dívida». Por que é que eu haveria de recusar tomar a dívida de uma instituição responsável, que tem todas as condições e que está a aderir a um programa que muitas outras instituições particulares e não particulares optaram por tomar?!

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, quer completar as suas perguntas?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — É muito simples a resposta à pergunta por que é que não haveria de aceitar. Exatamente pelas razões por



que, depois, não conseguiu devolver ou reembolsar esse investimento. É que, de facto, a Rioforte já estava falida.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — De forma alguma! A Rioforte não estava falida, nessa altura. Aliás, estamos a falar de fevereiro, Sr. Deputado...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sim, mas o reembolso foi em junho...

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — A tomada foi em fevereiro, a 91 dias, e, tal como já aqui referi, a convicção, não só da Rioforte mas de todos os responsáveis do Grupo Espírito Santo que estavam envolvidos no programa de reestruturação do GES, é de que seria possível continuar a desenvolver os passos, ou, pelo menos alguns deles, o que já seria suficiente, que poderiam permitir que o programa de reestruturação do GES criasse uma situação de solvência sustentada no Grupo.

Assim não aconteceu, Sr. Deputado, é verdade! Assim não aconteceu, mas, na altura, acreditávamos que isso fosse acontecer.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Srs. Deputados, terminada a primeira ronda, se não houver objeções, interrompemos os trabalhos por 5 minutos, antes de passarmos às rondas seguintes.

*Pausa.*

Srs. Deputados, vamos, então, passar à segunda ronda, que terá, segundo o acordado, perguntas de 5 minutos seguidas de resposta imediata, misturando, assim, as regras da segunda e da terceira voltas.

Não havendo objeções, dou, então, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Paula Vitorino, nas condições enunciadas.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Engenheiro, as perguntas que vou fazer não são novidade e façam, agora, com o objetivo de sistematizar algumas das questões já aqui abordadas.

A primeira questão diz respeito às relações dentro do Grupo.

Gostaria que, mais uma vez, clarificasse quais eram as relações de *report* com o conselho de administração, particularmente com o seu presidente, e, de todos estes processos mais polémicos, quais foram aqueles em que o presidente do conselho de administração não foi envolvido.

Há pouco, na sua intervenção, disse que reunia semanalmente com o conselho de administração e, por isso, gostaríamos que ficasse claro qual era o envolvimento do presidente do conselho de administração nas grandes decisões que eram tomadas relativamente à empresa. E, já agora, pergunto-lhe também as relações que tinha com outras empresas, quer fossem participadas quer na relação de acionista.

Em segundo lugar, gostaria que também clarificasse se o Banco de Portugal acompanhou não só a preparação desse processo de reestruturação como também a sua implementação após a decisão de fevereiro de 2014.

Em terceiro lugar, nas respostas às minhas questões, o Sr. Engenheiro referiu que, no início, os principais credores bancários da Rioforte eram o BCP e a Caixa Geral de Depósitos.

Ora, a este respeito gostaríamos de saber o seguinte: quando é que deixaram de o ser e porquê? Passou a ser, direta ou indiretamente, o BES o principal credor? O Sr. Engenheiro acha que, se o BES não fosse acionista, a Rioforte teria obtido o financiamento, uma vez que, aparentemente, a banca já tinha alguma dificuldade em garantir empréstimos à Rioforte? Nessa situação, onde teria ido buscar o financiamento?

Em quarto lugar, o Sr. Engenheiro, há pouco, referiu que não se podia estabelecer uma relação direta entre a dívida da Rioforte à PT e a dívida da ESI. Mas, seguramente, que se pode estabelecer uma relação direta entre o nível de endividamento da Rioforte e a incapacidade de reembolso à PT, que teve as consequências desastrosas que se conhecem. Com certeza que entre isto se pode estabelecer uma relação.

Ora, a minha pergunta é esta: como é que uma empresa altamente endividada desde 2009 e que colocou dívida — antes ou depois, independentemente da ordem — junto da PT, da Tranquilidade e de outras, vai emprestar ao acionista ESI? E, já agora, gostava de saber quem é que, concretamente, tomou a decisão. Tem de se saber quem é que tomou a decisão, porque estamos aqui para apurar responsabilidades. Aliás, em última análise, formalmente, o Sr. Engenheiro é responsável por emprestar quase 1000 milhões de euros à ESI e é também responsável por não ter garantido o reembolso à PT — e esta foi uma decisão ruínosa. Então, pergunto: se não concordava, por que é que não se demitiu? E não vale a pena, Sr. Engenheiro, fazer leituras piedosas, como a de evitar o desemprego dos funcionários, porque também o resultado de tudo isto está à vista. Mas queríamos saber, acima de tudo, quem foi o responsável pelas decisões.

Outra questão tem a ver com o seguinte: se o Sr. Engenheiro emprestou tanto dinheiro à ESI, independentemente de concordar ou não,

tem de saber a que é que o mesmo se destinava — são quase 1000 milhões de euros! Seguramente que, para haver um empréstimo, tem de haver alguma justificação para esse empréstimo. A que é que se destinava? Era para financiar a Eurofin? Era para garantir que continuava a ter o mesmo nível de participação na estrutura acionista da Rioforte? Para que é que era, Sr. Engenheiro?

Gostava ainda de saber qual era o papel do Dr. Machado da Cruz na administração da Rioforte. É que o Sr. Engenheiro escusou-se a responder à maioria das minhas perguntas que envolviam a ESI, mas o facto é que o Dr. Machado da Cruz fazia parte — e pedia-lhe que confirmasse isso — do conselho de administração da Rioforte, desde a sua formação até se demitir em março de 2014.

Portanto, pergunto-lhe: qual era o papel que Machado da Cruz tinha nas decisões e na vida da Rioforte? Servia, ou não, de elemento de ligação? Servia, ou não, para, de alguma forma, internalizar? Pergunto concretamente qual era o papel dele para se saber se ele era o elemento de ligação entre quem e a Rioforte.

Já agora, gostaríamos de saber em que circunstâncias é que o Sr. Dr. Machado da Cruz saiu da Rioforte. Foi antes ou depois, porque as datas são quase sobrepostas, da diligência dos advogados luxemburgueses que deu origem ao relatório onde foram expressas muitas das questões que foram colocadas?

É tudo, Sr. Engenheiro.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — O Sr. Deputado Filipe Neto Brandão está a fazer sinal, mas julgo que é para se inscrever nas chamadas «perguntas livres», de 3 minutos.

Tem, agora, a palavra o Sr. Eng.º João Rodrigues Pena, para responder às questões colocadas pela Sr.ª Deputada Ana Paula Vitorino.

O Sr. **Eng.º João Rodrigues Pena**: — Muito obrigado, Sr.ª Deputada, pelas suas questões.

Primeiro, quanto às relações dentro do Grupo, perguntou-me a quem era feito o reporte. Volto a referir que reportava ao conselho de administração, foi sempre assim durante todo o período em que fui CEO da Rioforte e, tal como tive oportunidade de referir aqui, em todos os processos quer processos de natureza mais operacional e informativa quer, e sobretudo, nas decisões mais importantes. É que as decisões mais importantes não eram tomadas nas reuniões semanais mas, sim, a nível de conselho de administração. Assim, é óbvio que o presidente do conselho de administração não podia deixar de estar envolvido.

Em segundo lugar, perguntou-me se o Banco de Portugal acompanhava ou não o processo de reestruturação após a decisão de fevereiro de 2014.

Sr.ª Deputada, como saberá, as relações entre o Banco de Portugal e o Grupo Espírito Santo eram conduzidas através do Banco Espírito Santo. Isto foi dito por vários elementos do Banco Espírito Santo que estiveram aqui sentados. Portanto, a resposta é: sim, naturalmente que acompanhou! Todavia, eu não estarei na melhor situação para poder fazer uma qualificação e uma descrição da natureza desse acompanhamento.

A sua terceira pergunta tem a ver com a dívida bancária, ou seja, a partir de que momento é que a dívida bancária começa a passar... Sr.ª Deputada, exatamente a partir do momento em que... A dívida bancária junto do BES sempre foi uma dívida bancária limitada e sempre foi muito inferior à dívida bancária junto de outras instituições financeiras.

O papel da área financeira do Grupo torna-se importante a partir do momento em que a Rioforte começa a colocar empréstimos obrigacionistas, ou seja, papel comercial, *Euro Medium Term Notes*, notas em *stand-alone*, etc.. É a partir desse momento. Portanto, mais uma vez, temos aqui que distinguir aquilo que é a estrutura de financiamento da Rioforte, do ponto de vista bancário, onde o BES tem, à exceção de um ou outro momento no tempo, um papel secundário em relação a outros bancos — e posso dizer-lhe que, por exemplo, em abril de 2014, a dívida bancária consolidada da Rioforte Investments estava colocada junto de mais de 20 bancos, em Portugal e no Brasil, sendo os principais o BCP, com 194 milhões de euros, a Caixa Geral de Depósitos, com 143 milhões de euros, o Montepio, com 120 milhões de euros, o Banif, com 107 milhões de euros, o Bradesco, com 82 milhões de euros, e o BES, com 60,8 milhões de euros.

Agora, isto é a questão da dívida bancária propriamente dita.

Depois, há outra questão, em que, evidentemente, aí sim, no que diz respeito à exposição a canais da área financeira, em abril, estamos a falar de uma exposição muito mais relevante, superior a 2000 milhões de euros, com cerca de 457, através do Banco Espírito Santo, no programa do papel comercial.

Relativamente à relação entre a dívida da Rioforte e a capacidade de reembolso à PT e a como é que a Rioforte toma a decisão de se endividar junto da PT, gostava de referir aqui um aspeto muito importante.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas quem é que tomou essa decisão relativamente à ESI, à dívida da ESI?

O Sr. **Eng.º João Rodrigues Pena**: — Importa-se de repetir, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — A pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada é quem é que, pessoalmente, tomou a decisão de contrair a dívida em relação à ESI.

O Sr. **Eng.º João Rodrigues Pena**: — Peço desculpa, eu estava a falar sobre a Portugal Telecom.

Relativamente à ESI, o endividamento é assumido, na prática, pelo conselho de administração sob solicitação do acionista. É assim que funciona.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — O acionista?

O Sr. **Eng.º João Rodrigues Pena**: — O acionista que representa o conselho de administração, o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, o qual solicita, em sede de conselho,...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — O acionista, através do Dr. Manuel Espírito Santo...

O Sr. **Eng.º João Rodrigues Pena**: — O acionista, através do Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, solicita que haja esse aumento de endividamento da Rioforte junto da ESI. Ele é o presidente do conselho de administração, é ele que representa o acionista, portanto não creio que haja qualquer surpresa relativamente a esse aspeto.

Em relação à Portugal Telecom, gostava de sublinhar dois aspetos muito importantes, para além do que já disse. Em primeiro lugar, a Portugal Telecom não é um investidor qualquer, é um investidor qualificado e, como

tal, tem a plena consciência das decisões de financiamento que toma, tanto da dimensão como natureza daquelas que tomou.

Em segundo lugar, é preciso não esquecer, e quero sublinhar, que existiu uma renovação em abril das linhas de financiamento da Portugal Telecom tomadas em fevereiro. Por isso, se a situação da Rioforte perante a Portugal Telecom em abril não fosse uma situação de mínimo conforto, essa renovação não teria existido em condições normais.

Em último lugar, referia-me o papel do Dr. Francisco Machado da Cruz na Rioforte até à sua saída em março de 2014.

É verdade que o Dr. Francisco Machado da Cruz foi proposto pelo Dr. Ricardo Salgado junto do Dr. Manuel Fernando que, por sua vez, o propõe junto do conselho de administração da Rioforte, mas, em toda a minha experiência enquanto presidente da comissão executiva da Rioforte, em toda a minha convivência com o Dr. Francisco Machado da Cruz, não existiu nada que fizesse dele um especial representante da Espírito Santo International, um especial representante do acionista, com um papel qualquer de canal de comunicação.

De facto, o nosso canal de comunicação, Rioforte, com o acionista era o Dr. Manuel Fernando ou, sempre que o Dr. Manuel Fernando o solicitava, a comunicação era diretamente com o conselho superior, com o Dr. Ricardo Salgado, e não era necessário utilizar canais laterais de uma relação que era perfeitamente frontal e direta.

Portanto, o papel do Dr. Francisco Machado da Cruz é o papel de um gestor experiente, de um gestor que conhece o Grupo, que traz um conjunto de desafios, digamos, para cima da mesa do conselho de administração, perguntando: «será que estas oportunidades de negócio podem ser boas? Será que não estamos a investir demasiado aqui? Será que o nível de custos é adequado?». Este era o tipo de intervenções e este era o tipo de papel do



Dr. Machado da Cruz no seio do conselho de administração da Rioforte, tal como está registado em ata.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Anjinho.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Presidente, vou tentar ser breve e vou começar, exatamente, por um assunto que foi aqui tocado e que diz respeito à Aroundimpact.

O Sr. Engenheiro referiu que a Aroundimpact era 100% detida pela Rioforte e eu confesso que houve um conjunto de explicações que deu que eu gostaria de esclarecer, solicitando-lhe um comentário confirmando ou negando uma série de afirmações que vou aqui produzir.

A Aroundimpact foi criada a 28 de dezembro de 2011 por Gonçalo Cadete. Conhece? Por que é que Gonçalo Cadete aqui surge? Julgo que ele seria o CFO. E por que razão é que passa a deter, ou não, uma participação? Foi isso que percebi do que há pouco explicou.

Na altura, quando nasce esta empresa, que foi criada na hora, foi com 5000 € de capital. Acontece que um dia depois, a 29/12/2011, procedeu-se a um aumento de capital de 1200 milhões, com a entrada de dois novos sócios, convertendo créditos em capital, havendo, portanto, entradas de capital em espécie. Quem são estes novos sócios? Temos a Rioforte Investments, com os tais 368,8 milhões, e temos a Euroamerican Finance, também com sede no Luxemburgo, com 45,6 milhões. Ou seja, ao crédito da Rioforte soma-se outro de 45,6 milhões. Aparentemente foram mais créditos de outras sociedades do GES para o capital da empresa nova que não tinha outros ativos que não fossem créditos, aparentemente incobráveis, das empresas do GES suas acionistas.

Portanto, assim se transforma um crédito incobrável num ativo, uma participação na Aroundimpact que tinha como capital 1200 milhões e 414,4 milhões de créditos incobráveis no ativo. Como é que isso se reflete, ou não, ou entende que tão-pouco se refletiria, na Rioforte?

Depois, as minhas restantes questões têm a ver, essencialmente, com o seu papel enquanto presidente do conselho executivo e perante todo o descalabro que se anunciava ou que, efetivamente, se efetivou.

Ao nível dos órgãos sociais, começo por perguntar: como é que se refletiu a alteração — particularmente de finais de 2013 — com o plano de reestruturação, da missão e dos objetivos no quadro da Rioforte? Ou seja, presumo que tenham sido suscitadas muitas dúvidas e, tanto quanto nos foi dito por Manuel Fernando Espírito Santo, em março de 2014 a generalidade dos administradores da ESI e alguns da Rioforte vieram a demitir-se.

Se nos pudesse esclarecer, gostaríamos de saber quais teriam sido os fundamentos para a apresentação de demissão destes administradores e se, a esta data, também ponderou demitir-se, uma vez que estaria também, imagino, presente em muitos dos desabafos que devem ter sido feitos em relação às dúvidas, legítimas, que eram manifestadas na altura. Imagino que sim, face às respostas que também já nos deu quando respondeu e deu as razões pelas quais permaneceu.

Então, pergunto: em que momento é que efetivamente ponderou sair e como é que acautelou todas as dúvidas que entretanto tinha?

Sr. Engenheiro, não me leve a mal, mas, lendo a ata de abril de 2014, que já citei, fica um pouco a sensação de que teria sido, de alguma forma — o termo talvez seja excessivo, mas vou usá-lo —, constrangido por diversas circunstâncias a tomar a decisão que tomou, procurando aliviar, de

certo modo, a consciência da sua decisão e a decisão com a ressalva que faz de um programa de repagamento.

É que, e passo a ler a ata: «... aditou estar acionista da ESI num momento difícil da sua vida, pelo que, apesar de entender que as medidas aprovadas não estão totalmente em linha com a deliberação tomada na última reunião do conselho de administração, manifestava, com carácter extraordinário, a sua concordância ao aumento de endividamento proposto e aprovado *supra*, na condição de ser formalmente exigido um programa de pagamento até ao final do ano».

A minha dúvida vem daqui. Acha que efetivamente seria viável e eficaz um plano de repagamento, ou seja, seria viável esta exigência que aqui coloca? A esta data, qual é que era a fiabilidade desse pagamento?

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, Fernando Negrão.*

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Não entende, face à experiência e ao conhecimento que tem, que o GES, a 31 de dezembro de 2013, e face aos passivos, à sobrevalorização de ativos, não se encontrava já numa situação de insolvência? Isto para tentarmos compreender a eficácia, a adequabilidade e a proporcionalidade de um plano de reestruturação e daquilo que foi gizado tanto por parte do Grupo Espírito Santo, como da própria atuação do Banco de Portugal naquele que foi o plano proposto e que teve como desfecho a própria resolução.

Pergunto, finalmente: qual é que foi, na sua opinião, essa adequabilidade, essa fiabilidade e a eficácia do plano? Na sua opinião, o que é que efetivamente falhou?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro, para responder.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, agradeço as suas questões.

Relativamente à primeira questão, e voltando à Aroundimpact, ouvi-a atentamente, mas francamente não consegui entender, para além de um ou outro detalhe, que aspetos é que não tivessem sido tocados e respondidos aqui, portanto, arrisco estar a repetir-me.

Em relação a quem é que cria a Aroundimpact, volto a repetir que a sua criação foi decidida ao nível da comissão executiva com o acordo do conselho de administração e, depois, foi executada pelo CFO, que era, na altura, o Dr. Gonçalo Cadete.

De facto, ele, enquanto CFO, na prática ele e a sua equipa da área financeira tinham condições para poder fazer a execução de uma decisão daquela natureza, como referiu, ir à Empresa na Hora, escolher um nome e constituir uma empresa que pudesse, ao fim e ao cabo, servir o papel que expliquei que iria servir.

Sobre o papel dela, mais uma vez, queria sublinhar que, sim, ela foi criada, como foi utilizada, isto é, não era criada com um pequeno capital social e, depois, o capital cresce para fazer face àquilo que é o volume de ativos que represente.

A Sr.ª Deputada referiu que ela só tinha créditos aparentemente incobráveis. Eram créditos, efetivamente, de dimensão e com características particulares que interessava fazer realçar no quadro do

balanço da Rioforte. Mais uma vez, repito: não é a transformação de dívida em ativo. No quadro de contas consolidadas, a criação da Aroundimpact a única coisa que faz é isolar e tornar mais transparente, mais visível, até — se fosse acusado de alguma coisa, seria do contrário —, aquilo que é um conjunto de dívidas que existiam, sobretudo e com especial destaque, para a Espírito Santo Resources.

Em segundo lugar, sobre como é que se desenvolveu o meu papel como CEO e sobre a questão por que é que se demitiram os meus colegas da comissão executiva e alguns administradores, eu diria que esta é uma questão que terá de ser posta aos próprios.

A minha interpretação dessa saída foi que ela se deveu a situações de desconforto, por um lado, pela situação criada após os factos que tinham sido conhecidos relativamente ao acionista e à operação da Espírito Santo Financial Group a ser colocada debaixo da Rioforte, e, por outro lado, também a uma situação de desconforto para com aquilo que era um papel da Rioforte no Grupo, que era muito diferente daquele para o qual todos nós tínhamos estado a trabalhar ao longo de vários anos.

Ou seja, deixámos de fazer a gestão de um portfólio de negócios não financeiros numa lógica de *private equity*, se assim quisermos, a procurar desenvolver esse mesmo portfólio, para passar a ter responsabilidades também por um grupo, o Grupo Espírito Santo, que estava numa situação muito difícil.

É esse o papel que a Rioforte assume e julgo que as pessoas que saíram, claramente, não se sentiram alinhadas com esse novo papel. É a conclusão que eu próprio tiro.

Senti-me eu alinhado com esse novo papel e não saí por causa disso? Teria sido, provavelmente, bastante mais confortável apresentar também a

minha demissão e, numa ótica da reflexão que fiz juntamente com os meus colegas da comissão executiva, acompanhá-los nessa saída.

Outra solução se haveria de encontrar, o acionista haveria de conseguir encontrar alguma outra saída a esse nível, mas, pelas razões que expliquei, a minha decisão, e ela foi tomada na altura, deveu-se, essencialmente, a aspetos de sentido de responsabilidade profissional e pessoal para com o projeto e, apesar de saber que o acionista não tinha procedido da melhor forma para com o mercado, inclusivamente para com os corpos de governação que faziam parte da Rioforte, considerei que era meu dever não abandonar uma série de pessoas, de equipas e de projetos, que estavam em curso, e ficar com a responsabilidade de ter minado, digamos assim, o princípio do fim dessas mesmas unidades.

Se foi uma decisão boa ou não o tempo o dirá. Na prática, direi que teria sido muito mais confortável não continuar, deixar que outro ou outros pudessem prosseguir esse papel, não ter de ir à procura de um novo CFO, não ter que atravessar dois meses muito complicados em que fui o único administrador executivo da sociedade, os meses de abril e de maio, e isso deveu-se, apenas, a uma reflexão na qual senti que era meu dever pessoal e profissional não abandonar um conjunto de peças, digamos assim, que tinha vindo a montar no edifício Rioforte ao longo destes anos.

Relativamente à forma como acautelámos ou deixámos de acautelar o processo de aumento de capital e às referências que faz à ata de 11 de abril, se não estou em erro, e a outras atas subsequentes, gostaria de colocar em contexto as palavras que retirou da ata relativamente à minha intervenção, que foi feita no decorrer das intervenções dos meus colegas do conselho de administração.

É que outros meus colegas do conselho de administração levantam em complemento, e isso é importante, aspetos relevantes de fortalecimento

das condições para que a Rioforte pudesse, efetivamente, a título excepcional, aceder a esse pedido do acionista, e um deles era o do aumento do capital, não deixando que houvesse um aumento de endividamento, por exemplo, como era solicitado a 11 de maio, sem que existisse uma evidência e a efetiva ocorrência de um aumento de capital.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada perguntou como é que a 11 de abril, numa situação já de si tão frágil do acionista e que já conhecíamos, nós acedemos a financiar o acionista? Como é que fomos neste, parece, engodo e não acautelámos adequadamente a nossa posição?

De certa forma, volto àquela que foi uma decisão similar tomada meses antes pelo conselho de administração e pela comissão executiva — antes da demissão de qualquer um dos seus membros —, que foi a cedência a integrar o programa de reestruturação do GES, como ele era sugerido, e a cedência a adquirir a Espírito Santo Irmãos e, por consequência, a Espírito Santo Financial Group, assumindo mais dívida.

Por que é que isso foi feito? Foi feito por várias razões, mas principalmente porque a Espírito Santo International, o acionista da Rioforte, caso contrário, teria falido. E isso volta a acontecer em abril, ou seja, se não tivesse havido este financiamento, a ESI teria falido.

Seria melhor ter deixado falir a ESI? Ou tentar que a ESI buscasse a solução que parecia que estava, efetivamente, com boas probabilidades de acontecer, pelo menos, a de aumento do capital e de algumas garantias de ativos que permitissem dar a esta situação um volte-face positivo *versus* aniquilar de imediato todas as hipóteses relativamente ao acionista e deixá-lo numa situação de insolvência que teria sobre a Rioforte, e a Espírito Santo Financial Group mais abaixo, um impacto, seguramente, ainda pior do que o impacto que, eventualmente, poderia ter tido em dezembro ou em janeiro de 2013/2014?! Isto, para responder à sua segunda pergunta.

Há uma pergunta de que eu não tomei bem nota, pelo que vou passar à seguinte e depois, eventualmente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada poderá complementá-la.

Perguntou como é que vejo a eficácia do plano de reestruturação do Grupo daqui para a frente.

Bom, à medida que o tempo vai decorrendo, vemos que as dificuldades são cada vez maiores, mas enquanto se mantém, pelo menos, a hipótese de ter um aumento de capital e o acesso a alguma possibilidade de criação de liquidez através de liquidação de ativos reais, quer dentro da ESI, quer na Rioforte, essas são razões pelas quais o conjunto de pessoas que continua na Rioforte continua a trabalhar.

Devo dizer que, em abril, quando contratei um novo CFO para a Rioforte essa pessoa juntou-se à Rioforte em junho e já em abril a situação, falámos agora da data de 11 de abril, foi exposta de forma transparente a essa pessoa e ela aceitou o desafio. Ou seja, apesar das dificuldades vislumbravam-se claramente hipóteses de que era possível fazer o volte-face.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º João Pena, há uma coisa, entre outras, que eu não consigo compreender, que é a que mais se destaca neste momento e que é a seguinte: que o senhor, durante o tempo que reunia no conselho de administração da Rioforte com o Dr. Machado da Cruz, não soubesse aquilo que ele fazia para além das competências formais enquanto administrador da Rioforte!

Há uma coisa que, aliás, ao longo do tempo foi identificada em relação à Rioforte, como em relação ao restante universo Espírito Santo, é



aquela coisa do *interlocking direction*, isto é, os membros dos conselhos de administração e das comissões executivas estarem em várias sítios e reunirem as mesmas pessoas em mesas diferentes sem saberem uns dos outros...! Estas pessoas têm uma vida dupla e ignoram-se uns aos outros, quando saem de uma sala e vão para outra, para um outro edifício e para outra cidade...?!

De facto, tenho muita dificuldade em compreender, e digo isto sem ironia alguma, que o Dr. Machado da Cruz, *commissaire aux comptes extraordinaires* do Grupo Espírito Santo, administrador da Rioforte, tivesse as competências que tem e o senhor achasse que estava a lidar com um brilhante administrador que tratava muito bem do edifício Plaza em Miami. Tenho muita dificuldade em compreender isto, Sr. Engenheiro, portanto, agradeço que nos ajude a compreender.

Gostava que explicasse melhor uma referência da sua intervenção inicial pois, logo ao início da página 8, o Sr. Engenheiro fala da situação operacional e financeira das empresas herdadas da Espírito Santo Resources pior do que se previa no início.

A minha segunda pergunta é no sentido de saber do que é que está a falar — e isto, também, era importante para o trabalho da Comissão — nomeadamente: quais são as empresas?; em que medida é que aparece esta coincidência de indicadores operacionais e financeiros de várias empresas ao mesmo tempo a dar mais notícias, digamos assim?; em que medida é que isto conflui para os tais resultados negativos obtidos nesse período ou limitados, melhor dizendo?

Portanto, gostaria que esmiuçasse, como dizia o outro, essas situações, a gravidade delas e quais foram as empresas envolvidas.

Em terceiro lugar, a questão que vem na página seguinte da sua intervenção sobre a auditoria especial à ESI e suas participadas, solicitada pelo Banco de Portugal à KPMG em dezembro de 2013.

Só para nos situarmos melhor gostava de lhe perguntar em que medida é que essa auditoria excluía a Rioforte, enquanto participada da ESI, não sei se me faço entender... Isto porque, quando nos diz que foram identificados vários problemas de relevo na ESI e na Espírito Santo Resources — e depois refere seis aspetos concretos na sua intervenção — não foi dado conhecimento do relatório à Rioforte, mas as conclusões do mesmo foram divulgadas na imprensa.

Ajude-nos, então, a situar esta questão: os senhores não tiveram conhecimento de um relatório sobre uma auditoria à ESI e suas participadas. Pergunto: em que medida é que os senhores, enquanto Rioforte, eram objeto desta auditoria? Estiveram fora desta auditoria? Não souberam de uma auditoria que estava a ser feita à vossa casa? Foi feita a auditoria à ESI e à ES Resources: em que medida é que os senhores não souberam de nada e como é que deveriam ter sabido?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já utilizou 4 minutos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A quarta questão tem a ver com o apoio financeiro da Rioforte à ESI. Já deu exemplos concretos de como é que era esse apoio — linhas de financiamento, o assumir a dívida por parte da PT... —, mas queria perguntar-lhe se era institucionalmente entre a casa ESI e a casa Rioforte que isto se resolvia, ou se era em reunião do conselho de administração, porque o papel de presidente do conselho de administração e de acionista muitas vezes confundia-se. Aliás, já agora, pergunto-lhe qual é a diferença,

para além dos formalismos jurídicos, entre uma reunião do conselho de administração e uma assembleia geral, porque sobre isto há elementos de maio deste ano em que a questão do aumento de capital, que é acalentada e prometida, é sublinhada nas reuniões do conselho de administração, mas chegando à assembleia geral nada se diz, não se coloca a questão. Portanto, em que medida é que essas matérias são colocadas?

Sr. Presidente, um último ponto, também para nos situarmos em termos da informação, respeita ao seguinte: a comissão de auditoria da PT diz que entre o fecho de 2001 e 2008 as aplicações em títulos de dívida de curto prazo do Grupo BES variaram entre o máximo de 600 milhões de euros e o mínimo de 144 milhões de euros. Portanto, já vem de trás a aplicação de tesouraria da PT no Grupo Espírito Santo.

O que eu pergunto é em que medida a emissão da Rioforte, realizada já este ano em relação à dívida, e que a PT assumiu naquele montante de cerca de 900 milhões, dá continuidade a outros negócios anteriores em relação à PT ou é, para a Rioforte, uma questão nova.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, tem a palavra.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, sobre a sua questão para o ajudar a compreender o papel do Dr. Francisco Machado da Cruz, quero agradecer-lhe imenso tê-la colocado, pois posso ter deixado a imagem errada de que eu tinha apenas a perspetiva de que ele era apenas o administrador da Rioforte, vivia em Miami e tomava conta da torre de Miami. Não! Era sabido que o Dr. Francisco Machado da Cruz fazia parte, digamos assim, de uma equipa central dentro do Grupo, reportava ao Dr. José Castella, tinha uma relação direta com o Dr. Ricardo Salgado e isso não me era desconhecido. Portanto, obrigado

por me deixar clarificar isso, porque era importante que isso também ficasse aqui claro.

Não é que, volto a dizê-lo, a natureza da sua intervenção no conselho de administração — e esta já é a terceira ou a quarta vez que o digo, mas volto a dizê-lo, porque é verdade — seja vista pelos membros do conselho de administração nem por mim, nem sequer assumida por ele, como alguém que representa a ESI.

Tal como tive oportunidade de dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada há pouco, não é numa lógica de criar um canal paralelo de informação ou de interlocução junto da ESI que, ao fim e ao cabo, o conselho de administração interage com o Dr. Francisco Machado da Cruz. Isto, em relação à primeira questão, sobre a qual espero ter sido claro e agradeço por a ter colocado, porque, efetivamente, eu podia ter deixado uma imagem errada relativamente ao meu conhecimento das suas responsabilidades.

Quanto às dificuldades no início ou ao facto de ser pior do que se previa no início, o que é que aconteceu? O que aconteceu foi que, embora afetasse várias das empresas, mas num grau relativamente pequeno, esta questão afetava duas empresas em particular, e referi isto na alocução inicial. E aqui destaco a Opway, porque a Opway torna-se, efetivamente, para a gestão executiva da Rioforte, como um dos elementos prioritários da sua gestão ao longo dos anos subsequentes, portanto ao longo de 2010, 2011 e uma parte de 2012.

É no quadro da Opway, como tive oportunidade de, pelo menos, tentar explicar à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, há pouco quando falei da complexidade do Grupo — porque era um grupo empresarial em si mesmo —, que, dada a sua situação financeira e as debilidades do seu modelo de gestão, se chegou ao ponto de ser, efetivamente, necessário substituir o presidente da Opway, que também tinha sociedade na Opway,

para além de todos os elementos executivos de relevo do Grupo e da empresa.

Em terceiro lugar, quanto à sua pergunta sobre a auditoria ao ETRICC 2, o que eu quis dizer com a referência «nós não tivemos conhecimento» foi o seguinte: o ETRICC é um exercício lançado pelo Banco de Portugal sobre os bancos do sistema para avaliação da existência de imparidades da carteira de crédito junto de grupos empresariais de natureza tipicamente não financeira e, neste ETRICC 2, foi, pela primeira vez, envolvido o GES.

O ETRICC 2 é lançado pelo Banco de Portugal e a interlocução, no quadro do ETRICC 2, é feita pela banca e esse papel de interlocução da banca é assumido pelo Banco Espírito Santo. É nessa lógica que, de uma forma natural, não tínhamos de ser avisados, Sr. Deputado, ou interpelados pela PricewaterhouseCoopers ou pelo Banco de Portugal relativamente à natureza do exercício; simplesmente tínhamos de fazer como outros grupos no nosso lugar estavam a fazer e tinham feito no passado, no exercício anterior, que era responder às solicitações dos bancos relativamente à transmissão de informação. Foi isso que fizemos! Foi isso que a Rioforte fez no quadro da auditoria do ETRICC 2.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Junto do BES?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Junto do BES, exatamente! Portanto, o BES assume perante o Banco de Portugal o papel de catalisador e estruturador, digamos assim, desse mesmo exercício, o que, a nós, se nos afigurou perfeitamente natural.

Portanto, soubemos dos resultados do ETRICC e do facto de a PricewaterhouseCoopers não ter encontrado imparidades relativamente à

Rioforte através do Banco Espírito Santo e, mais tarde, obviamente, através da leitura dos relatórios do ETRICC 2.

Relativamente ao aumento de capital, sobre o qual perguntou como era feito, como surgia, posso dizer-lhe que há uma ata em que se tomam três decisões: aumento de capital, aumento de endividamento e aumento do programa EMTN.

Depois, há uma assembleia-geral em que o Sr. Deputado vê que se materializam apenas duas delas, não há aumento de capital. Se for um bocadinho mais à frente, no livro de atas da assembleia-geral, encontra, em 9 de julho, a materialização da decisão de aumento do capital.

Por que é que só acontece 60 dias depois? Posso explicar-lhe: dada a natureza da Rioforte e dada a natureza da exposição financeira que a Rioforte tinha a empréstimos obrigacionistas, nós éramos obrigados, por um lado, a fazer alterações estatutárias para aprovar esse aumento de capital em assembleia-geral e, por outro, a comunicar publicamente, em órgãos de comunicação social, junto dos obrigacionistas, a realização dessa mesma assembleia-geral e se consultar a ata de 9 de julho verá que a assembleia-geral conta com a participação de um procurador e de um obrigacionista, se não estou em erro. Penso que isto responde à questão que tinha colocado.

Finalmente, quanto à questão de saber em que medida é que a emissão da Rioforte realizada em 2014 dá continuidade a... Importa-se de repetir essa questão?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se me der licença, Sr. Presidente, é muito simples.

O Sr. **Presidente**: — Muito rapidamente, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É muito rápido.

Desde 2001, havia uma exposição considerável da PT ao Grupo Espírito Santo, não necessariamente à Rioforte, que nem existia em 2001, mas a questão é esta: a dívida da Rioforte assumida pela PT dá continuidade, com o vosso conhecimento, a uma relação antiga, que, substancialmente, até é a mesma, em termos de valores, durante aquela fase? Ou estamos perante uma questão que, em substância, é nova, do ponto de vista da relação entre a PT e a sua tesouraria?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Deputado, em tudo o que tenha a ver com a Rioforte, e penso que dei provas disso ao longo da tarde de hoje, e com a minha posição, enquanto CEO da Rioforte, conta com a minha inteira colaboração e total disponibilidade em termos de informação. Não posso comentar aquilo que se passou e em que não estive envolvido e isso é exatamente aquilo que se refere às relações financeiras entre a ESI e a Portugal Telecom ou entre o BES e a Portugal Telecom, ou seja, não tenho conhecimento, não posso comentar, Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Tem, agora, a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, quero, sobretudo, recuperar algumas questões, a primeira das quais sobre a Escom.

Lamento a insistência, mas, de facto, é difícil perceber como é que durante três anos há um conjunto de administradores responsáveis por empresas que são — e não tenho uma grande expressão para usar, mas vou

dizê-la, embora ela seja demasiado informal — enrolados por alguém que diz que há uma venda que um dia vai acontecer e não há mais informações sobre isso. Acho inacreditável, acho difícil de crer!

Também acho difícil de crer que um valor de 500 milhões de dólares por uma empresa que estava com uma dívida imensa, como disse, e com prejuízos acumulados fosse plausível.

A minha pergunta é no sentido de saber se acha que a Escom foi sobrevalorizada, foi vendida a um valor muito superior, e se é esse o motivo pelo qual a venda não se concretizou. Gostava de saber se é essa a sua opinião, uma vez que a Escom fazia parte do seu próprio balanço.

Uma outra nota que já queria ter feito mas, entretanto, esqueci-me era a de saber se poderia fazer chegar à Comissão os relatórios e contas da Rioforte. Referiu que eles estavam disponíveis no *site*, mas não estão todos ou, pelo menos, não os encontrei — pode ter sido, porque também foi uma pesquisa bastante rápida —, e ainda podemos confirmar, mas gostava que garantisse que o que não está disponível no *site* é enviado à Comissão. Se me garantir que estão todos no *site*, tomo-o de boa-fé e o erro terá sido meu.

No que diz respeito à Opway, vou repetir a pergunta: qual é o racional da compra da Opway pela ESI? Qual foi o argumento dado pelo acionista para comprar a Opway à Rioforte? É que a compra da Opway à Rioforte é feita com prejuízo para a Rioforte, porque ela é comprada por um valor inferior... Não sei se já era 6 milhões... Lembro-me de ter visto 6 milhões como valor de prejuízo da compra da Opway que foi feita à Rioforte.

Agora, eu, como acionista da Rioforte, da ESI e da Espírito Santo Industrial, vou comprar com prejuízo uma empresa dentro do meu Grupo para a colocar noutra empresa, sendo que essa empresa também dá um



prejuízo?! Esta operação não me faz sentido. Então, pergunto: qual é o argumento que é dado pelo acionista para pegar numa empresa, que dá prejuízo onde quer que esteja, para a tirar de um lado e pô-la do outro? Não compreendo!

Ironicamente, a Opway, que passa para a Espírito Santo Industrial, é recomprada um ano depois, quando a Espírito Santo Industrial vem de novo para a Rioforte, quando a Rioforte compra as partes...

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não se importa de repetir?

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Ironicamente, a Opway, que tinha sido vendida um ano antes à Espírito Santo Industrial, volta para a Rioforte, quando a Rioforte recompra a parte financeira.

Se era possível vender a Opway, por que é que ela não foi vendida nessa altura? Não foi muito tempo depois e, portanto, continuo sem perceber o racional desta operação.

Ora, isto leva-nos, claramente, ao conjunto de decisões erradas tomadas pela Rioforte em relação à ESI: a primeira, já a disse, é endividar a Rioforte a curto prazo, para recomprar a parte financeira da ESI, que estava com problemas; a segunda é aceitar financiar a ESI, quando se sabia que a ESI estava na falência, e este era um dado adquirido, porque tinha dados sobre a ESI. Isto não é má gestão? Apesar de tudo, o Sr. Engenheiro é CEO de uma empresa e está a prejudicar a empresa da qual é administrador e pela qual é responsável para salvar um acionista! De que forma é que não estava a ver todo este filme desenhar-se à sua frente?! É que endividou-se para comprar uma parte do GES e, para o fazer, colocou dívida junto do GES para salvar o GES. Em 30 de junho de 2014, a Rioforte mais

subsidiárias tinham cerca de 1882 milhões de euros colocados a clientes BES.

Quando começamos a juntar as peças, a Rioforte vai pedir dinheiro a clientes BES para comprar ao GES uma parte que serviria para salvar o Grupo GES. Fica tudo dentro do Grupo. Estamos a transferir o problema de um lado para o outro. Até que ponto é que isto não era claro, embora em algum momento confuso mas claro, em termos do seu resultado?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Apenas duas perguntas mais.

O relatório da Ernst & Young, de março, já diz que, em resultado da compra da parte financeira da ESI, a Rioforte está com problemas. A PT diz claramente, quando investe em dívida da Rioforte, que não tem conhecimento das conclusões do relatório da Ernst & Young que falam deste aumento da dívida. A quem é que este relatório foi mostrado? Por que é que ele não chega às mãos de um investidor institucional com 800 milhões na Rioforte?

A última pergunta, e volto à última pergunta da ronda anterior, tem a ver com o seguinte: se o problema não é a parte financeira e se o problema não é a Rioforte, só nos resta a conclusão de que o problema é a Espírito Santo Resources, que é aquilo que fica no meio, e isto desde a reestruturação de 2009.

Portanto, a minha pergunta é no sentido de saber se o ano de 2009 não é já o momento-chave em que se começam a avolumar prejuízos e tudo o resto é tentar salvar um problema que existe desde muito antes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, quando entender, tem a palavra.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, muito obrigado pelas suas questões.

Em primeiro lugar, relativamente à Escom, vou tentar, mais uma vez, clarificar aquilo que referiu como a confusão que lhe faz o entendimento deste negócio no quadro da Rioforte. Foi, efetivamente, um negócio desenvolvido pelo acionista e eu, ao longo das respostas às questões que me colocou, vou tocar neste ponto por várias vezes e é importante frisá-lo bem aqui: o Grupo Espírito Santo é um Grupo com um acionista único, com uma liderança clara, inofismável desse ponto de vista.

A Escom foi um negócio que foi desenvolvido a esse nível e a sua extração do universo Rioforte para uma outra empresa do Grupo foi uma decisão do acionista e as condições em que o negócio foi feito foram também decisão do acionista.

Então, a questão que pode colocar, e que é importante sublinhar, é que se tratou de um contrato-promessa e que sabíamos que se tinha tratado de um contrato-promessa.

Havia também a questão do pagamento de um sinal. A Rioforte não recebeu qualquer sinal por essa operação. Portanto, os contornos desta questão da Escom são, na realidade, contornos extremamente desconfortáveis para a gestão da Rioforte, desde o início e até ao final, sobretudo quando, no final, nos deparámos com a inexistência de qualquer possibilidade de haver um ressarcimento relativamente a esse ativo, ativo esse que tinha um valor relativamente importante nas contas, no balanço da Rioforte quando a Rioforte arranca. Terminámos com esse ativo.

Mais do que isto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tenho condições para lhe poder responder. Dei-lhe toda a informação que tenho a este nível. Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance, enquanto gestão quer executiva quer, inclusivamente, não executiva da Rioforte, para procurar conhecer e acompanhar em detalhe e conseguir que esta operação se corporizasse. Ela não se corporizou.

Em segundo lugar, acredito que, devido à situação em que nos encontramos, alguns elementos não estejam já disponíveis no *site* da Rioforte, mas garantirei fazer chegar esses elementos ao Sr. Presidente da Comissão Parlamentar, nomeadamente os relatórios e contas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, se em algum momento não responder às suas questões, por favor interrompa-me.

Relativamente ao racional de compra da Opway pela ESI, eu já disse aqui que a situação da Opway foi uma situação que sofreu um processo de reestruturação profundo e acreditamos que no momento em que a Opway saiu do universo da Rioforte não estava ainda totalmente preparada como empresa rentável, ou seja, havia ainda trabalho a fazer. Era nossa expectativa que, durante o resto do ano de 2012 e, provavelmente, de 2013, ficasse na nossa mão, que houvesse ainda ajustamentos, reestruturações a registar, imparidades, etc., o que seria natural.

A nossa expectativa enquanto gestão executiva e conselho de administração foi que esse trabalho fosse feito no quadro de um movimento sectorial dentro da construção e nos víamos, claramente, possibilidades de isso vir a acontecer.

O acionista assim não entendeu e, tendo em atenção a limitação das nossas responsabilidades dentro da Rioforte, optou por resolver o problema de uma forma distinta e trazer a Opway para uma outra zona dentro do Grupo.

E essa questão, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é uma questão em que não me cabe, em primeiro lugar, a tomada de decisão, e, em segundo lugar, a responsabilidade no perímetro em que ela é feita. O meu perímetro era a Rioforte e a Opway transita para uma outra esfera dentro do Grupo, para fora da Rioforte, e, por isso, deixa de ter interferência por parte da Rioforte.

As condições em que é feita a operação são condições que são difíceis de avaliar, porque, como era uma transação interna, foi feita uma avaliação simples face ao valor da Rioforte, àquilo que poderiam ser ajustamentos que se viessem a verificar no futuro e foi com base nesse valor — efetivamente um valor negativo — que isso seria feito.

Mas eu nunca lhe diria que uma transação da Opway, com outro grupo de construção ou noutra filosofia, não viesse, ela própria, também, trazer um prejuízo para a Rioforte. O que era importante aqui era ver qual era a melhor situação para o Grupo — e esse é o seu ponto — e, desse ponto de vista, a opinião da administração da Rioforte era que a melhor solução para a Opway, no quadro do Grupo Espírito Santo, seria levá-la para fora do Grupo Espírito Santo para que pudesse beneficiar de sinergias na reestruturação com outros grupos de construção.

Em terceiro lugar, em relação à situação da ESI e ao financiamento da situação da ESI, já falámos sobre isso várias vezes. É minha opinião pessoal que o conselho de administração tem plena consciência das decisões que tomou em cada momento e das condições em que o fez.

Procurámos permanentemente deixar claro ao acionista — o acionista único que comandava este Grupo e que o liderava de uma forma clara — as nossas reservas relativamente ao nosso dever fiduciário, enquanto administradores executivos, ou não executivos, dentro da Rioforte e também procurámos ter sempre em conta aquela que era a alternativa, que era não o fazer.

E a Sr.<sup>a</sup> Deputada dirá: «Não o fazer era a vossa responsabilidade fiduciária!». Isso é algo que iremos ver. O que sabemos, seguramente, é que a ESI estava numa situação delicada, mas a ESI não estava falida; ela tinha capacidade de obtenção de crédito, existiam indicadores nesse sentido, existiam pactos nesse sentido, portanto, não estávamos a infringir esse dever fiduciário.

Finalmente, em relação ao relatório da Ernst & Young, a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu que a PT não conhecia as conclusões do relatório sobre a Rioforte da Ernst & Young por ter tomado a dívida depois disso.

Eu diria que o relatório da Ernst & Young, tal como já foi aqui referido, é datado de março de 2014. Podia, eventualmente, a Portugal Telecom não ter conhecimento da publicação do relatório, podia o relatório ainda nem sequer estar disponível, podiam as contas da Rioforte não estar fechadas, nem essa informação estar disponível em fevereiro quando essa dívida é colocada, mas deixe-me dizer-lhe duas coisas: em primeiro lugar, quando a dívida é renovada, o relatório existe, está publicado, existem indicações na imprensa de que nós fechámos as contas, foi feito um *press release* a esse respeito em março, pelo que não há qualquer razão para...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o relatório está publicado onde? O *press release* diz que a Rioforte está em melhor situação financeira. Onde é que esse relatório está publicado?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — O relatório e contas da Rioforte está disponível para quem o quiser pedir à Rioforte. Para qualquer investidor que tivesse necessidade de consultar o nosso relatório e contas de 2013 — penso que, nessa altura, ele estava disponível no nosso *site*. Em 15 de abril, seguramente, que o estava, se não estivesse já em fevereiro! E

se não estava em fevereiro, qualquer investidor que tivesse interesse poderia ter contactado com a comissão executiva da Rioforte, e não o fez!

Outros responsáveis por colocação de dívida, outros canais, e estou a lembrar-me de alguns bancos do Grupo Espírito Santo noutras paragens, dialogavam connosco e pediam-nos apresentações frequentes relativamente à nossa situação. Não foi o caso. Portanto, não acho que exista qualquer tipo de razão para ocultação de informação por parte da Rioforte nesta relação com a PT. A disponibilidade sempre existiu, a informação sempre existiu e era uma questão de o investidor a solicitar.

Finalmente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, em relação a 2009, tanto quanto entendi a sua questão sobre a gestão e sobre se não sentíamos que existiam indicações de práticas deficientes de gestão e de como é que, nesse quadro, era possível que continuássemos a financiar a ESI, uma parte da resposta já foi dada, ou seja, isso tinha a ver com a situação financeira, com o facto de existir uma gestão centralizada da tesouraria e, acima de tudo, com o facto de existir um acionista único em tudo isto.

Isso acaba por ser, na minha opinião, um corolário, tal como disse na intervenção inicial, bastante importante. Não inibe os deveres de cada um, mas, efetivamente, é um aspeto determinante em todo este processo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, quer prestar algum esclarecimento?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A referência ao facto de haver 1800 milhões de dívida da Rioforte, que estava diretamente colocada nos clientes do BES, sejam eles clientes a retalho ou institucionais, não lhe merece um comentário? O facto de a Rioforte ter a grande maioria do seu endividamento junto da parte financeira do BES, não digo direta, mas indiretamente, não lhe merece um comentário?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — O comentário que tenho a fazer é o seguinte, Sr.<sup>a</sup> Deputada: primeiro, relativamente ao papel comercial colocado pelo BES junto dos seus clientes, ele nunca chegou sequer perto dos níveis que estavam previstos aquando do lançamento do programa em setembro de 2013, que seria um nível de 1000 milhões de euros, e, portanto, julgo que, desse ponto de vista, esse nível poderia ter tido, inclusivamente, uma exposição superior, se assim fosse requerido por parte dos investidores e dos canais de distribuição.

Relativamente a isso, o que posso comentar é que existe uma dependência grande, do ponto de vista financeiro, dos clientes da área financeira do Grupo Espírito Santo relativamente à Rioforte, nesse momento. Sim, existe, sem dúvida nenhuma! Provavelmente, em vários momentos, não teria sido possível desenvolver o programa de reestruturação ou a tentativa do programa de reestruturação, tal como ele estava desenhado, sem o apoio dos canais da área financeira.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pretendia, ainda, saber...

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Não hesite, por favor.



O Sr. **Presidente**: — Não, não; hesite, porque a Comissão tem um Presidente, para o bem e para o mal.

*Risos.*

Mas é algum esclarecimento breve, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Era só para ter a certeza de que o Banco de Portugal concordou com esse plano de reestruturação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, faça favor.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> **João Rodrigues Pena**: — Isso já foi perguntado várias vezes. Não, nós não temos conhecimento de que o Banco de Portugal tenha levantado qualquer tipo de objeções ao programa de reestruturação.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Clara Marques Mendes.

A Sr.<sup>a</sup> **Clara Marques Mendes** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Eng.<sup>o</sup> João Pena, a quem agradeço os esclarecimentos que têm aqui sido prestados esta tarde.

Tenho umas questões para lhe colocar e começo por lhe pedir desculpa, porque alguns dos aspetos já foram abordados, no entanto ainda subsistem algumas dúvidas.

A primeira prende-se com a gestão e a definição da estratégia da Rioforte. Nesta Comissão o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo referiu que a gestão da Rioforte era da comissão executiva, havendo, contudo — e vou passar a ler — «(...) reuniões desta comigo e com o vice *chairman*, onde era reportada em grandes linhas a estratégia dos negócios que a Rioforte tinha em curso (...)».

Começo por perguntar se, efetivamente, é assim. E porquê? Porque o Sr. Engenheiro na sua intervenção de hoje, designadamente na página 13, refere que na reunião de 14 de março de 2014 a comissão executiva da Rioforte alertou que cabia exclusivamente ao conselho de administração da Rioforte o poder e o dever de tomar todas as decisões relativamente à gestão da sociedade, nomeadamente no que diz respeito às diferentes licitações do acionista, entre outras coisas. Portanto, a minha dúvida subsiste.

Porém, a sua referência a esse facto suscita-me ainda uma outra dúvida. Presumo — e peço-lhe que confirme se estou ou não correta — que a necessidade de a comissão executiva alertar para o facto de que cabiam, exclusivamente, ao conselho de administração da Rioforte estes poderes, isso significa que estas práticas não estavam a ser seguidas. Pergunto: se, efetivamente, não estavam a ser seguidas estas práticas quem é que estava a tomar as decisões?

Gostaria ainda de lhe pedir se nos ajuda a entender uma outra questão. O Sr. Engenheiro referiu, falando do período de 2010 a 2013, alguns dos aspetos que salientou como positivos, que foram sendo feitos na Rioforte, mas também salientou algumas limitações que foram detetadas e uma dessas limitações a que fez referência foi a centralização de tesouraria na ESI, conduzindo a uma dívida crescente da ESI à Rioforte.

O que lhe peço é se nos ajuda a entender exatamente como é que funcionava esta centralização, como é que ela limitava e o que foi feito, tendo sido detetada esta limitação, isto é, sendo este um aspeto que deve ser eliminado o que foi feito — se é que foi feita alguma coisa —, para eliminar esta situação.

Queria, agora, voltar ao plano de reestruturação para, também, entender um aspeto, sobre o qual, confesso, fiquei com uma dúvida. O Sr. Engenheiro referiu que no plano de reestruturação do GES o conselho de administração e o conselho executivo da Rioforte tiveram conhecimento e concordaram com a decisão do conselho superior, isto numa fase inicial. Posteriormente, este plano de reestruturação do Grupo Espírito Santo foi revisto sem o conhecimento da comissão executiva, como referiu na sua intervenção inicial.

A questão que coloco é a seguinte: a comissão executiva não teve conhecimento, mas o conselho de administração teve conhecimento? Se teve, quando foi? E, se concordou, qual foi a posição que o conselho de administração tomou?

Na sequência desta situação, sabemos também que alguns administradores demitiram-se. Esta questão já foi aqui abordada, mas gostaria de perguntar se essa demissão resultou desta revisão do plano de reestruturação ou se resultou, *ab initio*, do plano de reestruturação, que, julgo, isso não ficou muito claro.

Sabendo que a posição do Sr. Engenheiro foi no sentido de não concordar e de mostrar algumas reservas face a este novo plano, pergunto-lhe: qual a opinião que tem relativamente à decisão do conselho superior? Por que é que terá sido revisto este plano de reestruturação do Grupo Espírito Santo?

Para finalizar, pergunto-lhe, enquanto presidente da comissão executiva da Rioforte, se considera que tinha toda a informação verdadeira e necessária para exercer as funções que lhe competiam enquanto presidente e se, alguma vez, se sentiu limitado nos seus poderes enquanto presidente da comissão executiva dentro da instituição, e, se sim, que tipo de limitação.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr.ª Deputada, obrigado pelas suas questões.

Acho que não é verdade, pelo menos na sua larga maioria, que as suas questões tenham já sido respondidas. A Sr.ª Deputada trouxe várias questões novas que também me dão oportunidade de poder clarificar alguns aspetos importantes, o que lhe agradeço.

A primeira questão que me coloca é sobre a gestão e definição da estratégia da Rioforte, o envolvimento do presidente do conselho de administração e de que forma é que o conselho de administração, ao fazer referência, em fevereiro de 2014, às práticas que não estavam a ser seguidas, estaria a...

Quanto ao papel do presidente do conselho de administração, na minha perspetiva, exatamente tal como o descrevi, a ele cabia, cumprindo o que estava definido no regulamento do conselho de administração, presidir às reuniões do conselho, definir as atas do conselho, definir as agendas, aprovar as atas, posteriormente, isto nas reuniões ordinárias do conselho, digamos assim, e, depois, no que tínhamos como pontos de situação regulares, de natureza mais informal, manter informado o conselho e poder ter oportunidade de intervir.

Ora, parece-me que, quanto a este ponto, pode haver, eventualmente, divergências de ordem semântica, mas acho que deixei bastante claro qual era, na minha perspetiva, o papel do presidente do conselho de administração bem como o papel do conselho de administração, propriamente dito, de acordo com os regulamentos da Rioforte.

A questão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada levanta relativamente à chamada de atenção que a comissão executiva faz, em fevereiro de 2014, aos membros do conselho de administração não tem a ver com o facto de essas práticas não terem sido seguidas até aí.

É evidente que todos os membros do conselho, executivos e não executivos, tinham a perfeita noção dos seus deveres fiduciários, face à lei luxemburguesa, e das suas responsabilidades.

Agora, no momento em que se pedia ao conselho de administração para se pronunciar sobre uma decisão de carácter tão importante quanto a que estava a ser trazida a conselho naquele dia, pareceu-nos bem — assim como também pareceu à nossa secretária-geral e ao presidente do conselho de administração — fazer um preâmbulo para chamar a atenção relativamente ao *sovereignty*, à autonomia, à capacidade de decisão do conselho de administração relativamente a todas e quaisquer matérias e à natureza dos aspetos que tinham de ser tidos em conta pelos seus membros para responder a essas mesmas matérias.

Portanto, não foi porque não estivesse estado a ser seguido; foi pela importância da decisão que estava a ser tomada naquele momento.

Em resposta à sua segunda pergunta sobre como funcionava a gestão central de tesouraria, já procurei explicar, na minha perspetiva, porque não fazia parte, digamos, desse núcleo central, de como me apercebi que essa gestão central funcionava, mas, de um ponto de vista simples, dir-lhe-ia que existia, claramente, dentro do Grupo um *cash pooling*, ou seja, uma

lógica de gestão financeira centralizada para todo o Grupo, que era corporizada, ao mais alto nível, na Espírito Santo International, sob a gestão do Dr. José Castella, como *controller* do Grupo.

Naturalmente que o Dr. José Castella mantinha uma relação bastante próxima com o CFO da Rioforte e, seguramente, que o fazia também com os CFO fora da Rioforte e dentro do Grupo Espírito Santo para esse mesmo efeito.

Nessa lógica, essa gestão central de tesouraria fazia com que as grandes decisões de origem e de aplicação de fundos acabassem por ser tomadas pelo acionista ao seu mais alto nível e que cada uma das componentes do Grupo fosse impactada, digamos, por esse mesmo modelo.

Quanto à Rioforte, numa gestão regular, quotidiana, como a que vivemos ao longo de vários anos, não se verificava nenhum problema; apresentávamos o orçamento de tesouraria, que era aprovado, e, a partir daí, os fluxos que eram necessários ser geridos operacionalmente dentro da Rioforte e nas contas bancárias da Rioforte eram feitos assim.

No que respeita à utilização da Rioforte, enquanto um canal de financiamento para a Espírito Santo International, essa já é uma questão de uma natureza bastante diferente e é óbvio que é aí que se coloca este atrito, digamos, entre o que é gestão da Rioforte e o que é o acionista e a posição do acionista. Sobre esse atrito já falámos bastante, hoje, durante a tarde, e está espelhado nas atas. Infelizmente, a gestão não foi suficientemente persuasiva junto do acionista quanto aos limites que deveriam ser colocados face à Rioforte.

De qualquer forma, fizemos, em todo o momento, aquilo que acreditámos que era o nosso melhor para, como eu dizia, eliminar este sistema. Inclusivamente, abro aqui um parêntesis, também para dizer que falámos sobre algumas tentativas de instauração de uma autonomia de

gestão de tesouraria na Rioforte, que acabou por nunca se materializar — aliás, julgo que não tinha condições para se materializar, dado o nível tão profundo com que a centralização de gestão de tesouraria do Grupo estava a ser feita.

Relativamente à revisão do plano, posso dizer-lhe que ele foi revisto a 30 de janeiro pelo conselho superior, o que criou algum desconforto na comissão executiva, que não tinha sido envolvida.

Perguntou-me se o conselho de administração foi envolvido e eu digo-lhe que também não foi. O conselho de administração da Rioforte, tipicamente, deveria ter sido envolvido através da sua comissão executiva, não é? Mas não foi, pelo que a comissão executiva não teve conhecimento disso.

Relativamente à decisão de demissão dos administradores, perguntou-me se isso tinha ou não tinha tido a ver com a revisão do plano de reestruturação ou se tinha tido a ver com outros fatores mais profundos, anteriores ou posteriores a essa revisão do plano de reestruturação.

Julgo que a revisão do plano de reestruturação foi um elemento de desconforto. Mais uma vez devo dizer que ao estar a comentar a demissão dos meus colegas do conselho de administração, estarei a entrar num território de especulação, mas acredito que a demissão se deveu a mais do que apenas um desconforto com o plano, tanto mais que a revisão do plano, que passava pela operação pública de troca e alguns aspetos dessa natureza, acabou por não ter implicações determinantes, ao fim e ao cabo, porque nenhum dos pilares, nem do plano original, nem do novo plano, acabou por se materializar. Portanto, a questão acabou sempre por ser, no final, estéril.

Ainda no quadro desta questão, perguntou-me por que foi revisto o plano de reestruturação no conselho superior. Não tenho informação que me permita responder a essa questão, pois não fomos envolvidos, nem a

comissão executiva, nem eu. Pessoalmente soube apenas que tinha havido, depois da aprovação da operação da Espírito Santo Financial Group por parte da Rioforte, esta revisão do plano de reestruturação no seio do conselho superior.

Finalmente, perguntava-me se eu tinha toda a verdadeira informação necessária para conduzir as minhas responsabilidades e se me tinha sentido limitado nos meus poderes.

Em vários momentos, no quadro daquilo que é um grupo que tem um acionista único e um modelo de governação como tinha o Grupo Espírito Santo, senti algumas limitações, porque o meu escopo de ação era a Rioforte e, muitas vezes, as decisões que envolviam e impactavam a Rioforte eram decisões que eram tomadas ao nível global do Grupo, ao mais alto nível, por parte do acionista, embora tivessem impacto em nós. Então, muitas vezes fui envolvido nessas decisões, mas nem sempre.

Sobre se eu tinha toda a informação verdadeira e necessária para poder conduzir as minhas responsabilidades, hoje sei que isso não é verdade, nomeadamente em relação à situação da Espírito Santo International, mas também nos podemos questionar sobre quem é que sabia que a Espírito Santo International estava na situação em que estava. Enfim, há relatórios de 2008, havia vários sinais de que a situação não era uma situação fácil — sabíamos isso —, mas até ao ponto de sabermos a dimensão que tinha, em termos de debilidades, de governo e da situação financeira, essa foi uma questão que, realmente, me surpreendeu e ultrapassou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prestar um esclarecimento.



O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Presidente, pedi a palavra apenas porque o depoimento do depoente colide frontalmente com o do Dr. Manuel Fernando Espírito Santo que esteve nesta mesma sala, quase fazendo passar a ideia de ser um néscio na gestão — aliás, ele chegou, inclusive, a ser satirizado por vários órgãos da comunicação social relativamente à sua prestação, porque o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo não se limitou só a dizer que desconhecia muito da gestão da empresa de que era *chairman*, como se deu ao trabalho de escrever.

De facto, na intervenção escrita, o Dr. Manuel Fernando fez questão de dizer, e cito: «Quero salientar que não sou um financeiro, nunca fui membro das comissões executivas nem do BES, nem da ESFG, nem da Rioforte. Como referi, as minhas funções no Grupo eram apenas não executivas, embora acompanhasse, como *chairman*, a estratégia da Rioforte».

Ora, acompanhar, como toda a gente sabe, é um conceito que implica um seguidismo, não uma liderança e, portanto, acompanha aquele que vai, no mínimo, ao lado ou que vai atrás...

E acrescenta o Dr. Manuel Fernando que quem mandava era a comissão executiva, portanto o Sr. Engenheiro e os seus colegas, e que ele se limitava, a reportar, em grandes linhas, a estratégia dos negócios da Rioforte ao *chairman*.

Ora, isto, Sr. Engenheiro, colide frontalmente com as suas declarações — página 17 da sua intervenção escrita —, quando diz que a Rioforte foi fortemente pressionada pelo acionista para a emissão adicional de dívida para colocação na ESI, contrariando a decisão tomada em conselho de administração a 25 de fevereiro.

A instâncias da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Paula Vitorino, até pensei que ia dizer que a pressão do acionista tinha sido da parte do Dr. Ricardo Salgado,

mas foi claro ao referir que foi o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo que, além de *chairman*, era o representante do acionista e o responsável por... Aliás, o Sr. Engenheiro refere que se recusou formalmente a assinar cartas, portanto a sua posição era de objeção a este negócio, que se revelou verdadeiramente ruinoso, e que ele foi apenas concretizado por pressão qualificada do acionista, ou seja, como está aqui escrito, «fortemente pressionado pelo acionista para emissão adicional de dívida».

Portanto, a questão que lhe coloco, muito diretamente, é esta: é verdadeira a tese de que o *chairman*, Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, tinha uma atitude passiva — aquilo que prosaicamente poderíamos chamar «um verbo-de-encher» — na empresa ou, pelo contrário, tinha uma posição impositiva e foi da sua direta responsabilidade a pressão forte, a que o Sr. Engenheiro aqui refere, levando a Rioforte a atuar de uma forma que se revelou verdadeiramente ruinoso para a empresa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Sr. Deputado, a resposta à sua pergunta está implícita na sua pergunta e nas citações que fez da minha intervenção inicial, pelo que eu não posso, para responder à sua pergunta, deixar de repetir aquilo que já disse na minha intervenção inicial.

Gostava de salientar um aspeto que me parece importante: na lógica de um acionista único, sempre que a sua intervenção se fazia sentir, nem sempre ela era personificada no Dr. Manuel Fernando. Muitas vezes o Dr. Manuel Fernando respaldava-se no conselho superior, ele era, digamos, o elo no quadro do modelo de governação da Rioforte, ou respaldava-se no próprio Dr. Ricardo Salgado. Aliás, houve várias decisões muito importantes no quadro da Rioforte, por exemplo a transferência da Opway

para fora do universo Rioforte, a questão da operação da Escom, etc., nas quais o Dr. Ricardo Salgado teve claramente o seu cunho, sem qualquer sombra de dúvida. Ele era o líder do Grupo, claro! E isso já foi admitido por várias pessoas e é admitido também por mim de acordo com a minha experiência e com a minha vivência.

Ao refletir-se esse modelo de liderança forte num modelo de governo como o da Rioforte, com a presença do Dr. Manuel Fernando enquanto presidente do conselho de administração, é o Dr. Manuel Fernando que acaba por vir, de certa forma, refletir essa lógica para o modelo de governo formal da Rioforte. Era isto que queria sublinhar.

O Sr. **Presidente**: — Mais algum esclarecimento, Sr. Deputado?

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — O esclarecimento seria dado na resposta, não propriamente na pergunta, ou seja, a pergunta foi perfeitamente clara, a resposta receio não ter sido tão clara quanto isso.

Este negócio que está referido na página 17 da sua intervenção inicial e que se revelou verdadeiramente ruinoso para a Rioforte foi feito por pressão do Dr. Manuel Fernando ou ter-se-á, eventualmente, respaldado a dizer que estava a limitar a comunicar instruções recebidas.

Por isso é que, prosaicamente, referi o termo «verbo-de-encher» de qual sabe o significado. Foi alguém que deu ordens ao CEO para fazer este negócio ou foi alguém que disse: «Eu tenho ordens para transmitir ao CEO para fazer este negócio»? Quem tomou a iniciativa e em que condições? Se puder concretizar esta...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, pode tornar a sua resposta mais clara?

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Com certeza, Sr. Deputado.

A reunião de 11 de abril aconteceu para que existisse a possibilidade de o presidente poder propor ao conselho de administração uma série de iniciativas importantes para o acionista. Penso que esta é a melhor forma de responder à sua questão.

Foi assim que esta reunião ocorreu, porque anteriormente tinha havido um desconforto claro da minha parte, que era o administrador executivo único na altura — ou melhor, foi mais do que um desconforto, neguei-me claramente a fazê-lo —, em tomar dívida adicional quando havia uma decisão do conselho de administração de não tomar dívida adicional. Portanto, não o podia fazer!

Era necessária uma reunião do conselho de administração para que o Dr. Manuel Fernando pudesse apresentar uma proposta de remover essa barreira de tomada de dívida adicional e essa proposta pudesse ser discutida no conselho de administração. Respondi à sua questão?

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Agora sim, a resposta foi clara.

O Sr. **Presidente**: — Damos, então, por terminada esta audição.

Sr. Eng.º João Rodrigues Pena, agradeço a colaboração dada aos trabalhos da Comissão. Aproveito para cumprimentar igualmente o Sr. Dr. Menezes Leitão.

O Sr. Eng.º **João Rodrigues Pena**: — Srs. Deputados, gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade de ter estado aqui. Espero ter contribuído para as clarificações de que esta Comissão necessita. Dou-vos os meus parabéns pelo trabalho que estão a desenvolver.

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos dois requerimentos para apreciar, um do Dr. José Castella e outro do Dr. Francisco Machado da Cruz, em que ambos pretendem ser ouvidos em reunião à porta fechada, fundamentando esse pedido com base no facto de estarem envolvidos em processos de natureza criminal, tanto em Portugal como no Luxemburgo, e, também, em processos de natureza contraordenacional.

Para além disso, invocam também o facto de terem tido contacto com mandatos de busca onde se definiam matérias que estão em investigação criminal no Ministério Público, o que, obviamente, tem implicações também com o segredo de justiça.

Nessa medida, solicitam e reforçam o pedido para que as reuniões sejam feitas à porta fechada.

Srs. Deputados, pergunto se há alguma oposição relativamente a estes pedidos, sendo que ambos me deram a garantia de que, ao abrigo do artigo 15.º, n.º 1, alínea *a*) do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, sendo a audição à porta fechada, falariam sobre as matérias em causa e responderiam às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados.

Obviamente que, realizando-se a reunião à porta fechada, não só os próprios continuam vinculados ao segredo de justiça como o segredo de justiça se estende, também, a todos os que estiverem presentes na sala para as audições a realizar ao Dr. José Castella e ao Dr. Francisco Machado da Cruz.

Pergunto se alguém se opõe.

*Pausa.*

Como me parece que não há oposição, estão ambos os requerimentos aprovados.

Queria realçar que, ao abrigo do respeito pelo direito à imagem, direito fundamental, amanhã, relativamente ao Dr. José Castella, a audição será feita completamente à porta fechada, uma vez que se trata de alguém que não é uma figura pública, que não é conhecido e que quer assim continuar.

Deferidos que estão os requerimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, aproveito para dizer, muito rapidamente, que, face às razões que foram invocadas, de natureza legal e jurídico-criminal, o Grupo Parlamentar do PSD não se opõe, mas gostaria de sublinhar a excecionalidade desta decisão.

Consideramos que esta Comissão de Inquérito deve funcionar em regra à porta aberta com a presença da comunicação social e o inverso é, portanto, de natureza rigorosamente excecional.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, gostaria de dizer que também concordamos, mas que queremos que fique bem claro, mais uma vez, o carácter de excecionalidade.

Aceitamos este pedido por parte do Dr. Machado da Cruz e do Dr. Castella condicionado a uma verificação da utilidade dessas reuniões à

porta fechada, ou seja, elas têm, de facto, de ser útil para valer a pena serem à porta fechada. Queremos deixar clara esta nossa posição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, faça favor.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, creio que o senhor sintetizou muito bem o sentido e os limites desta solução.

Obviamente que, entre depoimento zero e depoimento, preferimos o depoimento. Julgamos que é uma solução que pode beneficiar os trabalhos. Se, porventura, não beneficiar, cá estaremos para tomarmos medidas adequadas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, tendo em conta que os vários grupos parlamentares se inscreveram para dar nota da sua posição, gostaria de dizer que, da parte do PCP, quando perguntou se ninguém se opunha, a vontade que tínhamos era a de dizer que sim, mas aceitamos a posição.

Todavia, opomo-nos à utilização deste expediente como regra, evidentemente, e salientarmos o seu carácter excepcional. Mas, como acabou de ser dito, perante a possibilidade de esta Comissão poder vir a obter depoimentos válidos para o apuramento da verdade, sob a condição de isso ser feito à porta fechada, entendemos que vale a pena arriscar, entre aspas, a realização da audição à porta fechada para obter esse desígnio, que é, aliás, o único que conduz o PCP no que toca a esta deliberação.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, como os restantes grupos parlamentares, gostaria de salientar apenas duas coisas.

De facto, o objetivo de uma Comissão de Inquérito é a descoberta da verdade e a maneira como estes dois depoentes se exprimiram nos seus requerimentos deixa bem explícito que a única forma que temos de os ouvir é à porta fechada, porque caso contrário eles recusariam falar — aliás, sendo arguidos é um direito que têm e recusar-se-iam a falar à porta aberta.

Queria, no entanto, salientar que esta é uma situação que tem de ser absolutamente excecional e que apenas se aplica dada a situação processual destas duas pessoas, porque a regra tem de ser, como é óbvio e todos concordamos, a porta aberta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Srs. Deputados.

Não queria deixar de dizer que a lei estipula que a regra é a publicidade, portanto, cumprindo a lei, que é esse o nosso dever, a regra continua a ser a publicidade de todas as audições.

Estas serão de carácter efetivamente excecional e que terão de ser eficazes, têm de resultar; se não resultar abriremos as portas imediatamente e a pessoa que aqui está e que não cumpriu aquilo que prometeu terá de publicamente dizer das razões por que não o fez.

Neste sentido, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, podemos dar por encerrados os trabalhos de hoje.

*Eram 20 horas e 48 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.